RELATÓRIO ANUAL

2025

Plano Cenibra

VALIA

PRESENTE POR FUTUROS MELHORES

Sumário

PLANO CENIBRA

1. Relatório do Auditor Independente 03
2. Balanço Patrimonial 06
3. Notas Explicativas (consolidado) 10
4. Resumo do Demonstrativo de Investimentos 82
5. Despesas de Investimentos 84
6. Montante dos Investimentos com Gestão Própria 86
7. Fluxo Previdencial 88
8. Rentabilidade, Alocações e Comentários 90
9. Política de Investimentos 2025 93
10. Alterações Regulamentares 125
11. Parecer atuarial 127
12. Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho Deliberativo 146
13. Manifestação do Comitê de Auditoria 151

1. Relatório do Auditor Independente

Tel.: + 55 21 2210 5166
Fax: + 55 21 2224 5285
www.bdo.com.br

Rua Barão de Tefé, 27
9° andar, Saúde, Rio de Janeiro, RJ
Brasil 20220-460

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia (“Valia”, “Fundação” ou “Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela VALIA, aqui denominados de consolidado) em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia** e individual, por plano de benefícios, em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Monika Marielle Du Mont Collyer

Monika Marielle Du Mont Collyer
Contadora CRC 1 RJ 091300/O-6

2.

Balanço Patrimonial

Demonstração do Ativo Líquido (Cenibra)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024	Variação %
1. Ativos	33.715	34.200	(1,42)
Recebíveis Previdencial	102	83	22,89
Investimentos	33.613	34.117	(1,48)
Títulos Públicos	21.799	21.543	1,19
Ativo Financeiro de Crédito Privado	520	492	5,69
Fundos de Investimentos	11.294	12.082	(6,52)
2. Obrigações	54	45	20,00
Operacional	54	45	20,00
3. Fundos não Previdenciais	102	83	22,89
Fundos Administrativos	102	83	22,89
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	33.559	34.072	(1,51)
Provisões Matemáticas	17.062	18.515	(7,85)
Superávit/Déficit Técnico	11.165	8.452	32,10
Fundos Previdenciais	5.332	7.105	(24,95)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	11.165	8.452	32,10
b) (+/-) Ajuste de Precificação	217	935	(76,79)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	11.382	9.387	21,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Cenibra)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	34.072	34.160	(0,26)
1. Adições	3.182	3.574	(10,97)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.182	3.574	(10,97)
2. Deduções	(1.922)	(1.848)	4,00
(-) Benefícios	(1.922)	(1.848)	4,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.260	1.726	(27,00)
(+/-) Provisões Matemáticas	(1.453)	476	(405,25)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.713	1.250	117,04
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	(1.773)	(1.814)	2,26
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)	33.559	34.072	(1,51)
C) Fundos não Previdenciais	19	(169)	111,24
(+/-) Fundos Administrativos	19	(169)	111,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Cenibra)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	33.613	34.117	(1,48)
1. Provisões Matemáticas	17.062	18.515	(7,85)
1.1. Benefícios Concedidos	17.062	18.515	(7,85)
Benefício Definido	17.062	18.515	(7,85)
2. Equilíbrio Técnico	11.165	8.452	32,10
2.1. Resultados Realizados	11.165	8.452	32,10
Superávit Técnico Acumulado	11.165	8.452	32,10
Reserva de Contingência	2.995	3.342	(10,38)
Reserva para Revisão de Plano	8.170	5.110	59,88
3. Fundos	5.332	7.105	(24,95)
3.1. Fundos Previdenciais	5.332	7.105	(24,95)
4. Exigível Operacional	54	45	20,00
4.1. Gestão Previdencial	39	45	(13,33)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	15	-	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.
Notas Explicativas (consolidado)

1. Contexto operacional

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -VALIA("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Vale S.A. ("Vale") em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, multipatrocinada, com multiplanos, constituída para funcionar por prazo indeterminado, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e às Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal conceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Social, a que têm direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os planos de benefícios de natureza previdenciária, administrados pela Fundação, conforme definido nos seus regulamentos e seus respectivos patrocinadores, de acordo com o cadastro no site da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC"), posicionado em 31 de dezembro de 2025 são:

Para fins de referência, as informações apresentadas a seguir incluem o nome do plano e CNPB; o nome da patrocinadora; e CNPJ da Patrocinadora.

Plano de Benefícios – Abono Complementação CNPB Nº 2020.0014-38

Modalidade Benefício Definido

1.	Vale S.A.	CNPJ: 33.592.510/0001-54

Plano de Benefício Definido - CNPB Nº 1973.0001-56

Modalidade Benefício Definido

1.	Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA	CNPJ: 42.278.796/0001-99
2.	Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização – HISPANOBRÁS	CNPJ: 27.240.092/0001-33
3.	Companhia Italo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO	CNPJ: 27.063.874/0001-44
4.	Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO	CNPJ: 27.251.842/0001-72
5.	Fundação Vale	CNPJ: 33.896.291/0001-05
6.	Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA	CNPJ: 42.271.429/0001-63
7.	LOG-IN Logística Intermodal S.A.	CNPJ: 42.278.291/0001-24
8.	Vale S.A.	CNPJ: 33.592.510/0001-54

Plano de Benefícios - Cenibra - CNPB Nº 1995.0023-56

Modalidade Contribuição Variável

1.	Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA	CNPJ: 42.278.796/0001-99

Plano de Benefícios – Mosaic Mais Previdência - CNPB Nº 2020.0002-29

Modalidade Contribuição Variável

1.	Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.	CNPJ: 33.931.486/0014-55
2.	Fospar S.A.	CNPJ: 76.204.130/0001-08
3.	Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	CNPJ: 64.156.501/0001-56
4.	Mosaic Potássio Mineração Ltda.	CNPJ: 31.009.644/0001-74

Plano de Benefícios – Prev-Mosaic 1 - CNPB Nº 2011.0021-92

Modalidade Contribuição Variável

1.	Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.	CNPJ: 33.931.486/0014-55
2.	Fospar S.A.	CNPJ: 76.204.130/0001-08
3.	Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	CNPJ: 64.156.501/0001-56
4.	Mosaic Potássio Mineração Ltda.	CNPJ: 31.009.644/0001-74
5.	Instituto Mosaic	CNPJ: 10.520.129/0001-84

Plano de Benefícios – Prev-Mosaic 2 - CNPB Nº 2011.0022-65

Modalidade Contribuição Definida

1.	Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.	CNPJ: 33.931.486/0014-55
2.	Fospar S.A.	CNPJ: 76.204.130/0001-08
3.	Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	CNPJ: 64.156.501/0001-56
4.	Mosaic Potássio Mineração Ltda.	CNPJ: 31.009.644/0001-74
5.	Instituto Mosaic	CNPJ: 10.520.129/0001-84

Plano Instituído Setorial Prevaler - CNPB Nº 2019.0023-29

Modalidade Contribuição Definida

1.	Instituidora: Abrapp – Associação Brasileira das EFPC	CNPJ: 50.258.623/0001-37
2.	Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA	CNPJ: 42.271.429/0001-63

Plano de Benefícios - Vale Fertilizantes - CNPB Nº 2012.0002-74

Modalidade Contribuição Variável

1.	Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.	CNPJ: 33.931.486/0014-55

Plano de Benefícios - Vale Mais - CNPB Nº 1999.0052-11

Modalidade Contribuição Variável

1.	Aliança Geração de Energia S.A.	CNPJ: 12.009.135/0001-05
2.	Associação Instituto Tecnológico Vale - ITV	CNPJ: 12.308.301/0001-66
3.	Celulose Nipo-Brasileira S.A. – CENIBRA	CNPJ: 42.278.796/0001-99
4.	Circlua S.A.	CNPJ: 04.899.355/0001-15
5.	Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização – HISPANOBRAS	CNPJ: 27.240.092/0001-33
6.	Companhia Italo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO	CNPJ: 27.063.874/0001-44
7.	Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO	CNPJ: 27.251.842/0001-72
8.	Ferrovia Norte e Sul S.A.	CNPJ: 09.257.877/0001-37
9.	Fundação Vale	CNPJ: 33.896.291/0001-05
10.	Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA	CNPJ: 42.271.429/0001-63
11.	Hydro Rein Brasil Soluções Renováveis LTDA	CNPJ: 41.522.191/0001-39
12.	Instituto Vale	CNPJ: 35.788.068/0001-61
13.	LOG-IN Logística Intermodal S.A.	CNPJ: 42.278.291/0001-24
14.	LOG-In Marítima Cabotagem Ltda.	CNPJ: 28.971.936/0001-89
15.	LOG-IN Navegação Ltda.	CNPJ: 28.001.839/0001-63
16.	Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	CNPJ: 33.417.445/0001-20
17.	Mineração Onça Puma S.A.	CNPJ: 48.256.824/0001-53
18.	Mineração Paragominas S.A.	CNPJ: 12.094.570/0001-77
19.	Norsk Hydro Brasil Ltda.	CNPJ: 29.739.851/0001-32
20.	Norsk Hydro Energia Ltda.	CNPJ: 22.109.465/0001-18
21.	Salobo Metais S.A.	CNPJ: 33.931.478/0001-94
22.	Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A.	CNPJ: 31.605.512/0001-05
23.	Terminal VLI Porto Franco S.A.	CNPJ: 41.164.426/0001-68
24.	Ultrafértil S.A.	CNPJ: 02.476.026/0001-36
25.	Vale S.A.	CNPJ: 33.592.510/0001-54
26.	Vale Soluções em Energia S.A. – VSE	CNPJ: 09.327.793/0001-22
27.	VLI Multimodal S.A.	CNPJ: 42.276.907/0001-28
28.	VLI S.A.	CNPJ: 12.563.794/0001-80
29.	Hydro Enerein S.A.	CNPJ: 50.007.040/0001-33
30.	Tecnored Maraba S.A.	CNPJ: 49.923.893/0001-36

Plano de Benefícios - Valiaprev - CNPB Nº 2000.0082-83

Modalidade Contribuição Variável

1.	Albrás Alumínio Brasileiro S.A.	CNPJ: 05.053.020/0001-44
2.	Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.	CNPJ: 05.848.387/0001-54
3.	Associação dos Aposentados, Pensionistas e Empregados das Empresas Patrocinadoras da VALIA- Aposvale	CNPJ: 29.186.004/0001-98
4.	Bozel Brasil S.A.	CNPJ: 08.090.788/0002-67
5	Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização – KOBRASCO	CNPJ: 33.931.494/0001-87
6.	Companhia Portuária de Baía de Sepetiba	CNPJ: 72.372.998/0001-66
7.	Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	CNPJ: 00.924.429/0001-75
8.	Floresta Bioflor S.A.	CNPJ: 13.958.783/0001-62
9.	Instituto Ambiental Vale	CNPJ: 04.151.690/0001-30
10.	LHG Mining Corumba S.A.	CNPJ: 03.327.988/0001-96
11.	Nova Era Silicon S.A.	CNPJ: 19.795.665/0001-67
12.	PASA Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da Vale	CNPJ: 39.419.809/0001-98
13.	Samarco Mineração S.A.	CNPJ: 16.628.281/0001-61
14.	Terminal de Vila Velha S.A. – TVV	CNPJ: 02.639.850/0001-60
15.	Vale Manganês S.A.	CNPJ: 15.144.306/0001-99
16.	Vale S.A.	CNPJ: 33.592.510/0001-54

Processos autorizativos em andamento

Processo Autorizativo	Patrocinador	Status	Plano
Retirada	LHG Mining Corumba S/A (nova razão social da Mineração Corumbaense Reunida - MCR)	Em elaboração	Valiaprev
Transferência de Gerenciamento	Vale S.A	Em andamento	BD Mosaic

Através da Portaria Previc nº 1226/2025, de 26 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2025, a Previc aprovou o processo de Cisão e Transferência de Gerenciamento da parcela cindida referente à Mosaic do Plano Ultrafértil da Petros (Plano BD Mosaic) para a Valia. A VALIA e a Petros estão trabalhando para efetivação da transferência de gerenciamento, com a consequente implantação do Plano BD Mosaic na Valia.

Incorporações

Patrocinador	CNPJ	Plano	Detalhamento
Minas da Serra Geral S.A.	33.137.654/0001-10	Vale Mais	CNPJ baixado por Incorporação pela Vale S.A.
MSE – Servicos de Operação, Manutenção e Montagem Ltda.	02.060.042/0001-43	Valiaprev	CNPJ baixado por Incorporação pela Vale S.A.
Valesul Alumínio S.A.	42.590.364/0001-19	Valiaprev	CNPJ baixado por Incorporação pela Vale S.A.
Valesul Alumínio S.A.	42.590.364/0001-19	Vale Mais	CNPJ baixado por Incorporação pela Vale S.A.
Cia Paulista de Ferro Ligas	57.487.142/0001-42	Valiaprev	CNPJ baixado por Incorporação pela Vale S.A.
Centro Tecnológico Soluções Sustentáveis - CTSS	15.363.867/0001-89	Vale Mais	CNPJ baixado por Incorporação pela Vale S.A.
New Steel	09.442.144/0001-72	Vale Mais	CNPJ baixado por Incorporação pela Vale S.A.
Florestas Rio Doce	17.308.602/0001-03	Vale Mais e BD	CNPJ baixado por Incorporação pela Vale S.A.

Sobre a extinção da Fundação Renova, que ocorreu em outubro de 2025, houve a transferência dos participantes e assistidos a ela vinculados — em razão de homologação de acordo judicial e reorganização interna entre empresas do mesmo grupo — e da consequente migração do compromisso e do respectivo patrimônio para a Patrocinadora Samarco Mineração.

A VALIA possuía, em 31 de dezembro, a seguinte quantidade de participantes:

	Ativos		Assistidos				Total	
			Aposentados		Pensionistas			
Planos	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Abono Complementação	-	-	653	700	902	915	1.555	1.615
Benefício Definido	6	6	7.495	7.822	6.401	6.399	13.902	14.227
Cenibra	-	-	27	27	11	11	38	38
Mosaic Mais Previdência	3.611	3.836	197	188	51	51	3.859	4.075
Prev Mosaic 1	439	448	51	44	1	1	491	493
Prev Mosaic 2	2.150	2.101	6	6	-	-	2.156	2.107
Prevaler	13.486	11.058	7	-	-	-	13.493	11.058
Vale Fertilizantes	343	362	76	77	-	-	419	439
Vale Mais	84.301	81.154	7.479	7.204	1.375	1.310	93.155	89.668
Valiaprev	19.231	19.145	754	729	200	201	20.185	20.075
	123.567	118.110	16.745	16.797	8.941	8.888	149.253	143.795

Quadro não contempla as pessoas na condição de auxílio-doença.

Com as seguintes características populacionais em 31 de dezembro:

	Idade Média (em anos)			
	2025		2024	
Planos	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Abono Complementação	-	81	-	80
Benefício Definido	67	76	66	76
Cenibra	-	74	-	73
Mosaic Mais Previdência	45	58	45	57
Prev Mosaic 1	51	67	51	67
Prev Mosaic 2	37	56	38	58
Prevaler	33	51	31	-
Vale Fertilizantes	52	65	52	65
Vale Mais	40	62	40	62
Valiaprev	42	61	43	60

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações individuais por plano de benefícios e do plano de gestão administrativa (PGA), são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 (e suas alterações), a Resolução PREVIC Nº 23, de 14 de agosto de 2023 (e suas alterações), e as Normas e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo, entre outras a NBC ITG 2001 - Entidade de Previdência Complementar, de 15 de dezembro de 2022.

A escrituração contábil obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPC. Os registros contábeis são efetuados de forma segregada, respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais e do plano de gestão administrativa, de modo a identificá-los separadamente: (a) por plano de benefício, (b) consolidado e (c) plano de gestão administrativa.

Os valores apresentados nestas demonstrações contábeis e nas respectivas notas explicativas estão em milhares de reais, arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As EFPCs devem apresentar os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial (BP) – tem o objetivo de evidenciar, de forma consolidada as posições patrimoniais e financeiras da EFPC em cada exercício;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) – visa evidenciar, de forma consolidada, a movimentação ocasionada por adições e destinações de natureza previdencial e administrativa no patrimônio social em cada exercício;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – tem como finalidade demonstrar as receitas e despesas, de forma consolidada, da atividade administrativa da EFPC, correspondendo à movimentação do Fundo Administrativo em cada exercício;
- Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – objetiva evidenciar a posição patrimonial, de forma segregada por plano de benefícios, a posição patrimonial e financeira em cada exercício;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) – visa evidenciar, de forma segregada por plano de benefícios, a movimentação ocasionada por adições e destinações de natureza previdencial, correspondendo à oscilação no patrimônio social em cada exercício; e
- Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – representa a totalidade dos compromissos frente aos participantes de cada plano de benefícios em cada exercício.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 11 de março de 2026, após serem submetidas à avaliação do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, formalizadas por meio de atas que registram o Parecer do Conselho Fiscal, Manifestação do Comitê de Auditoria e a Manifestação do Conselho Deliberativo.

3. Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados:

a. Registros contábeis

Os registros contábeis são realizados individualmente, por plano de benefícios e para o PGA, assegurando transparência e independência patrimonial.

b. Investimentos

A gestão de investimentos é realizada por meio de segregação real dos ativos por plano de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Quando se julga necessário é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos, sendo esses ativos demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas.

O custodiante dos investimentos mobiliários da VALIA é o Banco Bradesco S.A.

b.1 Títulos públicos, créditos privados e depósitos

As operações com créditos privados e depósitos assim como os fundos de Investimentos, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação são classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação: São títulos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento e estão ajustados pelo valor de mercado.
(ii) Títulos mantidos até o vencimento: São títulos para os quais o plano de benefícios demonstre intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, e que o prazo entre a aquisição e o vencimento seja igual ou superior a cinco anos. São avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ativos financeiros classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são contabilizados pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

Conforme a legislação vigente, poderá ocorrer a reavaliação quanto a classificação dos títulos e valores mobiliários desde que atendidos os requisitos (nota explicativa 5.3).

b.2 Fundos de investimentos

O registro contábil das operações com cotas de fundos de investimentos foi contabilizado pelo valor efetivamente desembolsado e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. E estão demonstrados pelo valor nominal da cota, ajustados com os ganhos ou perdas correspondentes ao período. Os montantes são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço. A divulgação e apuração do valor da cota são de responsabilidade de cada administrador dos fundos de investimentos.

b.3 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição, incluindo honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre a operação e ajustados por meio de reavaliações a valor de mercado e acrescida dos aluguéis a receber. A reavaliação é realizada de forma a contemplar o valor justo de mercado de cada edificação (nota explicativa 5.6).

Os imóveis são reavaliados anualmente, em conformidade ao art. 197 da Resolução PREVIC nº 23/2023, onde determina que deverão ser mensurados os imóveis após o reconhecimento inicial pelo seu valor justo, e contabilizados pelo resultado da mensuração, com base em laudo técnico de avaliação, emitido anualmente, de forma que a contabilidade reflita o real valor patrimonial. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

b.4 Empréstimos e financiamentos imobiliários

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais e eventuais provisões para perdas (nota explicativa 5.7).

b.5 Ativos financeiros sem cotação no mercado

A VALIA em seus investimentos em Carteira Própria e nos Fundos de Renda Fixa não possuem ativos sem cotação no mercado. Nos Fundos de Renda Variável, permanecemos posicionados com o ativo PASS5 (Compass Energia S.A.), ativo registrado em bolsa e sem negociação de mercado, e diante da nova representatividade do ativo em carteira, foi necessária a atualização do valor justo das ações por meio do laudo de avaliação, elaborado por avaliador terceiro independente. Nesses fundos também temos opções que seguem o modelo de precificação Black&Scholes, já aplicado por muitas instituições no mercado.

c. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis estão demonstrados ao custo de aquisição e são depreciados/amortizados de acordo com a vida útil econômica estimada na sua aquisição e revisitada regularmente, considerando as suas características em operação (nota explicativa 6).

d. Exigível operacional

Representa as obrigações decorrentes de direitos a benefícios dos participantes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços por terceiros, obrigações fiscais, de investimentos e de operações com participantes.

e. Exigível contingencial

Registra as ações judiciais contra a entidade classificada entre gestão previdencial, administrativa e de investimento, de acordo com sua natureza, que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômico-financeira da entidade.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas com base na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e em conformidade com a avaliação dos assessores jurídicos contratados pela VALIA, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos.

Os valores dos depósitos judiciais referentes às contingências passivas são atualizados pela variação da TR + 0,5% a.m. e são vinculados aos planos de benefícios na gestão previdencial e ao plano de gestão administrativa.

f. Patrimônio social

f.1 Patrimônio de cobertura do plano

O Patrimônio de cobertura do plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e pelo Equilíbrio Técnico.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, realizados por atuários responsáveis pelos planos, mediante elaboração de pareceres atuariais.

Os registros contábeis das provisões matemáticas são elaborados sob os preceitos legais da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, Resolução PREVIC nº 23/2023, que estabelecem parâmetros e critérios técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de EFPC.

Essas provisões, avaliadas no regime financeiro de capitalização, estão desdobradas em benefícios concedidos e a conceder (nota explicativa 12).

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais.

f.2 Fundos

Os fundos constituídos pela VALIA possuem destinações específicas, segregados em previdencial, administrativo e de garantia das operações com participantes (nota explicativa 13).

O fundo previdencial é constituído pelos atuários em nota técnica atuarial ou permitido em legislação vigente, tendo sua origem e destino definidos no Regulamento do Plano de Benefício de caráter previdenciário.

Os fundos administrativos são divididos em: (i) fundo administrativo dos planos de benefícios, constituído pela diferença entre receitas e despesas da gestão administrativa, destinados à cobertura dos gastos realizados pela entidade na administração dos seus planos de benefícios; e (ii) fundo administrativo compartilhado, destinado especificamente à operações de fomento e inovação, com limites de constituição baseados no saldo acumulado do fundo administrativo dos planos de benefícios.

O fundo para garantia das operações com participantes registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos de participantes na ocorrência de morte ou inadimplências.

g. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC requer que a Administração utilize de julgamento crítico na determinação e para registrar as provisões para perdas em investimentos (nota explicativa 5.7), as contingências (nota explicativa 11), as provisões matemáticas (nota explicativa 12) e os fundos (nota explicativa 13), que são alguns dos itens que estão sujeitos a essas estimativas e premissas. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração destas estimativas estão incluídas nas referidas notas.

A liquidação dos valores envolvidos nestas provisões poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

h. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. Entretanto, conforme o § 2º do art. 10 da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e de contribuição variável podem ser efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios.

i. Ajuste de precificação

Nas informações complementares da Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, é apresentado o Equilíbrio Técnico Ajustado. Este ajuste é resultante da diferença positiva ou negativa entre os títulos públicos federais atrelados a índices de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de cada plano e o valor contábil destes mesmos títulos. O detalhamento do ajuste de precificação dos títulos é observado na nota explicativa 5.4.

j. Alterações normativas com impactos nas demonstrações contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2026, os anexos contábeis da Resolução Previc 23/2023 serão substituídos pelos da Portaria PREVIC nº 1071/2025 com objetivo de alinhar a norma às diretrizes dos órgãos reguladores e às práticas contábeis vigentes, proporcionando um registro mais correto e transparente. Não há impacto nas informações de 2025.

4. Realizável Gestão Previdencial e Gestão Administrativa

A composição do Realizável da Gestão Previdencial pode ser assim demonstrada:

	2025	2024	Var (%)
Recursos a receber	53.165	46.113	15,29
Adiantamentos	41	100	(59,00)
Depósitos Judiciais/Recursais	257.083	264.097	(2,66)
Outros Realizáveis	310	17	1.723,53
	310.599	310.327	0,09

No quadro abaixo, segue a composição do Realizável da Gestão Administrativa:

	2025	2024	Var (%)
Contas a receber	1.123	1.094	2,65
Despesas antecipadas	17	16	6,25
Depósitos judiciais/recursais	79.132	70.637	12,03
Tributos a compensar	2	1	100,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	60	(100,00)
	80.274	71.808	11,79

Os Recursos a Receber da gestão previdencial, bem como os valores na rubrica Contas a Receber da gestão administrativa, referem-se preponderantemente ao repasse das contribuições normais e custeio administrativo respectivamente do mês de dezembro de 2025, que são recebidas no mês subsequente.

Os adiantamentos da gestão previdencial referem-se a recursos adiantados aos aposentados ao longo do exercício e regularizados nas folhas de pagamento subsequentes.

Na gestão previdencial os valores referentes aos Depósitos Judiciais/Recursais referem-se às contingências passivas segregados entre os objetos Artigo 58, Ganho Real e Outros e na gestão administrativa referem-se às contingências passivas de origem tributária, tais como PIS e COFINS sobre a Receita Administrativa. Os valores dos depósitos são atualizados pela variação da TR + 0,5% a.m. e são vinculados aos planos de benefícios na gestão previdencial e ao plano de gestão administrativa.

Não existem contratos de dívidas de patrocinadores.

5. Carteira de investimentos

A VALIA mantém seus investimentos segregados por plano e sua carteira consolidada em 31 de dezembro está assim representada:

	2025	2024	Var (%)
Renda fixa			
Títulos Públicos Federais	17.317.375	16.478.553	5,09
Ativo Financeiro de Crédito Privado	185.500	318.254	(41,71)
Debêntures Vale	-	145.132	(100,00)
Debêntures Rota das Bandeiras	108.260	102.460	5,66
Debêntures Localiza	77.240	70.662	9,31
Fundos de investimento em renda fixa	10.761.590	8.612.206	24,96
	28.264.464	25.409.013	11,24
Renda variável			
Ações	-	381	(100,00)
Estapar ON	-	152	(100,00)
Valores a Receber	-	229	(100,00)
Fundos de investimento em renda variável	1.710.119	1.439.024	18,84
Fic Valor (16.569.908/0001-50)	448.949	686.917	(34,64)
Fia Index (09.296.055/0001-65)	1.261.170	752.107	67,68
	1.710.119	1.439.405	18,81
Investimentos estruturados			
Fundos de investimentos estruturados	195.180	1.630.934	(88,03)
Macro Fic Fim (32.760.026/0001-24)	-	1.366.271	(100,00)
Exitus BD FICM (41.881.531/0001-18)	175.697	240.717	(27,01)
Exitus VM BP FICM (42.102.159/0001-67)	19.482	23.946	(18,64)
	195.180	1.630.934	(88,03)
Investimentos no Exterior			
Fundo de investimento no Exterior	476.095	407.430	16,85
Global FIC FIM IE (35.600.762/0001-03)	476.095	407.430	16,85
	476.095	407.430	16,85
Investimentos imobiliários			
Aluguéis e Renda	1.006.263	1.105.642	(8,99)
Uso Próprio	21.943	15.405	42,44
Locados a Terceiros	800.589	1.090.237	(26,57)
Venda	183.742	-	100,00
(-) Provisão para Perdas (Nota 5.7)	(11)	-	100,00
	1.006.263	1.105.642	(8,99)
Operações com Participantes			
Empréstimos a participantes	1.074.019	946.041	13,53
Empréstimos	1.088.590	957.659	13,67
(-) Provisão para Perdas (Nota 5.7)	(14.571)	(11.618)	25,42
	1.074.019	946.041	13,53
Total	32.726.140	30.938.465	5,78

No segmento de Renda Fixa, a VALIA mantém grande parte de seus investimentos alocados em títulos públicos de longo prazo atrelados à inflação e contabilizados na curva. Os recursos de renda fixa movimentados ao longo do ano são aplicados e resgatados de fundos, que acomodam o recebimento de juros de títulos, recebimento de contribuições e recursos de movimentação vindos de outros segmentos. Houve venda total de debentures de Vale em 2025. No segmento de Renda Variável, houve venda de ações em carteira própria e redução da alocação no FIC Valor, que foi rebalanceada para o FIA Index. O crescimento do saldo total do segmento adveio da rentabilidade positiva do mercado acionário brasileiro em 2025, sem aumento relevante da proporção de alocação nesse segmento.

Em agosto de 2024, foi concluída a aquisição do Banco Nacional S.A. (nova denominação do Banco Nacional S.A – Em Liquidação Extrajudicial) pelo Banco BTG Pactual S.A. Nesta ocasião, o Banco BTG Pactual S.A fez o pedido de registro da oferta pública unificada de aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais remanescentes de emissão da Companhia. A Valia levantou a sua posição neste ativo e recebeu por ele R$ 15.989. Cabe ressaltar que o ativo estava integralmente baixado e tal valor impactou diretamente o resultado do exercício.

No segmento Estruturado, os fundos Exitus BD e Exitus VM BP apresentaram redução de saldo principalmente por amortização de cotas. Ademais, houve desinvestimento na modalidade de fundos multimercado, para rebalanceamento dos recursos para o segmento de renda fixa, que oferece títulos atrelados à inflação com taxas elevadas.

No segmento Exterior, houve valorização da carteira, na esteira da valorização do mercado acionário de países desenvolvidos.

No segmento de Investimentos Imobiliários, houve redução do valor patrimonial da carteira imobiliária. A alienação de 25 unidades autônomas do empreendimento Continental Tower, localizado em São Paulo, e de 02 unidades autônomas do empreendimento Teleporto, foi fundamental para este resultado. Quanto a reavaliação dos ativos imobiliários realizada em dezembro de 2025, o resultado foi ligeiramente positivo, refletindo a recuperação gradual do mercado imobiliário, em São Paulo e no Rio de Janeiro, ainda que neste último, a retomada ainda seja mais lenta, em função da economia local.

No segmento de Operações com Participantes, continuamos com a estratégia de aumento da carteira a partir da oferta de novas modalidades, mantendo o histórico positivo de retornos do segmento e ampliando o controle preventivo da inadimplência. A provisão de PCLD se manteve com proporção equivalente ao volume da carteira e a inadimplência fechou o ano de 2025 em 0,74% (sendo o benchmark do banco central 4,78%). Em 2025, obtivemos recuperação financeira de dívidas de R$ 2,2 milhões.

Em outubro de 2025 a VALIA iniciou a modalidade de financiamento imobiliário para o Plano Vale Mais. No entanto, até o encerramento do exercício não foram firmados contratos neste segmento.

5.1 Demonstrativo de Investimento por plano

Os investimentos por plano em 31 de dezembro de 2025 estão assim alocados por segmento, conforme estrutura da Resolução CMN nº 4.994 de 24 de março de 2022 e suas alterações:

Descrição	Abono Compl.	Benefício Definido	Cenibra	Mosaic Mais Previdência	Prev Mosaic 1	Prev Mosaic 2	Prevaler	Vale Fertilizantes	Vale Mais	Valiaprev	PGA	Consolidado
Renda Fixa	1.748.070	9.300.718	33.613	397.297	266.334	134.596	180.901	69.791	14.312.306	1.370.788	450.050	28.264.464
Títulos Públicos	1.548.133	8.850.162	21.799	126.439	-	1.558	-	-	6.440.343	328.940	-	17.317.374
Ativo Financ. Créd. Privado	27.533	114.956	520	334	-	-	-	-	41.935	221	-	185.499
Fundos de Investimentos	172.404	335.600	11.294	270.524	266.334	133.038	180.901	69.791	7.830.028	1.041.627	450.050	10.761.591
Renda Variável	-	-	-	38.426	11.837	12.439	26.378	5.751	1.416.695	198.593	-	1.710.119
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	-	-	-	38.426	11.837	12.439	26.378	5.751	1.416.695	198.593	-	1.710.119
Invest. Estruturados	-	175.697	-	-	-	-	-	-	19.482	-	-	195.179
Fundos de Investimentos	-	175.697	-	-	-	-	-	-	19.482	-	-	195.179
Invest. no Exterior	-	-	-	11.303	-	-	7.397	1.756	399.381	56.258	-	476.095
Fundos de Investimentos	-	-	-	11.303	-	-	7.397	1.756	399.381	56.258	-	476.095
Invest. em Imóveis	-	828.180	-	-	-	-	-	-	178.083	-	-	1.006.263
Oper. c/Participantes	-	153.013	-	11.549	723	3.495	325	47	838.850	66.018	-	1.074.020
Total	1.748.070	10.457.608	33.613	458.575	278.894	150.530	215.001	77.345	17.164.797	1.691.657	450.050	32.726.140

Em 31 de dezembro de 2024 estavam assim alocados:

Descrição	Abono Compl.	Benefício Definido	Cenibra	Mosaic Mais Previdência	Prev Mosaic 1	Prev Mosaic 2	Prevaler	Vale Fertilizantes	Vale Mais	Valiaprev	PGA	Consolidado
Renda Fixa	1.801.492	9.473.563	34.117	315.252	240.017	104.754	117.604	55.098	11.814.414	1.034.611	418.091	25.409.013
Títulos Públicos	1.530.214	8.507.618	21.543	121.502	-	1.492	-	-	5.989.697	306.487	-	16.478.553
Ativo Financ. Créd. Privado	26.058	243.143	492	380	-	-	-	-	47.972	209	-	318.254
Fundos de Investimentos	245.220	722.802	12.082	193.370	240.017	103.262	117.604	55.098	5.776.745	727.915	418.091	8.612.206
Renda Variável	-	-	-	32.295	10.920	10.071	20.706	5.339	1.189.080	170.994	-	1.439.405
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	381	-	-	381
Fundos de Investimentos	-	-	-	32.295	10.920	10.071	20.706	5.339	1.188.699	170.994	-	1.439.024
Invest. Estruturados	-	240.717	-	37.522	-	-	20.348	9.902	1.163.851	158.594	-	1.630.934
Fundos de Investimentos	-	240.717	-	37.522	-	-	20.348	9.902	1.163.851	158.594	-	1.630.934
Invest. no Exterior	-	-	-	9.808	-	-	6.101	1.581	340.828	49.112	-	407.430
Fundos de Investimentos	-	-	-	9.808	-	-	6.101	1.581	340.828	49.112	-	407.430
Invest. em Imóveis	-	899.774	-	-	-	-	-	-	205.868	-	-	1.105.642
Oper. c/Participantes	-	184.146	-	9.042	492	1.695	-	23	693.690	56.953	-	946.041
Total	1.801.492	10.798.200	34.117	403.919	251.429	116.520	164.759	71.943	15.407.731	1.470.264	418.091	30.938.465

5.2 Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e mantidos até o vencimento

Em consonância com a Resolução CNPC nº 43 de 6 de agosto de 2021, são demonstrados abaixo os títulos classificados nas categorias mantidos até o vencimento e os marcados a mercado, da carteira própria e fundos investidos pela Valia, de forma consolidada e por plano de benefícios, detalhados por tipo e prazo, posicionados em 31 dezembro de cada exercício.

Consolidado Valia

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	16.828.404	19.089.611	44.972	13.778.706	16.342.128	45.723
NTN – Série C	269.889	268.755	160.365	291.294	276.745	173.084
NTN – Série F	-	-	4.645	-	-	-
LTN	-	-	-	-	-	4.165
LFT	-	-	228.667	-	-	376.013
Total Títulos Públicos	17.098.293	19.358.366	438.649	14.070.000	16.618.873	598.985
Títulos privados						
CDB	-	-	318.828	-	-	-
Debêntures	116.134	116.744	171.115	105.900	110.489	301.550
Compromissadas (i)	-	-	7.465.212	-	-	7.187.675
Letra Financeira	-	-	395.769	-	-	591.642
Total Títulos Privados	116.134	116.744	8.350.924	105.900	110.489	8.080.867
	17.214.427	19.475.110	8.789.573	14.175.900	16.729.362	8.679.852
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	704.225	726.075	7.784.040	-	-	7.943.795
A vencer entre 361 e 1080 dias	1.119.713	1.204.883	518.284	671.573	702.696	212.132
A vencer a partir de 1081 dias	15.390.489	17.544.152	487.249	13.504.327	16.026.666	523.925
	17.214.427	19.475.110	8.789.573	14.175.900	16.729.362	8.679.852
Total Contábil (A + B)			28.264.683			25.409.214
Caixa/provisões fundos/outros (ii)			(219)			(202)
Total Renda Fixa			28.264.464			25.409.012

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa;
(ii) Outros: Derivativo adquirido por meio de um fundo de renda fixa.

Plano Abono Complementação

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	945.766	1.138.334	43.859	889.114	1.105.258	41.365
NTN – Série C	230.184	229.158	136.781	248.440	235.962	147.629
Total Títulos Públicos	1.175.950	1.367.492	180.640	1.137.554	1.341.220	188.994
Títulos privados						
CDB	-	-	7.170	-	-	-
Debêntures	27.388	27.533	-	24.974	26.058	-
Compromissadas (i)	-	-	165.236	-	-	245.222
Total Títulos Privados	27.388	27.533	172.406	24.974	26.058	245.222
	1.203.338	1.395.025	353.046	1.162.528	1.367.278	434.216
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	138.349	144.440	172.406	-	-	245.222
A vencer entre 361 e 1080 dias	134.366	150.951	-	131.934	142.501	-
A vencer a partir de 1081 dias	930.623	1.099.634	180.640	1.030.594	1.224.777	188.994
	1.203.338	1.395.025	353.046	1.162.528	1.367.278	434.216
Total Contábil (A + B)			1.748.071			1.801.494
Caixa/provisões fundos			(1)			(2)
Total Renda Fixa			1.748.070			1.801.492

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.

Plano Benefício Definido

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	7.765.628	8.850.163	267	7.295.537	8.507.618	2.512
NTN – Série C	-	-	-	-	-	-
NTN – Série F	-	-	1.115	-	-	-
LTN	-	-	-	-	-	2.401
LFT	-	-	53.064	-	-	213.433
Total Títulos Públicos	7.765.628	8.850.163	54.446	7.295.537	8.507.618	218.346
Títulos privados						
CDB	-	-	10.540	-	-	-
Debêntures	62.880	63.210	51.746	57.339	59.824	183.319
Compromissadas (i)	-	-	270.629	-	-	504.501
Total Títulos Privados	62.880	63.210	332.915	57.339	59.824	687.820
	7.828.508	8.913.373	387.361	7.352.876	8.567.442	906.166
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	439.064	451.202	281.169	-	-	651.367
A vencer entre 361 e 1080 dias	819.392	875.134	28.507	418.706	434.439	120.902
A vencer a partir de 1081 dias	6.570.052	7.587.037	77.685	6.934.170	8.133.003	133.897
	7.828.508	8.913.373	387.361	7.352.876	8.567.442	906.166
Total Contábil (A + B)			9.300.734			9.473.608
Caixa/provisões fundos/outros (ii)			(16)			(45)
Total Renda Fixa			9.300.718			9.473.563

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.
(ii) Outros: Derivativo adquirido por meio de um fundo de renda fixa.

Plano Cenibra

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	12.673	14.887	-	11.854	14.296	-
NTN – Série C	4.348	4.338	2.574	4.693	4.468	2.779
Total Títulos Públicos	17.021	19.225	2.574	16.547	18.764	2.779
Títulos privados						
CDB	-	-	470	-	-	-
Debêntures	517	520	-	472	492	-
Compromissadas (i)	-	-	10.824	-	-	12.082
Total Títulos Privados	517	520	11.294	472	492	12.082
	17.538	19.745	13.868	17.019	19.256	14.861
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	23	23	11.294	-	-	12.082
A vencer entre 361 e 1080 dias	-	-	-	22	22	-
A vencer a partir de 1081 dias	17.515	19.722	2.574	16.997	19.234	2.779
	17.538	19.745	13.868	17.019	19.256	14.861
Total Contábil (A + B)			33.613			34.117
Total Renda Fixa			33.613			34.117

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.

Plano Mosaic Mais Previdência

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	110.320	130.451	-	102.771	125.321	-
NTN – Série C	351	351	209	380	361	225
LTN	-	-	-	-	-	-
Total Títulos Públicos	110.671	130.802	209	103.151	125.682	225
Títulos privados						
CDB	-	-	10.461	-	-	-
Debêntures	335	336	2.933	305	318	2.734
Compromissadas (i)	-	-	241.103	-	-	169.647
Letra Financeira	-	-	11.456	-	-	16.650
Total Títulos Privados	335	336	265.953	305	318	189.031
	111.006	131.138	266.162	103.456	126.000	189.256
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	2.363	2.427	251.565	-	-	186.367
A vencer entre 361 e 1080 dias	2.392	2.598	11.456	2.254	2.335	-
A vencer a partir de 1081 dias	106.251	126.113	3.141	101.202	123.665	2.889
	111.006	131.138	266.162	103.456	126.000	189.256
Total Contábil (A + B)			397.300			315.256
Caixa/provisões fundos			(3)			(3)
Total Renda Fixa			397.297			315.253

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.

Plano Prev Mosaic 1

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	94.432	110.023	-	88.048	105.474	-
Total Títulos Públicos	94.432	110.023	-	88.048	105.474	-
Títulos privados						
CDB	-	-	6.411	-	-	-
Compromissadas (i)	-	-	147.800	-	-	130.371
Letra Financeira	-	-	2.106	-	-	4.179
Total Títulos Privados	-	-	156.317	-	-	134.550
	94.432	110.023	156.317	88.048	105.474	134.550
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	-	-	154.211	-	-	134.550
A vencer entre 361 e 1080 dias	-	-	2.106	-	-	-
A vencer a partir de 1081 dias	94.432	110.023	-	88.048	105.474	-
	94.432	110.023	156.317	88.048	105.474	134.550
Total Contábil (A + B)			266.340			240.024
Caixa/provisões fundos			(6)			(7)
Total Renda Fixa			266.334			240.017

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.

Plano Prev Mosaic 2

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	1.393	1.558	-	1.294	1.492	-
Total Títulos Públicos	1.393	1.558	-	1.294	1.492	-
Títulos privados						
CDB	-	-	5.448	-	-	-
Compromissadas (i)	-	-	125.572	-	-	99.788
Letra Financeira	-	-	2.019	-	-	3.474
Total Títulos Privados	-	-	133.039	-	-	103.262
	1.393	1.558	133.039	1.294	1.492	103.262
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	-	-	131.020	-	-	103.262
A vencer entre 361 e 1080 dias	-	-	2.019	-	-	-
A vencer a partir de 1081 dias	1.393	1.558	-	1.294	1.492	-
	1.393	1.558	133.039	1.294	1.492	103.262
Total Contábil (A + B)			134.597			104.754
Caixa/provisões fundos			(1)			(1)
Total Renda Fixa			134.596			104.753

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.

Plano Prevaler

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos privados						
CDB	-	-	7.180	-	-	-
Debêntures	-	-	1.707	-	-	1.595
Compromissadas (i)	-	-	165.477	-	-	106.262
Letra Financeira	-	-	6.539	-	-	9.749
Total Títulos Privados	-	-	180.903	-	-	117.606
	-	-	180.903	-	-	117.606
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	-	-	172.657	-	-	116.011
A vencer entre 361 e 1080 dias	-	-	6.539	-	-	-
A vencer a partir de 1081 dias	-	-	1.707	-	-	1.595
	-	-	180.903	-	-	117.606
Total Contábil (A + B)			180.903			117.606
Caixa/provisões fundos			(2)			(2)
Total Renda Fixa			180.901			117.604

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.

Plano Vale Fertilizantes

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	1.153	1.295	-	1.073	1.239	-
NTN – Série C	229	228	136	247	235	147
LTN	-	-	-	-	-	-
Total Títulos Públicos	1.382	1.523	136	1.320	1.474	147
Títulos privados						
CDB	-	-	2.653	-	-	-
Debêntures	27	27	892	25	26	879
Compromissadas (i)	-	-	61.144	-	-	47.205
Letra Financeira	-	-	3.417	-	-	5.368
Total Títulos Privados	27	27	68.106	25	26	53.452
	1.409	1.550	68.242	1.345	1.500	53.599
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	1	1	63.797	-	-	52.574
A vencer entre 361 e 1080 dias	-	-	3.417	1	1	-
A vencer a partir de 1081 dias	1.408	1.549	1.028	1.344	1.499	1.025
	1.409	1.550	68.242	1.345	1.500	53.599
Total Contábil (A + B)			69.792			55.099
Caixa/provisões fundos			(1)			(1)
Total Renda Fixa			69.791			55.098

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.

Plano Vale Mais

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	7.373.285	8.271.072	-	5.128.379	6.163.103	-
NTN – Série C	32916	32.822	19.559	35.527	33.804	21.110
LTN	-	-	-	-	-	-
Total Títulos Públicos	7.406.201	8.303.894	19.559	5.163.906	6.196.907	21.110
Títulos privados						
CDB	-	-	230.256	-	-	-
Debêntures	23.978	24.102	102.823	21.865	22.811	102.987
Compromissadas (i)	-	-	5.306.838	-	-	4.985.915
Letra Financeira	-	-	324.955	-	-	484.777
Total Títulos Privados	23.978	24.102	5.964.872	21.865	22.811	5.573.679
	7.430.179	8.327.996	5.984.431	5.185.771	6.219.718	5.594.789
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	116.226	119.569	5.537.095	-	-	5.479.775
A vencer entre 361 e 1080 dias	157.987	170.141	324.955	110.837	115.320	-
A vencer a partir de 1081 dias	7.155.966	8.038.286	122.381	5.074.934	6.104.398	115.014
	7.430.179	8.327.996	5.984.431	5.185.771	6.219.718	5.594.789
Total Contábil (A + B)			14.312.427			11.814.507
Caixa/provisões fundos			(121)			(95)
Total Renda Fixa			14.312.306			11.814.412

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.

Plano Valiaprev

	2025			2024		
	Mantidos até o vencimento		Negociação	Mantidos até o vencimento		Negociação
Papel	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)	Valor de Mercado	Curva (A)	Mercado (B)
Títulos Federais						
NTN – Série B	523.755	571.829	-	260.635	318.326	-
NTN – Série C	1.860	1.859	1.106	2.007	1.915	1.194
LTN	-	-	-	-	-	-
Total Títulos Públicos	525.615	573.688	1.106	262.642	320.241	1.194
Títulos privados						
CDB	-	-	30.717	-	-	-
Debêntures	1.009	1.014	11.014	920	960	10.037
Compromissadas (i)	-	-	707.988	-	-	634.748
Letra Financeira	-	-	45.278	-	-	67.444
Total Títulos Privados	1.009	1.014	794.997	920	960	712.229
	526.624	574.702	796.103	263.562	321.201	713.423
Por prazo de vencimento						
A vencer em 360 dias	8.199	8.411	738.705	-	-	702.191
A vencer entre 361 e 1080 dias	5.576	6.060	45.278	7.818	8.078	-
A vencer a partir de 1081 dias	512.849	560.231	12.120	255.744	313.123	11.232
	526.624	574.702	796.103	263.562	321.201	713.423
Total Contábil (A + B)			1.370.805			1.034.624
Caixa/provisões fundos			(17)			(12)
Total Renda Fixa			1.370.788			1.034.612

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são títulos públicos alocados em fundos de investimentos no segmento de renda fixa.

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA tem capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

5.3 Rolagem de títulos públicos classificados na categoria "mantidos até o vencimento"

Considerando que a Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, alterada pela resolução CNPC nº 61 de 11 de dezembro de 2024, prevê que as operações de alienação de títulos públicos federais, classificados como "títulos mantidos até o vencimento", realizadas em até trinta dias da aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior aos dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção da entidade quando da classificação dos mesmos na referida categoria e que a alienação de títulos com vencimentos mais curtos concomitantemente com a aquisição de títulos mais longos, otimizam o fluxo de caixa de ativos e passivos do plano. Em 2025 não houve tais operações.

5.4 Acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objetos dos ajustes de precificação

Os normativos vigentes determinam a apuração do ajuste de precificação, ajuste este que se caracteriza pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento com suas respectivas taxas comparado a estes mesmos títulos precificados às taxas de juros do passivo de cada um dos planos administrados pela Valia.

Na apuração do ajuste de precificação de 2025 e 2024, foram calculadas diferenças positivas, ou seja, o valor dos títulos na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados a taxa do passivo dos planos é superior aos valores contabilizados, os quais não são passíveis de utilização para fins de destinação de superávit, conforme previsto na referida Instrução.

Abaixo são demonstrados os títulos objetos dos ajustes de precificação (em milhares de reais), apresentados na Demonstração do Ativo Líquido dos planos de benefícios. Estes títulos estão agrupados por faixas de vencimento, respeitando a participação, por plano de benefício, nos fundos de investimento que possuem estes ativos em suas carteiras:

Abono Complementação	Título Federal	Quantidade	Valor Contábil	Valor com taxa atuarial 5,12%	Ajuste de precificação
Faixas de vencimento					
A vencer em 360 dias	NTN-B	277	1.295	1.303	8
A vencer a partir de 1081 dias	NTN-B e NTN-C	77.640	451.471	498.059	46.588
		77.917	452.766	499.362	46.596

Benefício Definido	Título Federal	Quantidade	Valor Contábil	Valor com taxa atuarial 4,79%	Ajuste de precificação
Faixas de vencimento					
A vencer em 360 dias	NTN-B	96.087	451.202	452.909	1.707
A vencer entre 361 e 1080 dias	NTN-B	182.947	875.133	881.029	5.896
A vencer a partir de 1081 dias	NTN-B e NTN-C	1.141.532	5.563.363	5.821.502	258.139
		1.420.566	6.889.698	7.155.440	265.742

Cenibra	Título Federal	Quantidade	Valor Contábil	Valor com taxa atuarial 4,96%	Ajuste de precificação
Faixas de vencimento					
A vencer em 360 dias	NTN-B	5	23	23	-
A vencer a partir de 1081 dias	NTN-B e NTN-C	2.127	12.054	12.271	217
		2.132	12.077	12.294	217

Mosaic Mais Previdência	Título Federal	Quantidade	Valor Contábil	Valor com taxa atuarial 4,75%	Ajuste de precificação
Faixas de vencimento					
A vencer em 360 dias	NTN-B	740	2.427	2.438	11
A vencer entre 361 e 1080 dias	NTN-B	534	2.598	2.574	(24)
A vencer a partir de 1081 dias	NTN-B e NTN-C	35.680	52.709	60.218	7.509
		36.954	57.734	65.230	7.496

Vale Fertilizantes	Título Federal	Quantidade	Valor Contábil	Valor com taxa atuarial 4,59%	Ajuste de precificação
Faixas de vencimento					
A vencer em 360 dias	NTN-B	22	1	1	-
A vencer a partir de 1081 dias	NTN-B e NTN-C	67	6	7	1
		89	8	9	1

Vale Mais	Título Federal	Quantidade	Valor Contábil	Valor com taxa atuarial 4,89%	Ajuste de precificação
Faixas de vencimento					
A vencer em 360 dias	NTN-B	19.204	90.216	90.313	97
A vencer entre 361 e 1080 dias	NTN-B	35.274	170.141	169.483	(659)
A vencer a partir de 1081 dias	NTN-B e NTN-C	933.974	4.412.145	4.891.779	479.634
		988.452	4.672.502	5.151.574	479.072

Valiaprev	Título Federal	Quantidade	Valor Contábil	Valor com taxa atuarial 4,75%	Ajuste de precificação
Faixas de vencimento					
A vencer em 360 dias	NTN-B	1.975	8.411	8.459	48
A vencer entre 361 e 1080 dias	NTN-B	1.245	6.060	6.001	(58)
A vencer a partir de 1081 dias	NTN-B e NTN-C	43.355	163.562	185.492	21.930
		46.575	178.032	199.952	21.920

Prev Mosaic 1	Título Federal	Quantidade	Valor Contábil	Valor com taxa atuarial 4,86%	Ajuste de precificação
Faixas de vencimento					
A vencer a partir de 1081 dias	NTN-B e NTN-C	19.369	92.266	102.456	10.190
		19.369	92.266	102.456	10.190

Prev Mosaic 2	Título Federal	Quantidade	Valor Contábil	Valor com taxa atuarial 4,75%	Ajuste de precificação
Faixas de vencimento					
A vencer a partir de 1081 dias	NTN-B e NTN-C	306	1.403	1.659	257
		306	1.403	1.659	257

Em 31 de dezembro, os ajustes de precificação totalizam os seguintes valores:

Plano	2025	2024
Abono Complementação	46.596	53.229
Benefício Definido	265.742	264.145
Cenibra	217	935
Mosaic Mais Previdência	7.495	5.835
Vale Fertilizantes	1	37
Vale Mais	479.072	253.214
Valiaprev	21.919	13.329
Prev Mosaic 1	10.190	9.884
Prev Mosaic 2	257	255

5.5 Rentabilidade dos Planos e Opções de Investimento

	Investimentos		Rentabilidade	
Plano	2025	2024	2025 - %	2024 - %
Abono Complementação	1.748.070	1.801.492	8,58	9,91
Benefício Definido	10.457.608	10.798.201	10,00	8,85
Cenibra	33.613	34.117	9,85	11,02
Mosaic Mais Previdência	458.575	403.919	14,37	8,76
Prev Mosaic 1	278.894	251.429	13,49	9,84
Prev Mosaic 2	150.530	116.520	15,95	8,95
Prevaler	215.001	164.759	15,95	6,84
Vale Fertilizantes	77.345	71.943	14,95	8,12
Vale Mais	17.164.797	15.407.730	13,34	8,57
Valiaprev	1.691.657	1.470.264	14,92	8,16
PGA	450.050	418.091	14,22	10,62
Consolidado	32.726.140	30.938.463	12,09	8,77

Os planos Abono Complementação e Cenibra possuem parte majoritária de suas carteiras alocada em títulos atrelados à inflação, e, como a inflação foi menor em 2025, o retorno dos investimentos reduziu.

O Plano Benefício Definido apresentou rentabilidade maior, principalmente por conta do segmento estruturado (fundos de participações), que tiveram expressiva valorização. Os planos Benefício Definido e Cenibra têm programa ativo de distribuição de superávit, com desembolsos representativos anualmente, o que explica a diferença patrimonial.

Os planos Vale Mais, Valiaprev, Mosaic Mais Previdência, Prev Mosaic 1 e Prev Mosaic 2 e Vale Fertilizantes possuem carteiras diversificadas entre renda fixa a mercado e na curva, além de outros segmentos, de acordo com o perfil de cada obrigação. A rentabilidade consolidada reflete a ponderação destas carteiras, tendo a parcela em renda variável contribuído significativamente para a elevação do retorno.

O plano Prevaler possui uma alocação diversificada em ativos marcados a mercado. Dessa forma, com a rentabilidade positiva dos índices de renda variável houve um aumento da rentabilidade em 2025. Adicionalmente, o plano Prevaler conta com influxo de contribuições positivo.

O Plano PGA tem rentabilidade associada a alocações em renda fixa de baixo risco.

A VALIA oferece Opções de Investimento aos participantes dos planos Mosaic Mais Previdência, Prev Mosaic 1, Prev Mosaic 2, Prevaler, Vale Mais e Valiaprev conforme apresentado abaixo:

Opções de investimento - Plano Mosaic Mais Previdência - CNPB 2020.0002-29

Tipo de opção	População 2025	População 2024	Volume de recursos 2025	Volume de recursos 2024	Rentabilidade 2025 (%)	Rentabilidade 2024 (%)
DI	21	15	11.574	7.199	14,27	10,83
Mix	349	370	54.931	47.763	13,98	10,22
Mix 20	3.148	3.347	185.343	161.205	17,05	7,08
Mix 40	95	104	26.747	23.836	20,09	4,04
Mix 60	10	9	1.983	1.369	24,59	(0,19)

O plano Mosaic Mais Previdência possui elevado percentual de participantes ativos, com as contribuições influenciando positivamente o aumento de patrimônio. Ademais as opções de investimentos apresentaram desempenho maior devido à expressiva valorização do mercado acionário e à elevação da Taxa Selic.

Opções de investimento - Plano Prev Mosaic 1 - CNPB 2011.0021-92

Tipo de opção	População 2025	População 2024	Volume de recursos 2025	Volume de recursos 2024	Rentabilidade 2025 (%)	Rentabilidade 2024(%)
0% RV	418	412	88.421	72.743	14,27	10,84
10% RV	17	17	10.726	13.391	16,39	8,74
20% RV	25	30	31.463	29.495	18,33	6,54
35% RV	25	29	12.571	12.637	21,52	3,43

Plano Prev Mosaic 1 está fechado para novos participantes. Dessa forma o movimento entre perfis de investimentos tende a privilegiar o perfil 0%RV, que é o perfil de assistidos. Ademais as opções de investimentos apresentaram desempenho maior devido à expressiva valorização do mercado acionário e à elevação da Taxa Selic.

Opções de investimento - Plano Prev Mosaic 2 - CNPB 2011.0022-65

Tipo de opção	População 2025	População 2024	Volume de recursos 2025	Volume de recursos 2024	Rentabilidade 2025 (%)	Rentabilidade 2024(%)
0% RV	1.898	1.809	91.676	67.623	14,26	10,83
10% RV	88	96	14.543	12.097	16,32	8,85
20% RV	113	128	25.250	20.545	18,31	6,62
35% RV	58	75	17.121	14.391	21,43	3,39

O Plano Prev Mosaic 2 possui elevado percentual de participantes ativos, com as contribuições influenciando positivamente o aumento de patrimônio. Ademais as opções de investimentos apresentaram desempenho maior devido à expressiva valorização do mercado acionário e à elevação da Taxa Selic.

Opções de investimento - Plano Prevaler - CNPB 2019.0023-29

Tipo de opção	População 2025	População 2024	Volume de recursos 2025	Volume de recursos 2024	Rentabilidade 2025 (%)	Rentabilidade 2024(%)
Base	4.071	2.031	50.933	21.525	14,03	10,61
Moderado	1.963	1.895	54.290	53.603	13,54	9,53
Multi	4.350	4.079	59.584	48.210	16,44	6,38
Ative	2.572	2.609	43.659	37.798	19,53	3,39
Intense	537	444	6.535	3.623	24,01	(1,69)

No Plano Prevaler as contribuições influenciaram positivamente o aumento de patrimônio. Ademais as opções de investimentos apresentaram desempenho maior devido à expressiva valorização do mercado acionário e à elevação da Taxa Selic.

Opções de investimento - Plano Vale Mais - CNPB 1999.0052-11

Tipo de opção	População 2025	População 2024	Volume de recursos 2025	Volume de recursos 2024	Rentabilidade 2025 (%)	Rentabilidade 2024 (%)
DI	1.479	951	871.777	347.115	14,24	10,79
Mix	4.750	4.558	1.516.931	1.364.529	13,47	10,32
Mix 20	43.989	46.412	4.993.324	4.432.873	16,50	7,31
Mix 40	3.482	3.792	945.910	883.124	19,60	4,25
Mix 60	614	408	77.165	43.111	24,46	(0,89)
Ciclo 2020	48	42	5.299	4.534	14,94	8,38
Ciclo 2025	192	168	26.034	19.604	17,37	6,60
Ciclo 2030	392	355	87.537	75.667	18,73	5,03
Ciclo 2035	837	723	92.363	73.017	19,95	3,59
Ciclo 2040	1.711	1.565	103.167	76.757	20,72	3,03
Ciclo 2045	3.626	3.192	146.274	102.152	21,69	1,65
Ciclo 2050	5.466	4.734	132.409	84.086	22,94	0,12
Ciclo 2055	6.553	5.636	107.810	64.034	24,45	(1,35)
Ciclo 2060	12.206	10.947	76.355	42.138	25,47	(2,45)
Ciclo 2065	1.590	-	409	-	11,32	-

O Plano Vale Mais possui elevado percentual de participantes ativos, com as contribuições influenciando positivamente o aumento de patrimônio. Ademais as opções de investimentos apresentaram desempenho maior devido à expressiva valorização do mercado acionário e à elevação da Taxa Selic.

Opções de investimento - Plano Valiaprev - CNPB 2000.0082-83

Tipo de opção	População 2025	População 2024	Volume de recursos 2025	Volume de recursos 2024	Rentabilidade 2025 (%)	Rentabilidade 2024(%)
DI	214	126	80.469	30.602	14,26	10,81
Mix	736	709	158.853	122.033	13,30	10,36
Mix 20	11.553	12.446	809.654	739.482	16,38	7,34
Mix 40	465	519	98.229	84.321	19,51	4,26
Mix 60	74	58	10.132	6.552	24,24	(0,81)
Ciclo 2020	19	13	2.818	1.560	14,67	8,25
Ciclo 2025	40	29	3.889	4.025	17,19	6,68
Ciclo 2030	84	74	8.958	6.348	18,56	5,05
Ciclo 2035	184	158	9.039	8.301	19,74	3,66
Ciclo 2040	404	337	16.258	10.687	20,59	2,84
Ciclo 2045	886	802	20.908	16.818	21,59	1,70
Ciclo 2050	1.186	1.042	17.997	11.484	22,83	0,15
Ciclo 2055	1.227	1.067	11.912	7.021	24,35	(1,32)
Ciclo 2060	2.087	1.858	10.924	6.438	25,37	(2,42)
Ciclo 2065	225	-	71	-	10,94	-

O Plano Valiaprev possui elevado percentual de participantes ativos, com as contribuições influenciando positivamente o aumento de patrimônio. Ademais as opções de investimentos apresentaram desempenho maior devido à expressiva valorização do mercado acionário e à elevação da Taxa Selic.

5.6 Reavaliação dos imóveis

A VALIA realiza anualmente a reavaliação da sua carteira imobiliária. A reavaliação de 2025 foi realizada pela empresa CAPRIGHT BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 17.697.132/0001-17. O laudo é assinado por profissional registrado no CREA-SP 5069764070-SP, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do serviço, sob o número 2620242156193.

Os quadros a seguir apresentam os valores das reavaliações dos investimentos imobiliários da Valia.

Posição da carteira imobiliária em 31 de dezembro de 2025:

	Data-base do Laudo	Valor do Imóvel	Vida útil Remanescente (anos)	Efeito no Resultado
Carteira Imobiliária				
América Business Park	nov-25	55.358	36	836
Centro Empresarial Cidade Nova	nov-25	185.653	28	(2.643)
Centro Empresarial Mourisco	nov-25	42.342	36	1.425
Cidade Jardim Corporate Center	nov-25	-	-	-
Ed. Sede de Empresas	nov-25	21.850	33	10
Edifício Barão de Mauá	nov-25	302.227	42	2.868
Edifício Candelária Corporate	nov-25	42.345	38	125
Rio Office Tower	nov-25	168.406	42	(1.690)
Aluguéis e taxas a receber (*)		188.082		-
		1.006.263		931

Para o empreendimento Centro Empresarial Cidade Nova, desde 2021, havia uma promessa de compra e venda das salas 1904 e 1905 do empreendimento para a Sideralis Negócios e Participações, mas apenas em março de 2025 foi concluída a venda das unidades 1904 e 1905 do edifício Teleporto, no valor total de R$ 10.697, resultando no reconhecimento de uma receita de R$ 4.253, sendo R$ 1.382 de atualização monetária e R$ 2.871 de ganho na venda. A operação foi estruturada com o pagamento de um sinal de 20% em novembro de 2021, no valor de R$ 1.863, seguido por duas parcelas: a primeira, correspondente a 40% do valor, liquidada em dezembro de 2024 no montante de R$ 4.373, e a segunda, também de 40%, quitada em março de 2025 no valor de R$ 4.461. Vale ressaltar que, em dezembro de 2024, foi realizada a avaliação das unidades, contabilizada no valor de R$ 6.444. Esse empreendimento está distribuído entre os planos Benefício Definido e Vale Mais, nas proporções, respectivamente, de 93,69% e 6,31%.

Em novembro de 2025, foi concluída a venda do edifício Cidade Jardim Corporate Center para a JHSF Capital pelo valor de R$ 260.100, resultando no reconhecimento de um prejuízo contábil de aproximadamente R$ 17.739. A operação foi estruturada com o pagamento de um sinal de R$ 78.000 novembro de 2025, seguido por cinco parcelas semestrais: quatro delas no valor de R$ 25.000 cada e a última no mesmo valor do sinal. Vale ressaltar, que esse empreendimento está distribuído entre os planos Benefício Definido e Vale Mais, nas proporções respectivamente, de 71,30% e de 28,70% e que as parcelas estão sujeitas à correção pela variação positiva do IPCA/IBGE, aplicada desde a data de assinatura do contrato até o efetivo pagamento.

Posição da carteira imobiliária em 31 de dezembro de 2024:

	Data-base do Laudo	Valor do Imóvel	Vida útil Remanescente (anos)	Efeito no Resultado
Carteira Imobiliária				
América Business Park	nov-24	54.522	37	(1.227)
Centro Empresarial Cidade Nova	nov-24	194.740	29	(12.046)
Centro Empresarial Mourisco	nov-24	40.917	37	215
Cidade Jardim Corporate Center	nov-24	277.839	40	(3.888)
Ed. Sede de Empresas	nov-24	21.840	34	208
Edifício Barão de Mauá	nov-24	299.359	43	(2.237)
Edifício Candelária Corporate	nov-24	42.220	39	(8.453)
Rio Office Tower	nov-24	170.096	43	(4.513)
Aluguéis e taxas a receber (*)		4.110		-
		1.105.643		(31.941)

(*) Valores considerando provisão para perdas

O resultado da reavaliação foi positivo em R$ 931 em 2025 (negativo em R$ 31.941 em 2024), conforme detalhado a seguir:

	Impacto no resultado do exercício	
Imóveis	2025	2024
Imóveis de Uso Próprio	10	146
Locados a Terceiros	921	(32.087)
	931	(31.941)

A metodologia de avaliação utilizada foi a do método comparativo direto.

As premissas utilizadas para a avaliação dos ativos foram as informações e medidas retiradas da documentação legal dos imóveis, na vistoria externa e interna dos imóveis, e do seu entorno, na análise de suas documentações, a fim de verificar se não possuem comprometimentos de nenhuma natureza (técnicos, documentais, licenças etc.) que impossibilitem ou interfiram no processo de comercialização e, na análise do mercado, onde os ativos estão inseridos. As principais premissas utilizadas foram: fator de fonte – oferta, fator de localização (transposição), fator de área, fator de depreciação, fator de posicionamento vertical.

O valor de mercado do ativo reflete as condições da estrutura, da conjuntura, da conduta, do tempo de exposição no mercado e do desempenho do mercado na data de referência da avaliação.

Dessa forma, baseado nas tendências do mercado na região na qual o imóvel está inserido, nas suas especificações técnicas, na sua potencialidade, nas práticas do mercado imobiliário e na situação em que se encontra, é que o avaliador define o valor do imóvel.

5.7 Provisão para perdas

Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa

Em conformidade com os normativos vigentes, a VALIA adotou para fins de constituição de provisão para perda os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

(i) Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
(ii) Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
(iii) Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
(iv) Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
(v) Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
(vi) Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
(vii) Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

Com relação à inadimplência, referente aos aluguéis e outros direitos a receber da carteira imobiliária, em 31 de dezembro de 2025, foram provisionados respectivamente, R$ 0,14 no plano Benefício Definido, enquanto R$ 11 para o plano Vale Mais.

No que tange à carteira de empréstimos, o valor da provisão é de R$ 14.570 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 11.617 em 31 de dezembro de 2024) nos planos Benefício Definido, Mosaic Mais Previdência, Vale Mais, Valiaprev, Prev Mosaic 1, Prev Mosaic 2, Vale Fertilizantes e Prevaler.

Importante destacar que em 2025, a carteira de empréstimos cresceu aproximadamente R$ 131.000 (em torno de 14% de aumento). Ainda assim, a carteira manteve a taxa de inadimplência em 0,74% bem abaixo do benchmark de 4,78% do Banco Central, principalmente pelos fatores: (i) recuperação de créditos inadimplentes e (ii) manutenção das garantias das condições dos empréstimos ofertados conforme público.

Provisão para perdas de investimento

Desde 2016, a Administradora do FIP Sondas, alegando cumprir o dever de ajustar a avaliação dos ativos componentes da carteira do Fundo sempre que tenha havido indicação de perdas prováveis na realização do seu valor, registrou na carteira do Fundo provisão para perdas (*impairment*) de 100% do valor do investimento realizado na Sete Brasil Participações S.A. Tal provisão continua sendo praticada.

A Valia, conforme determinação do seu Conselho Deliberativo, está tomando todas as medidas cabíveis na defesa dos interesses da Fundação em relação ao investimento feito no FIP Sondas, sem renunciar a qualquer direito que tenha em relação ao tema, inclusive buscando reparação indenizatória nas esferas pertinentes.

Em 2019, foi lavrado auto de infração por suposta aplicação de recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefício em desacordo com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional, o qual, em 2024, foi arquivado por ter sido reconhecida pela CRPC (Câmara de Recursos da Previdência Complementar) a prescrição da pretensão punitiva em favor dos autuados.

Em 2020, foi oferecida denúncia, pelo Ministério Público Federal, em face de três dirigentes, subsidiada, unicamente, no referido Auto de Infração. Em 14 de fevereiro de 2025, foi proferida sentença que absolveu sumariamente os acusados. Recurso do Ministério Público aguardando inclusão em pauta para julgamento.

Importante salientar que a VALIA submeteu o investimento à avaliação de uma independente Comissão de Apuração de Responsabilidades, que concluiu pela inexistência de responsabilidade civil dos profissionais da Fundação envolvidos no investimento. A Fundação apoiou e continuará apoiando seus profissionais e defendendo seu processo de investimento.

6. Imobilizado e Intangível

A VALIA realiza anualmente o inventário físico dos bens patrimoniais compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a Resolução CNPC nº 43 de 6 de agosto de 2021. O grupo Imobilizado e Intangível está registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme quadro a seguir:

	2025	2024	Var (%)
Imobilizado	5.806	5.371	8,10
Intangível	49.193	42.450	15,88
	54.999	47.821	15,01

Com relação a evolução do intangível no período, destacamos o desenvolvimento do sistema de gestão de requerimentos, a evolutiva dos sistemas legados e o desenvolvimento do ERP Previdenciário, tudo em linha com o orçamento de projetos aprovado pelo Conselho Deliberativo.

7. Custeio Administrativo

Para apuração do saldo do Fundo Administrativo de cada plano são utilizados os seguintes critérios:

- Fluxo Administrativo Específico: Identificação dos planos na origem do fluxo de entrada, saída e valorização dos valores;
- Fluxo Administrativo Comum: O critério de rateio do fluxo administrativo comum entre os planos de benefícios utiliza metodologia aprovada pelo Conselho Deliberativo, que pondera o orçamento administrativo das áreas da VALIA com as principais características dos planos tais como: patrimônio de investimento gerido, por modalidade de investimento, fluxo financeiro previdencial, volume de atendimento receptivo aos participantes e número de patrocinadores.

Abaixo o detalhamento dos principais grupos de despesas administrativas:

7.1 Despesas com Pessoal e Encargos

	2025	2024	Var (%)
Dirigentes	8.428	6.256	34,72
Pessoal Próprio	66.057	62.991	4,87
Estagiários/Jovens Aprendizes	538	421	27,79
Comitê de Auditoria	298	223	33,63
	75.321	69.891	7,77

As variações no grupo de despesas com pessoal e encargos decorrem do reajuste anual pelo acordo coletivo de trabalho, das adequações do quadro funcional da Valia, como a reposição de vagas em aberto em 2025 e utilização da assistência médica.

7.2 Despesas com serviços de terceiros

	2025	2024	Var (%)
Serviços Atuariais	1.245	947	31,47
Serviços Contábeis	19	-	100,00
Serviços Jurídicos	2.540	2.316	9,67
Recursos Humanos	1.003	721	39,11
Informática	24.826	19.312	28,55
Gestão / Planejamento Estratégico	282	497	(43,26)
Auditoria Contábil	335	362	(7,46)
Serviços e Consultoria de Investimentos	716	463	54,64
Serviços de Conservação e Manutenção	1.379	1.252	10,14
Outras	6.747	6.281	7,42
Serviço de Guarda e Gestão Documental	468	494	(5,26)
Serviço de Comunicação/MKT e Educação Previdenciária	863	1.431	(39,69)
Serviço de Processamento e Consulta de Dados	1.605	979	63,94
Serviços Gráficos e Reprografia	70	78	(10,26)
Outros Serviços de Terceiros	3.741	3.299	13,40
	39.092	32.151	21,59

A variação das rubricas em 2025 decorre de reajustes contratuais e ampliações de escopo. Abrange os serviços atuariais das consultorias voltadas aos projetos de superávit dos planos Vale Mais e Vale Fertilizantes, bem como o estudo para criação do PIPPP (Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária), em razão do processo de retirada da MCR do plano Valiaprev. Somam-se os impactos das iniciativas de RH ligados a saúde mental/eventos, o aumento em Tecnologia representado principalmente pelos novos serviços de segurança dos canais digitais e reflexos da implementação do sistema de Empréstimos aos Participantes, da prestadora de serviço ligada ao financiamento imobiliário e o aumento do volume de uso do serviço de consultas de crédito impulsionado pelas Operações com Participantes.

7.3 Custeio Administrativo - Investimento

Além do valor arrecadado de taxa carregamento sobre as contribuições, a VALIA pode utilizar para cobertura das despesas administrativas a taxa de administração sobre os demais investimentos, conforme plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo. O total do custeio administrativo dos investimentos é detalhado abaixo:

Plano	2025	2024	Var (%)
Benefício Definido	49.440	51.504	(4,01)
Cenibra	176	-	100,00
Mosaic Mais Previdência	293	1.075	(72,74)
Prev Mosaic 1	105	729	(85,60)
Prev Mosaic 2	171	604	(71,69)
Prevaler	761	569	33,74
Vale Fertilizantes	310	331	(6,34)
Vale Mais	47.133	37.521	25,62
Valiaprev	1.777	894	98,77
Total	100.166	93.227	7,44

No plano de custeio 2025, o plano Cenibra passou a ter taxa de administração incidente sobre seus investimentos. Os planos Mosaic Mais Previdência, Prev Mosaic 1, Prev Mosaic 2 e Vale Fertilizantes passaram a ter seu custeio administrativo registrado no grupo Cobertura/Reembolso de Despesas Administrativas. O plano Vale Mais usa a rentabilidade da parcela de Risco para cobertura da taxa de administração. Tanto o plano Vale Mais como o plano Valiaprev tiveram aumento no valor arrecadado de taxas de empréstimos, seguindo a mesma tendência de crescimento da carteira.

Todas essas taxas observam o cumprimento do Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo.

7.4 Despesas com Fomento

Em janeiro de 2019, conforme aprovação do Conselho Deliberativo, foi transferido o montante de R$ 2.000 para o Fundo Administrativo Compartilhado. Este fundo vem sendo consumido pelos gastos do plano instituído da VALIA– Plano Prevaler. Em 2025, não houve gastos desta natureza. Em 2024, foi consumido R$ 40.

8. Exigível operacional da gestão previdencial

	2025	2024	Var (%)
Benefícios a pagar	2.735	2.000	36,75
Retenções a recolher	16.175	14.946	8,22
Recursos antecipados	4.828	4.828	-
Outras exigibilidades	4.684	1.179	297,29
Valores em trânsito	117	99	18,18
Valores a identificar	4.567	1.049	335,37
Contribuições/Portabilidade	-	31	(100,00)
	28.422	22.953	23,83

A variação na rubrica benefícios a pagar refere-se preponderantemente aos valores a pagar de benefícios no mês subsequente e valores que porventura foram rejeitados quando do primeiro pagamento, por exemplo por motivo de conta encerrada e serão devidamente reapresentados, após a correção dos dados. No grupo Outras exigibilidades os grupos mais representativos são valores em trânsito e valores a identificar. Neste grupo também, são apresentados os valores a identificar, relativo aos valores recebidos, preponderantemente de repasse dos patrocinadores, que no momento do recebimento ainda precisam da devida identificação de perfil de investimento e serão regularizados no mês subsequente.

9. Exigível operacional da gestão administrativa

Apresenta os valores a pagar relacionados a pessoal e encargos, retenções a recolher e um volume maior de pagamento a fornecedores gerando a provisão em 2025 com liquidação em 2026, no valor de R$ 34.734 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 27.204 em 2024). O valor na rubrica Receitas Antecipadas refere-se ao adiantamento da patrocinadora Vale S.A. para cobertura das despesas com a transferência de gerenciamento do Plano Ultrafértil da Petros para a Valia.

	2025	2024	Var (%)
Contas a pagar	28.454	22.820	24,69
Retenções a recolher	4.479	4.232	5,84
Receitas antecipadas	1.649	0	100,00
Outras exigibilidades	152	152	-
Aluguel uso próprio	93	90	3,33
Valores a identificar	29	55	(47,27)
Transferência	30	7	328,57
	34.734	27.204	27,68

10. Exigível operacional dos investimentos

Apresenta os valores a pagar relacionados aos fundos de investimentos, investimentos em imóvel, reduzidos pela concretização da venda das salas Centro Empresarial Cidade Nova (nota explicativa 5.6) e operações com participantes no valor de R$ 3.481 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 9.405 em 2024).

11. Contingências

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da entidade. A VALIA provisiona contabilmente todas as ações cujos prognósticos de perda são considerados, pela área jurídica, como perda provável, em decorrência das decisões judiciais proferidas em cada processo e a jurisprudência relativa às teses em discussão. Os valores atribuídos aos processos são determinados conforme cálculo das áreas técnicas da VALIA e/ou pelos peritos judiciais contábeis levando em consideração os objetos das contendas judiciais, e, mensalmente, são atualizados pelos índices de correção aplicáveis e acrescidos dos juros legais.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhamento a seguir. Em 2025, houve acréscimo de R$ 21.669 na provisão.

	2025	2024	Var (%)
Exigível Contingencial			
Gestão previdencial (Nota 11.1)	514.126	501.537	2,51
Gestão administrativa (Nota 11.2)	60.523	52.048	16,28
Investimentos (Nota 11.3)	8.514	7.906	7,69
	583.163	561.491	3,86

Abaixo os principais componentes da variação apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	561.491
Alterações de Prognósticos e Quitações	(14.624)
Encerramento de processos	(17.704)
Juros e Correção Monetária	46.000
Acréscimo PIS/COFINS	8.000
Saldo em 31 de dezembro de 2025	583.163

11.1 Exigível contingencial da gestão previdencial

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de assistidos, cujos principais objetos são as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e equivalência dos benefícios ao salário-mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como aplicação de ganhos reais aos benefícios. Existem ainda os processos com objeto Expurgos Inflacionários, que se referem a ações em que assistidos e ex-participantes (que já efetuaram o resgate da reserva de poupança) requerem a aplicação dos expurgos inflacionários ao benefício ou à reserva de poupança resgatada. Quanto ao contido na linha "Outros", cabe ressaltar que a VALIA possui outras ações relacionadas a questionamentos previdenciais diversos, cuja classificação dada pelos advogados é de perda provável:

	2025	2024	Var (%)
Gestão previdencial			
Artigo 58	258.879	234.858	10,23
Ganho real	72.597	71.602	1,39
Expurgos inflacionários	117.464	113.521	3,47
Outros	65.186	81.556	(20,07)
	514.126	501.537	2,51

Destaca-se que o aumento do saldo das provisões do Exigível Contingencial da Gestão Previdencial, no montante de R$ 12.589, se deu pelas variações de prognósticos, entrada e saída de processos, mas principalmente pela incidência de correção monetária e juros.

Tais provisões referem-se ao Abono Complementação, Plano Benefício Definido, Mosaic Mais Previdência, Vale Mais e Valiaprev.

11.2 Exigível contingencial da gestão administrativa

Nesse grupo são alocados os processos de natureza administrativa que se referem a ações de natureza tributária e trabalhista, no valor de R$ 60.523, em 31 de dezembro de 2025 (R$ 52.048 em 2024). A variação entre os exercícios decorre, preponderantemente, do processo referente ao PIS e COFINS, cujo valor provisionado corresponde ao montante total depositado em juízo mensalmente.

11.3 Exigível contingencial dos investimentos

Os processos do exigível contingencial de investimentos são decorrentes de ações relativas, preponderantemente, a imóveis da carteira da Valia, no valor de R$ 8.514, em 31 de dezembro de 2025 (R$ 7.906 em 2024). O aumento refere-se à incidência de juros e correção monetária no período.

Tais provisões referem-se aos Plano Benefício Definido, Vale Mais e Valiaprev.

11.4 Perdas possíveis

Referem-se a processos cujas teses jurídicas não estão pacificadas e que, portanto, ainda há divergência na interpretação nos tribunais. Por esse motivo, tais valores não foram reconhecidos como perda provável nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2025 e 2024.

A VALIA e seus assessores jurídicos externos e internos revisam tais status e classificações periodicamente, analisando a cada decisão de mérito proferida pelo Judiciário a pertinência de ajustes na classificação de prognóstico dos processos.

Abaixo, segue quadro com os valores classificados como perda possível, posicionados em 31 de dezembro:

	2025	2024	Var (%)
Perdas possíveis			
Gestão Previdencial	210.687	253.929	(17,03)
Gestão Administrativa	10.926	9.650	13,22
Investimentos	4.365	3.571	22,23
	225.978	267.150	(15,41)

A redução dos valores classificados como probabilidade de perda possível da Gestão Previdencial, bem como nas rubricas Investimentos e Gestão Administrativa, posicionados em 31 de dezembro de 2025, comparativamente ao exercício anterior, decorre de alterações de prognóstico e encerramentos de processos.

12. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2025 e 2024 refletem a avaliação atuarial realizada pelos atuários externos independentes Towers Watson Consultoria Ltda para os planos de benefícios Benefício Definido, Vale Mais, Valiaprev, Cenibra e Abono Complementação. Para os planos Mosaic Mais Previdência, Vale Fertilizantes, Prev Mosaic 1 e Prev Mosaic 2 a avaliação atuarial foi realizada pela Aon Holdings Corretores de Seguros Ltda. Para o plano Prevaler a avaliação atuarial foi realizada pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Conforme parecer atuarial, as hipóteses e métodos utilizados na avaliação são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, ou seja, respeitam a legislação vigente, as características da massa de participantes e os regulamentos dos planos.

Benefício concedido

Em relação ao Plano Benefício Definido, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela VALIA em relação aos participantes assistidos em gozo de suplementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à VALIA para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos com o pagamento dos benefícios de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte, benefício proporcional e benefício proporcional diferido aos participantes já assistidos em gozo de renda mensal vitalícia e de seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta remanescente para os demais participantes assistidos.

Benefício a conceder

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano Benefício Definido representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso dos demais planos, representam o saldo de contas previdenciárias (participante e patrocinador) dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício programado. Para os benefícios definidos programados, benefícios de risco e o benefício proporcional, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento destes benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores.

A seguir descrevemos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial:

Plano Benefício Definido

	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 55%	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 55%
Taxa Real Anual de Juros	4,79% a.a.	4,83% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Salários/Benefícios do Plano - 98%	Salários/Benefícios do Plano - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	N.A.	N.A.
Tábua de Rotatividade	N.A.	N.A.
Composição Familiar	Participantes Ativos, Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos: 80% casados e diferença de idade de 8 anos (homem mais velho que a mulher) Pensionistas: Família informada	Participantes Ativos, Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos: 80% casados e diferença de idade de 8 anos (homem mais velho que a mulher) Pensionistas: Família informada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: considera as carências de tempo de empresa, tempo de Valia, aposentadoria por tempo de serviço aos 30/35 anos de tempo de vinculação à Previdência Social ou por idade aos 60/65 anos, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: considera as carências de tempo de empresa, tempo de Valia, aposentadoria por tempo de serviço aos 30/35 anos de tempo de vinculação à Previdência Social ou por idade aos 60/65 anos, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial

Plano Abono Complementação

	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	N.A.	N.A.
Taxa Real Anual de Juros	5,12% a.a.	4,87% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Benefícios do Plano - 98%	Benefícios do Plano - 98%
Projeção de Crescimento Real de Benefício	0,50% a.a.	0,50% a.a.
Tábua de Rotatividade	N.A.	N.A.
Composição Familiar	Aposentados: 75% casados e diferença de idade de 10 anos (homem mais velho que a mulher) Pensionistas: Família informada	Aposentados: 75% casados e diferença de idade de 10 anos (homem mais velho que a mulher) Pensionistas: Família informada

Plano Vale Mais

Subplano Benefício Proporcional	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 Masculina desagravada em 50% (apenas para pensionistas inválidos)	MI-85 Masculina desagravada em 50% (apenas para pensionistas inválidos)
Tábua de Entrada em Invalidez	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 75%	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 75%
Taxa Real Anual de Juros	4,89% a.a.	4,89% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Benefícios do Plano (Concedidos) - 98%	Benefícios do Plano (Concedidos) - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	N.A.	N.A.
Tábua de Rotatividade	N.A.	N.A.
Composição Familiar	Participantes Ativos, Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos: 85% casados e participante do sexo masculino 5 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 3 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada	Participantes Ativos, Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos: 85% casados e participante do sexo masculino 5 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 3 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena	100% na elegibilidade à aposentadoria plena

Subplano Risco	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 Masculina desagravada em 50%	MI-85 Masculina desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 75%	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 75%
Taxa Real Anual de Juros	4,89% a.a.	4,89% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Salários/Benefícios do Plano - 98%	Salários/Benefícios do Plano - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	2,0% a.a. até 55 anos	2,0% a.a. até 55 anos
Tábua de Rotatividade	Experiência Vale Mais 2019 – 2023 Modificada	Experiência Vale Mais 2019 – 2023 Modificada
Composição Familiar	Participantes Ativos e Aposentados: 85% casados e participante do sexo masculino 5 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 3 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada	Participantes Ativos e Aposentados: 85% casados e participante do sexo masculino 5 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 3 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra

Subplano Renda	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 Masculina desagravada em 50%	MI-85 Masculina desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	N.A.	N.A.
Taxa Real Anual de Juros	4,89% a.a.	4,89% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 98%	Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	N.A.	N.A.
Tábua de Rotatividade	N.A.	N.A.
Composição Familiar	Participantes Ativos e Aposentados: 85% casados e participante do sexo masculino 5 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 3 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada	Participantes Ativos e Aposentados: 85% casados e participante do sexo masculino 5 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 3 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra

Plano Valiaprev

Subplano Risco	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 Masculina desagravada em 50%	MI-85 Masculina desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 75%	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 75%
Taxa Real Anual de Juros	4,75% a.a.	4,75% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Salários/Benefícios do Plano - 98%	Salários/Benefícios do Plano - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	2% a.a. até 55 anos	2% a.a. até 55 anos
Tábua de Rotatividade	Experiência Valiaprev 2019 – 2023 Modificada	Experiência Valiaprev 2019 – 2023 Modificada
Composição Familiar	Participantes Ativos e Aposentados: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada	Participantes Ativos e Aposentados: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena (55 anos de idade e 5 anos de plano)	100% na elegibilidade à aposentadoria plena (55 anos de idade e 5 anos de plano)

Subplano Renda	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina	AT-2012 Basic Masculina Desagravada em 20% e AT-2012 Basic Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 Masculina desagravada em 50%	MI-85 Masculina desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	N.A.	N.A.
Taxa Real Anual de Juros	4,75% a.a.	4,75% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 98%	Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	N.A.	N.A.
Tábua de Rotatividade	N.A.	N.A.
Composição Familiar	Participantes Ativos e Aposentados: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada	Participantes Ativos e Aposentados: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena (55 anos de idade e 5 anos de plano)	100% na elegibilidade à aposentadoria plena (55 anos de idade e 5 anos de plano)

Plano Cenibra

	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N.A.	N.A.
Tábua de Entrada em Invalidez	N.A.	N.A.
Taxa Real Anual de Juros	5,64% a.a.	4,96% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Benefícios do Plano (Concedidos) - 98%	Benefícios do Plano (Concedidos) - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	N.A.	N.A.
Tábua de Rotatividade	N.A.	N.A.
Composição Familiar	Aposentados: Família informada / Pensionistas: Família informada	Aposentados: Família informada / Pensionistas: Família informada

Plano Mosaic Mais Previdência

Subplano Benefício Proporcional	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO 80 Masculina (apenas para pensionistas inválidos)	CSO 80 Masculina (apenas para pensionistas inválidos)
Tábua de Entrada em Invalidez	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 55%	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 55%
Taxa Real Anual de Juros	4,75% a.a.	4,75% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Benefícios do Plano (Concedidos) - 98%	Benefícios do Plano (Concedidos) - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	N.A.	N.A.
Tábua de Rotatividade	N.A.	N.A.
Composição Familiar	Participantes Ativos, Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada	Participantes Ativos, Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena	100% na elegibilidade à aposentadoria plena

Subplano Risco	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO 80 Masculina	CSO 80 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 55%	RGPS 1999-2002 IBA Unissex Desagravada em 55%
Taxa Real Anual de Juros	4,75% a.a.	4,75% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Salários/Benefícios do Plano - 98%	Salários/Benefícios do Plano - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,5% a.a. até 55 anos	1,5% a.a. até 55 anos
Tábua de Rotatividade	Experiência Mosaic Mais 2019-2023 ajustada	Experiência Mosaic Mais 2019-2023 ajustada
Composição Familiar	Participantes Ativos e Aposentados: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada	Participantes Ativos e Aposentados: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra

Subplano Renda	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO 80 Masculina	CSO 80 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	N.A.	N.A.
Taxa Real Anual de Juros	4,75% a.a.	4,75% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 98%	Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	N.A.	N.A.
Tábua de Rotatividade	N.A.	N.A.
Composição Familiar	Participantes Ativos e Aposentados: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada	Participantes Ativos e Aposentados: 80% casados e participante do sexo masculino 4 anos mais velho que o beneficiário do sexo feminino e participante do sexo feminino 4 anos mais nova que o beneficiário do sexo masculino Pensionistas: Família informada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra	100% na elegibilidade à aposentadoria plena: informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra

Plano Vale Fertilizantes

	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic Desagravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N.A.	N.A.
Tábua de Entrada em Invalidez	RGPS 1999-2002 IBA	RGPS 1999-2002 IBA
Taxa Real Anual de Juros	4,59% a.a.	4,59% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Salários - 98%	Salários - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,60% a.a. até 60 anos	0,60% a.a. até 60 anos
Tábua de Rotatividade	9,0% a.a. até 55 anos	9,0% a.a. até 55 anos
Composição Familiar	N.A.	N.A.
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena	100% na elegibilidade à aposentadoria plena

Plano Prev Mosaic 1

	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic desagravada em 10% Segregado por Sexo	AT-2000 Basic desagravada em 10% Segregado por Sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO80 Masculina	CSO80 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	RGPS 1999-2002 IBA Unissex desagravada em 55%	RGPS 1999-2002 IBA Unissex desagravada em 55%
Taxa Real Anual de Juros	4,86% a.a.	4,86% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Salários/Benefícios do Plano - 98%	Salários/Benefícios do Plano - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,75% a.a. até 62 anos	0,75% a.a. até 62 anos
Tábua de Rotatividade	3,50% a.a. até 55 anos	3,50% a.a. até 55 anos
Composição Familiar	Participantes Antes da Aposentadoria: 80% de casados e diferença de idade de 4 anos (homem mais velho que mulher) Aposentados e Pensionistas: família informada	Participantes Antes da Aposentadoria: 80% de casados e diferença de idade de 4 anos (homem mais velho que mulher) Aposentados e Pensionistas: família informada
Entrada em Aposentadoria	12% na primeira elegibilidade, 0,90% após a primeira elegibilidade e 100% na elegibilidade normal	12% na primeira elegibilidade, 0,90% após a primeira elegibilidade e 100% na elegibilidade normal

Plano Prev Mosaic 2

	2025	2024
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic desagravada em 10% Segregado por Sexo	AT-2000 Suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N.A.	N.A.
Tábua de Entrada em Invalidez	RGPS 1999-2002 IBA Unissex desagravada em 55%	RGPS 1999-2002 IBA Unissex desagravada em 55%
Taxa Real Anual de Juros	4,75% a.a.	4,75% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	Salários/Benefícios do Plano - 98%	Salários/Benefícios do Plano - 98%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,0% a.a. até 62 anos	1,0% a.a. até 62 anos
Tábua de Rotatividade	Experiência Prev Mosaic 2 2019-2023 Ajustada	Experiência Prev Mosaic 2 2019-2023 Ajustada
Composição Familiar	N.A.	N.A.
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à aposentadoria plena	100% na elegibilidade à aposentadoria plena

A variação das provisões matemáticas consolidadas está demonstrada abaixo:

	Benefícios Concedidos	Benefícios A conceder	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.723.332	9.266.063	24.989.395
Variação no exercício	460.460	1.484.832	1.945.292
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16.183.792	10.750.895	26.934.687

Esta variação das provisões matemáticas se dá pelas premissas atuariais utilizadas no cálculo anual, rentabilidade dos investimentos, reajuste dos benefícios de renda vitalícia, concessão e pagamento de benefícios e resgates, bem como a entrada de contribuições e portabilidades de entrada e de saída.

12.1 Cálculo de juros atuarial para o fechamento do exercício de 2025

A Towers Watson Consultoria Ltda. foi contratada pela VALIA para desenvolver estudos técnicos de convergência das taxas de juros que comprovem a adequação das taxas reais de juros utilizadas na avaliação atuarial de 2025 dos planos de benefícios, com base nas diretrizes da Resolução CNPC n° 30 de 10 de outubro de 2018, da Resolução Previc nº 23 de 14 de agosto de 2023 e da Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025.

A AON, atuário externo responsável pelos planos do grupo Mosaic (Mosaic Mais Previdência, Vale Fertilizantes, Prev Mosaic 1 e Prev Mosaic 2), apresentou carta de concordância com os estudos técnicos de convergência das taxas de juros supracitados e com as taxas de juros propostas para a avaliação atuarial dos planos do grupo Mosaic de 2025.

O estudo técnico de convergência da taxa de juros utiliza o fluxo de pagamento de benefícios líquido de contribuições para a parcela de recursos referente às provisões matemáticas de benefícios estruturados na modalidade de benefício definido (renda vitalícia, benefício mínimo e benefícios de risco) com objetivo de verificar a taxa real de juros suportada pelos investimentos para se descontar o fluxo, dadas as características do passivo e suas peculiaridades.

Plano Abono Complementação

Com um nível de confiança de 50%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 5,12% a.a. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025 para esse plano (limite inferior: 3,63% a.a. e limite superior: 5,58% a.a.). A taxa real de juros de 5,12% a.a. é a máxima a ser utilizada na avaliação atuarial do plano, conforme Portaria Previc nº 834/2020.

Plano Benefício Definido

Com um nível de confiança de 50%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 4,79% a.a. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025 para esse plano (limite inferior: 3,67% a.a. e limite superior: 5,64% a.a.). A taxa real de juros de 4,79% a.a. é a máxima a ser utilizada na avaliação atuarial do plano, conforme Portaria Previc nº 834/2020.

Plano Cenibra

Com um nível de confiança superior a 95%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 5,64% a.a. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025 para esse plano (limite inferior: 3,67% a.a. e limite superior: 5,64% a.a.). Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiança estatística, a aderência da taxa real de juros de 5,64% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Plano Mosaic Mais Previdência

Com um nível de confiança de 100%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 4,75% a.a. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025 para esse plano (limite inferior: 3,80% a.a. e limite superior: 5,82% a.a.). Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiança estatística, a aderência da taxa real de juros de 4,75% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Plano Prev Mosaic 1

Com um nível de confiança de 100%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 4,86% a.a. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025 para esse plano (limite inferior: 3,80% a.a. e limite superior: 5,82% a.a.). Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiança estatística, a aderência da taxa real de juros de 4,86% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Plano Prev Mosaic 2

Com um nível de confiança de 100%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 4,75% a.a. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025 para esse plano (limite inferior: 3,83% a.a. e limite superior: 5,87% a.a.). Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiança estatística, a aderência da taxa real de juros de 4,75% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Plano Vale Fertilizantes

Com um nível de confiança de 100%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 4,59% a.a. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025 para esse plano (limite inferior: 3,53% a.a. e limite superior: 5,44% a.a.). Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiança a aderência da taxa real de juros de 4,59% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Plano Vale Mais

Com um nível de confiança de 100%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 4,89% a.a. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025 para esse plano (limite inferior: 3,76% a.a. e limite superior: 5,77% a.a.). Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiança a aderência da taxa real de juros de 4,89% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Plano Valiaprev

Com um nível de confiança de 100%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 4,75% a.a. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343 de 13 de abril de 2025 para esse plano (limite inferior: 3,81% a.a. e limite superior: 5,84% a.a.). Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiança a aderência da taxa real de juros de 4,75% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

O quadro a seguir resume a taxa de juros real anual de cada plano de benefícios, fundamentada pelo referido estudo e utilizada na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2025, bem como a duração do passivo e os limites estabelecidos pela legislação:

Plano	Duration 2025[1]	Duration 2024[2]	Limites Portaria 343/2025	Taxa Máxima do Estudo Técnico Res.23/2023	Taxa de Juros Utilizada 31/12/2025
Abono Complementação	6,7519	6,9674	Limite Inferior: 3,63% Limite Superior: 5,58%	5,12%	5,12%
Benefício Definido	7,9501	8,1189	Limite Inferior: 3,67% Limite Superior: 5,64%	4,79%	4,79%
Cenibra	7,5546	8,0483	Limite Inferior: 3,67% Limite Superior: 5,64%	5,98%	5,64%
Mosaic Mais Previdência	12,8680	13,0924	Limite Inferior: 3,80% Limite Superior: 5,82%	5,44%	4,75%
Prev Mosaic 1	12,8593	12,7895	Limite Inferior: 3,80% Limite Superior: 5,82%	5,47%	4,86%
Prev Mosaic 2	13,9080	14,9009	Limite Inferior: 3,83% Limite Superior: 5,87%	5,96%	4,75%
Vale Fertilizantes	3,7640	4,9925	Limite Inferior: 3,53% Limite Superior: 5,44%	6,13%	4,59%
Vale Mais	10,9747	11,1732	Limite Inferior: 3,76% Limite Superior: 5,64%	4,99%	4,89%
Valiaprev	13,1957	13,3651	Limite Inferior: 3,81% Limite Superior: 5,84%	5,32%	4,75%

1 Utilizada na apuração da reserva de contingência de 31/12/2025.
2 Utilizada no estudo técnico de fundamentação da taxa de juros real de cada plano para 2025, conforme Resolução Previc nº 23 de 14 de agosto de 2023.

13. Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A VALIA consignou em seu balanço os seguintes fundos:

13.1 Fundos previdenciais

Conforme o art. 9º da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Os fundos previdenciais relativos à distribuição de superávit estão detalhados na nota explicativa 14.

Fundo previdencial – Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses - Subplano Benefício Proporcional – Plano Mosaic Mais Previdência

Foi constituído com os ganhos atuariais e financeiros em relação às hipóteses adotadas. Este fundo poderá ser utilizado para cobertura de oscilação de risco dos eventos de longevidade e alteração da taxa de juros, para o Benefício Proporcional, visando o equilíbrio técnico do Plano, sendo aplicável sua destinação, na forma estabelecida no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Fundo previdencial – Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses - Subplano Risco – Plano Mosaic Mais Previdência

Foi constituído almejando a estabilidade no custeio dos benefícios e a cobertura de oscilação de risco dos eventos de auxílio-doença, invalidez e morte visando o equilíbrio técnico do Plano, sendo aplicável sua destinação na forma estabelecida no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo. Seu valor nominal é incrementado pela diferença, caso exista, entre as contribuições praticadas e o custo calculado pelo método atuarial e será consumido pelos desvios de sinistralidade e/ou para adoção de hipóteses mais conservadoras. Além destes objetivos, parte dos recursos poderá ser destinada ao abatimento das contribuições para cobertura dos benefícios de risco ou à cobertura dos encargos decorrentes do retorno à atividade dos participantes aposentados por invalidez com menos de 55 anos. Na ocorrência deste evento, o saldo de conta existente na data da invalidez é restabelecido, sendo então transferido o valor deste Fundo para o Patrimônio do Plano de Renda para fazer face ao aumento da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder.

Fundo previdencial – Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar– Subplano Renda – Plano Mosaic Mais Previdência

Foi constituído com as sobras da Conta de Patrocinador, referentes aos participantes que receberam o Resgate ou aqueles previstos nos artigos 60, parágrafo 2º do artigo 66 e parágrafos 1º e 4º do artigo 74 do Regulamento, e serão utilizadas para a formação de um fundo previdencial de reversão, denominado Fundo de Reversão, cuja destinação será determinada pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente. A utilização das sobras, contabilizadas neste fundo, será prevista no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada em parecer atuarial, conforme Regulamento do plano.

Fundos previdenciais – Fundo de reversão: Plano Prev Mosaic 1, Plano Prev Mosaic 2 e Plano Vale Fertilizantes

Foram constituídos com as contribuições da Patrocinadora, às quais os Participantes não tiveram direito em razão do desligamento da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano. Esses fundos têm a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano, podendo ser utilizados pela Patrocinadora para reduzir contribuições devidas no exercício de 2025, ou outra destinação, assim como para cobrir eventuais déficits do plano, de acordo com regras estabelecidas pela Patrocinadora, conforme determinado no item 6.6 do Regulamento para os Planos Prev Mosaic 1 e Prev Mosaic 2 e item 7.5 do Regulamento para o Plano Vale Fertilizantes, observada a legislação aplicável. As contribuições da patrocinadora deverão ser retomadas imediatamente após esgotamento do saldo.

Fundo previdencial – Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses - Subplano Benefício Proporcional – Plano Vale Mais

Foi constituído com os ganhos atuariais e financeiros em relação às hipóteses adotadas. Este fundo poderá ser utilizado para cobertura de oscilação de risco dos eventos de longevidade e alteração da taxa de juros, para o benefício proporcional, visando o equilíbrio técnico do Plano, sendo aplicável sua destinação, na forma estabelecida no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Fundo previdencial – Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses - Subplano Risco – Plano Vale Mais

Foi constituído almejando a estabilidade no custeio dos benefícios e a cobertura de oscilação de risco dos eventos de auxílio-doença, invalidez e morte visando o equilíbrio técnico do Plano, sendo aplicável sua destinação na forma estabelecida no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo. Seu valor nominal é incrementado pela diferença, caso exista, entre as contribuições praticadas e o custo calculado pelo método atuarial e será consumido pelos desvios de sinistralidade e/ou para adoção de hipóteses mais conservadoras. Além destes objetivos, parte dos recursos poderá ser destinado ao abatimento das contribuições para a cobertura dos benefícios de risco ou à cobertura dos encargos decorrentes do retorno à atividade dos participantes aposentados por invalidez com menos de 55 anos. Na ocorrência deste evento, o saldo de conta existente na data da invalidez é restabelecido, sendo então transferido o valor deste Fundo para o Patrimônio do Plano de Renda para fazer face ao aumento da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder.

Fundo previdencial – Fundo de Reversão – Subplano renda – Plano Vale Mais

Foi constituído com as sobras da Conta de Patrocinador, referentes aos participantes que receberam o Resgate ou aqueles previstos nos artigos 60, parágrafo 2º do artigo 66 e parágrafos 1º e 4º do artigo 74 do Regulamento, e serão utilizadas para a formação de um fundo previdencial de reversão, denominado Fundo de Reversão, cuja destinação será determinada pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente. A utilização das sobras, contabilizadas neste fundo, será prevista no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada em parecer atuarial, conforme Regulamento do plano.

Fundo previdencial – Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses - Subplano Risco – Plano Valiaprev

Foi constituído almejando a estabilidade no custeio dos benefícios e a cobertura de oscilação de risco dos eventos de invalidez e morte visando o equilíbrio técnico do Plano, sendo aplicável sua destinação na forma estabelecida no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo. Seu valor nominal é incrementado pela diferença, caso exista, entre as contribuições praticadas e o custo calculado pelo método atuarial e será consumido pelos desvios de sinistralidade e/ou para adoção de hipóteses mais conservadoras. Além destes objetivos, parte dos recursos é destinada à cobertura dos encargos decorrentes do retorno à atividade dos participantes aposentados por invalidez com menos de 55 anos. Na ocorrência deste evento, o saldo de conta existente na data da invalidez é restabelecido, sendo então transferido o valor deste Fundo para o Patrimônio do Plano de Renda para fazer face ao aumento da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder.

Fundo previdencial – Fundo de reversão – Subplano renda – Plano Valiaprev

Foi constituído com as sobras da Conta de Patrocinador, referentes aos participantes que receberam o Resgate ou aqueles previstos nos artigos 56, parágrafo 2º do artigo 61 e parágrafos 1º e 4º do artigo 69 do Regulamento, as quais serão utilizadas para a formação de um fundo previdencial de reversão, denominado Fundo de Reversão, cuja destinação será determinada pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente. A utilização das sobras, contabilizadas neste fundo, será prevista no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada em parecer atuarial, conforme Regulamento do plano.

Fundos previdenciais – Fundo Valesul – Plano Valiaprev

É destinado ao abatimento parcial das contribuições desse patrocinador para o custeio do Plano de Benefícios Valiaprev. A constituição inicial desse fundo decorreu da transferência do saldo das contribuições vertidas por esse patrocinador para os planos de previdência em que originalmente estiveram vinculados.

Fundos previdenciais – Fundos FCA Risco e FCA Autopatrocinados Risco – Plano Valiaprev

Decorreram do resultado apurado no processo de transferência dos saldos de contribuições do patrocinador e autopatrocinados do plano de origem (FCA) para o Plano de Benefícios Valiaprev. Esses fundos são destinados ao abatimento parcial de contribuições.

	2025	2024	Var (%)
Benefício definido	473.108	818.683	(42,21)
Revisão do plano	473.108	818.683	(42,21)
Distribuição de superávit - 3	473.108	818.683	(42,21)
Cenibra	5.332	7.105	(24,95)
Revisão do plano	5.332	7.105	(24,95)
Distribuição de superávit – 2022	5.332	7.105	(24,95)
Mosaic Mais Previdência	49.064	47.499	3,29
Reversão de saldo por exigência regulamentar	10.143	8.347	21,52
Revisão do plano	30.833	30.833	0,00
Distribuição de superávit 2023	30.833	30.833	0,00
Outros - previsto em nota técnica atuarial	8.088	8.320	(2,79)
Fundos para desvios de sinistralidade e alterações de hipóteses	8.088	8.320	(2,79)
Prev Mosaic 1	2.180	1.604	35,91
Reversão de saldo por exigência regulamentar	2.180	1.604	35,91
Prev Mosaic 2	6.316	4.194	50,60
Reversão de saldo por exigência regulamentar	6.316	4.194	50,60
Vale Fertilizantes	1.789	1.653	8,23
Reversão de saldo por exigência regulamentar	839	650	29,08
Revisão do plano	950	1.003	(5,28)
Distribuição de superávit 2024	950	1.003	(5,28)
Vale Mais	1.371.523	916.782	49,60
Reversão de saldo por exigência regulamentar	187.220	148.485	26,09
Revisão do plano	197.649	420.592	(53,01)
Distribuição de superávit 2024	197.649	420.592	(53,01)
Distribuição de superávit 2025	647.118	-	100,00
Outros - previsto em nota técnica atuarial	339.536	347.705	(2,35)
Fundos para desvios de sinistralidade e alterações de hipóteses	339.536	347.705	(2,35)
Valiaprev	93.267	79.443	17,40
Reversão de saldo por exigência regulamentar	66.546	53.834	23,61
Outros - previsto em nota técnica atuarial	26.721	25.609	4,34
Fundos para desvios de sinistralidade e alterações de hipóteses	17.824	17.824	0,00
Fundo Valesul	8.685	7.600	14,28
Fundo FCA Risco	212	185	14,59
Total	2.002.579	1.876.964	6,69

13.2 Fundos administrativos

É constituído por resultado líquido do custeio administrativo adicionado ao rendimento dos investimentos da gestão administrativa, que objetiva cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela VALIA na administração dos planos de benefícios previdenciais, na forma de seus regulamentos, considerando o limite mínimo relativo ao saldo do imobilizado e intangível. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo deste fundo é de R$ 494.083 (R$ 461.997 em 2024).

	2025	2024	Var. (%)
Fundos Administrativos dos Planos	493.462	461.442	6,94
Abono Complementação	199.104	186.183	6,94
Benefício Definido	23.253	18.712	24,27
Cenibra	102	83	22,89
Mosaic Mais Previdência	583	789	(26,11)
Vale Fertilizantes	62	139	(55,40)
Vale Mais	208.292	199.314	4,50
Valiaprev	60.425	54.999	9,87
Prevaler	825	706	16,86
Prev Mosaic 1	56	102	(45,10)
Prev Mosaic 2	760	415	83,13
Fundo Administrativo Compartilhado	621	555	11,89
Total	494.083	461.997	6,95

13.3 Fundos para garantia das operações com participantes

a) Fundo de Auto Seguro de Empréstimos (ASE), que é um fundo de cobertura das operações com participantes e assistidos constituído para fazer face a eventos incertos ou que independam de atos sob a gestão da Valia, com impacto negativo sobre a rentabilidade da carteira de Empréstimos e Financiamentos. O saldo deste fundo é constituído pelos valores mensalmente apurados conforme percentual na taxa de empréstimos destinado para essa finalidade. Em 2025, considerando: (i) a aplicabilidade dos critérios para a reversão, (ii) a avaliação da rentabilidade anual da carteira e (iii) perspectiva futura do comportamento de inadimplência com base no cenário apresentado na política de investimentos, foi revertido o saldo acumulado deste fundo de investimento para resultado/rentabilidade, assim como ocorreu nos encerramentos de 2023 e 2024.

b) Fundo de Quitação por Morte (FQM), que é um fundo de cobertura das operações com participantes e assistidos constituído em novembro de 2020 para prover a quitação do saldo devedor do empréstimo do mutuário falecido, com impacto negativo sobre a rentabilidade da carteira de Empréstimos e Financiamentos. O saldo deste fundo é constituído pela subtração entre os valores mensalmente apurados conforme percentual na taxa de empréstimos destinado para essa finalidade e os saldos devedores dos mutuários falecidos. Após a revisão anual do Fundo de Quitação por Morte (FQM), realizada em setembro de 2025 pela Mirador Assessoria Atuarial, foi constatado que os saldos acumulados dos planos Benefício Definido, Vale Mais e Valiaprev estão em linha com o planejado ou em fase de acumulação (plano Mosaic Mais Previdência). Dessa forma, não se verifica excesso de recursos, mas sim a manutenção de um nível de solvência consistente com os riscos projetados, não havendo reversão do fundo FQM em 2025.

As variações comentadas anteriormente estão demonstradas como segue:

	Fundos Previdenciais	Fundos Administrativos	Fundos Para Garantia de Operações com Participantes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.876.964	461.997	8.185	2.347.146
Constituição/ (Reversão) de fundos	125.615	32.086	1.336	159.038
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.002.579	494.083	9.521	2.506.183

14. Distribuição de Superávit

Plano Benefício Definido

Historicamente este Plano tem realizado a distribuição de superávit desde o exercício de 2007 com base nas regras definidas em seu Regulamento e na constituição de Fundo de Distribuição específico para este fim, a saber:

(1) Fundo Distribuição de Superávit (“Fundo Superávit 1”): constituído em 2007 e completamente distribuído em 2014;
(2) Fundo de Distribuição de Superávit 2012 (“Fundo Superávit 2”): constituído em 2012 e completamente distribuído em 2017;
(3) Fundo de Distribuição de Superávit 3: constituído em 2016 e que passará a receber futuros excedentes destináveis.

Desde 2007 a referida distribuição tem sido realizada através de pagamentos mensais de 11,59% em 2007 e 25% (período de 2008 a 2025) aplicados sobre a suplementação líquida de contribuição à VALIA e ainda foi realizada distribuição de abonos extraordinários. No total, isto representa o pagamento de aproximadamente 150,85 suplementações adicionais ao longo dos últimos 19 anos (período de 2007 a 2025), ou seja, cerca de R$ 6,90 bilhões pagos a título de distribuição de superávit no referido período.

Na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Benefício Definido e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, os valores pagos à título de Distribuição de Superávit são expressos em Outros Eventos do Ativo Líquido e Outros Eventos do Patrimônio Social, respectivamente.

Plano Cenibra

Historicamente este Plano tem realizado a distribuição de superávit desde o exercício de 2016 com base nas regras definidas em seu Regulamento e na constituição de Fundo de Distribuição específico para este fim, a saber:

(1) Fundo Distribuição de Superávit ("Fundo Superávit 2016"): constituído em 2016 e completamente distribuído em 2023;
(2) Fundo de Distribuição de Superávit ("Fundo Superávit 2019"): constituído em 2019 e completamente distribuído em 2024;
(3) Fundo de Distribuição de Superávit ("Fundo Superávit 2022"): constituído em 2022.

O valor acumulado pago a título de distribuição de superávit até 31 de dezembro de 2025 é de R$ 17,28 milhões.

Na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Cenibra e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, os valores pagos à título de Distribuição de Superávit são expressos em Outros Eventos do Ativo Líquido e Outros Eventos do Patrimônio Social, respectivamente.

Plano Mosaic Mais Previdência

No fechamento do exercício de 2023, verificou-se que haveria o registro de Reserva Especial por mais de três exercícios consecutivos no Plano Mosaic Mais Previdência. Desta forma, foi transferido o montante de R$ 30.833 para constituição de fundo previdencial para distribuição de superávit, denominado de "Fundo de Distribuição de Superávit 2023".

O Conselho Deliberativo da VALIA aprovou, em 24 de setembro de 2024, a reversão parcelada de valores aos patrocinadores, conforme disposto no § 2º do art. 26 da Resolução CNPC nº 30/2018. O processo foi protocolado na PREVIC em 6 de dezembro de 2024 e até o presente momento, está em análise.

Plano Vale Mais

No fechamento do exercício de 2024, verificou-se que haveria o registro de Reserva Especial por mais de três exercícios consecutivos no Plano Vale Mais. Desta forma, foi transferido o montante de R$ 420.592 para constituição de fundo previdencial para distribuição de superávit, denominado de "Fundo de Distribuição de Superávit 2024". Em 2025, foram distribuídos R$ 223.000.

Plano Vale Fertilizantes

No fechamento do exercício de 2024, verificou-se que haveria o registro de Reserva Especial por mais de três exercícios consecutivos no Plano Vale Fertilizantes. Desta forma, foi transferido o montante de R$ 1.003 para constituição de fundo previdencial para distribuição de superávit, denominado de "Fundo de Distribuição de Superávit 2024". Em 2025 foram distribuídos R$ 53.

a. Apuração do Superávit a destinar em 2025

O superávit técnico acumulado é composto pelas Reserva de Contingência e Reserva Especial para Revisão do Plano, conforme detalhado abaixo. Sua distribuição é realizada conforme os normativos vigentes:

	2025	2024
Reserva de Contingência		
Abono Complementação	82.206	56.372
Benefício Definido	1.422.672	1.440.214
Cenibra	2.995	3.342
Mosaic Mais Previdência	15.813	15.175
Prev Mosaic 1	20.532	19.810
Prev Mosaic 2	196	216
Vale Fertilizantes	135	145
Vale Mais	1.044.264	1.025.538
Valiaprev	49.168	49.456
	2.637.981	2.610.268
Reserva Especial para Revisão do Plano		'
Benefício Definido	357.962	347.026
Cenibra	8.170	5.110
Mosaic Mais Previdência	18.218	11.931
Prev Mosaic 1	-	4.330
Prev Mosaic 2	683	597
Vale Fertilizantes	133	78
Vale Mais	-	397.093
Valiaprev	58.671	34.747
	443.837	800.912
Superávit Técnico Acumulado	3.081.818	3.411.180

Plano Benefício Definido

Na reunião de 16 de dezembro de 2025 o Conselho Deliberativo da VALIA aprovou que, em havendo reserva especial destinável para revisão do plano Benefício Definido no encerramento do exercício, a mesma deveria ser transferida para o fundo previdencial de distribuição de superávit, denominado de "Fundo de Distribuição de Superávit 3", na forma da Seção III do Regulamento.

Considerando os números apurados em 31 de dezembro de 2025, detalhados abaixo, foi transferido para o referido fundo do Plano Benefício Definido o montante de R$ 125.051, conforme os critérios aplicáveis definidos pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e suas atualizações.

		Plano Benefício Definido
Superávit Acumulado até 31 de dezembro de 2025 - antes das destinações	(a)	1.905.685
(-) Constituição da Reservas de Contingências	(b)	(1.422.672)
(=) Saldo remanescente após constituição da reserva de contingências	(c)	483.013
(-) Dedução da parcela da reserva que não é passível de distribuição e permanece na reserva especial	(d)	(357.962)
(=) Reserva especial suscetível de distribuição, valor transferido para constituição dos Fundos Previdenciais (*)	(e) = (c) - (d)	125.051

(a) Apresenta o total do superávit acumulado em 31 de dezembro de 2025 antes das destinações;

(b) A reserva de contingência deve corresponder ao valor de 25% das provisões matemáticas do plano ou o valor da seguinte fórmula "[10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática", dos dois, o que for menor. Para o plano Benefício Definido o menor valor foi o calculado com base na fórmula, considerando a *duration* de 7,9501 anos.

(c) Após a constituição da reserva de contingência, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios, conforme o artigo 16 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

(d) Conforme o artigo 65 da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, anteriormente à destinação, devem ser deduzidos da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, os valores correspondentes à diferença entre as provisões matemáticas e reserva de contingência calculadas com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano (apresentadas na nota 12) e aquelas calculadas adotando tábuas biométricas de mortalidade geral utilizadas para projeção da longevidade, exceto daqueles na condição de inválidos: "AT 2000 Básica - F" para o sexo feminino e "AT 2000 Básica - M" para o sexo masculino, ambas com desagravamento de dez por cento

(e) Valor passível de destinação que é transferido para os fundos previdenciais. O saldo remanescente que não é passível de destinação (letra d) permanece na Reserva Especial para Revisão do Plano.

Plano Vale Mais

No encerramento exercício de 2025, verificou-se que haveria o registro de Reserva Especial por mais de dois exercícios consecutivos. Desta forma, foi transferido voluntariamente o montante de R$ 647.118 para constituição de fundo previdencial para distribuição de superávit, denominado "Fundo de Distribuição de Superávit 2025". O valor transferido corresponde à Reserva Especial integral registrada nos últimos exercícios (2024 e 2025), que corresponde ao valor acima da Reserva de Contingência apurada em 31 em dezembro de 2025, com taxa de juros de 4,89% a.a. e a *duration* de 10,9747. Tal constituição está estruturada em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CNPC 30, de 10 de outubro de 2018.

15. Outras deduções – Gestão Previdencial

Nesta rubrica temos preponderantemente, as perdas judiciais e depósitos convertidos aos autores, relativos às contingências da Valia. Na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido são apresentadas por plano de benefício e de forma consolidada na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social.

16. Identificação e Tratamento de Submassas

Em conformidade com o Art. 9º da Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021, que prevê a identificação e tratamento das submassas nas demonstrações contábeis, seguem abaixo informações sobre as submassas presentes nos planos de benefícios da Entidade, e seus devidos tratamentos:

Plano Prev Mosaic 1

Considerando que a Previc aprovou em dezembro de 2025 a alteração do Convênio de Adesão com o estabelecimento de solidariedade entre as patrocinadoras, o plano deixou de possuir submassas e consequentemente o custeio da parcela de benefício definido do plano passa a ser nulo e será refletido no parecer de fechamento do exercício de 2025.

Plano Prev Mosaic 2

Em atendimento ao disposto na seção I do capítulo XII da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, em decorrência da não solidariedade do plano prevista em seu convênio de adesão, o Plano Prev Mosaic 2 considera 4 grupos de custeio distintos, sendo o Grupo 1 composto pelos participantes e assistidos vinculados à patrocinadora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda., o Grupo 2 à Fospar S.A., o Grupo 3 à Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. e o Grupo 4 à Mosaic Potássio Mineração Ltda. Dessa forma, conforme consta no Parecer Atuarial de encerramento de exercício, as Provisões Matemáticas, Patrimônios e Resultados são apurados de forma segregada para cada um destes grupos de custeio, evidenciados no quadro abaixo:

	Mosaic Fertilizantes	Fospar	Mosaic P&K	Mosaic Potássio
Grupo de Custeio	1	2	3	4
Patrimônio de Cobertura do Plano	120.637	3.589	19.148	1.489
Benefícios Concedidos	672	45	-	-
Benefícios a Conceder	119.233	3.397	19.148	1.489
Superávit Técnico Acumulado	732	147	-	-
Reserva de Contingência	131	65	-	-
Reserva Especial para Revisão do Plano	601	82	-	-
Fundos Previdenciais	5.951	365	-	-

Convém destacar que as patrocinadoras Mosaic Fertilizantes e Fospar apresentam valor de superávit acima da reserva de contingência, sendo este o terceiro ano consecutivo em que o plano possui valores na Reserva Especial para Revisão do Plano para essas patrocinadoras. As patrocinadoras Mosaic P&K e Mosaic Potássio encontram-se em equilíbrio.

17. Partes Relacionadas

Conforme NBC TG 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis da entidade.

São considerados partes relacionadas, os patrocinadores citados na nota explicativa 1, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos de benefício para os seus empregados e Dirigentes; seus representantes no Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e na Diretoria Executiva da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis com as praticadas com terceiros.

a. Investimentos no patrocinador Vale S.A.

Em 2025, a VALIA encerrou sua participação em ativos da Vale. No encerramento de 2024, em suas carteiras de investimentos (gestão própria e terceirizada), eram observadas as seguintes:

	2025	2024	Var (%)	Grau de dependência do patrocinador 2025 (%) (*)
Benefício Definido				
Debênture Vale (CVRD6)	-	135.980	(100,00)	-
Total	-	135.980	(100,00)	-
Vale Mais				
Debênture Vale (CVRD6)	-	9.083	(100,00)	-
Total	-	9.083	(100,00)	-
Mosaic				
Debênture Vale (CVRD6)	-	70	(100,00)	-
Total	-	70	(100,00)	-
Total Geral	-	145.133	(100,00)	-

(*) Grau de dependência do Patrocinador: Percentual apurado pela soma de ativos financeiros juntos aos patrocinadores em relação ao ativo total do plano de benefícios que possuem esses ativos.

18. Consolidação das Demonstrações Contábeis

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das demonstrações contábeis foram realizadas de acordo com o disposto no artigo nº 188 e seu parágrafo único, da Resolução Previc n° 23, de 14 de agosto de 2023. Assim, as demonstrações contábeis são apresentadas por plano de benefícios e consolidadas.

A consolidação é efetuada por meio do balancete auxiliar eliminando o efeito de duplicidade entre os planos, tais como: participação no plano de gestão administrativa, custeio administrativo e superávit/déficit técnico acumulado, conforme detalhado no quadro abaixo:

	2025	2024	Var. (%)
Ativo	497.470	464.964	6,99
Participação no PGA	493.462	461.442	6,94
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.008	3.522	13,80
Passivo	497.470	464.963	6,99
Valores Previdenciais a Repassar ao PGA	2.885	2.566	12,43
Investimentos	1.123	955	17,59
Reserva de Contingência	(443.837)	(800.912)	44,58
Reserva Especial para Revisão do Plano	443.837	800.912	(44,58)
Fundos Administrativos	493.462	461.442	6,94

19. Gestão de Riscos

As caraterísticas da gestão de riscos da VALIA são dispostas na Política de Gestão de Riscos Corporativos que tem por objetivo estabelecer as diretrizes de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, respeitando o apetite e perfil de riscos dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

20. Eventos Subsequentes

a) Por solicitação do Conselho Deliberativo, foi apresentado, em reunião extraordinária do órgão colegiado realizada em 27 de janeiro de 2026, o estudo que avalia riscos na redução de 36 para 24 meses no prazo de constituição do fundo de reserva para pagamento dos 25% mensais de superávit.

Na mesma reunião, foram aprovadas a redução do prazo de constituição do fundo de reserva para pagamento dos 25% mensais de superávit e a respectiva alteração do regulamento do Plano de Benefício Definido.

b) Nesta reunião extraordinária de 27 de janeiro de 2026, o Conselho Deliberativo da VALIA aprovou a destinação do superávit do plano Vale Mais no montante de R$ 647.118 no fechamento do exercício de 2025.

* * *

Edécio Ribeiro Brasil
Diretor Superintendente
CPF: 497.955.626-49

Rodrigo Moreira de Souza Carvalho
Diretor de Suporte e Gestão
CPF: 047.677.367-90

Mauricio da Rocha Wanderley
Diretor de Investimentos e Finanças
CPF: 001.911.777-92

Maria Elisabete Silveira Teixeira
Diretora de Seguridade
CPF: 860.851.237-87

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

4.

Resumo do Demonstrativo de Investimento

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

P L A N O C E N I B R A

Em Mil (R$)	DEZEMBRO DE 2025		DEZEMBRO DE 2024	
	VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	**33.598**	**100,00**	**34.117**	**100,00**
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	**-**	**0,00**	**-**	**0,00**
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	**33.613**	**100,05**	**34.117**	**100,00**
DEBËNTURES	520	1,55	492	1,44
FUNDOS RF	11.294	33,62	12.082	35,41
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	21.799	64,88	21.543	63,15
C - INVESTIMENTOS A PAGAR	**(15)**	**-0,05**	**-**	**0,00**

5.
Despesas de Investimentos

DESPESAS DE INVESTIMENTOS - PLANO CENIBRA	Total (em Mil - R$)
Taxa de Administração dos Fundos	-161
Custódia	-2
Selic	-1
Cetip	-2

6.
Montante dos Investimento **com Gestão Própria**

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO PRÓPRIA

P L A N O C E N I B R A

ATIVOS DE INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2025		
	VALOR APLICADO (Em Mil - R$)	% SOBRE RGRT	% SOBRE O TOTAL PRÓPRIO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	**33.598**		
INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	**33.613**	**100,04**	**100,00**
DEBÊNTURES	520	1,55	1,55
FUNDOS RF	11.294	33,61	33,60
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	21.799	64,88	64,85
TOTAL PRÓPRIO	**33.613**	**100,04**	**100,00**

7.
Fluxo Previdencial

CENIBRA

(Em Reais)

Descrição	2025
Ativo Total	33.715.308,01
Contribuições Recebidas (*)	-
Benefícios Pagos	1.921.668,82

(*) Valores líquidos da taxa de carregamento

8.

Rentabilidades, Alocações e Comentários

RENTABILIDADES
E
ALOCAÇÕES

PLANO
CENIBRA

2025

Cenibra

Estratégias	Patrimônio (R$ mil)	Patrimônio (%)	Rentabilidade (%)	Índice de Referência	
Renda Fixa	**33.613**	**100,00%**	**10,43%**	**IGPM + 4,96%**	**3,86%**
CDI	**11.294**	**33,60%**	**14,28%**		
Fundos Próprios	11.294	33,60%	14,28%		
Inflação	**22.319**	**66,40%**	**8,46%**		
Títulos Públicos Inflação	21.799	64,85%	8,37%		
Crédito Privado Inflação	520	1,55%	12,07%		
Total	**33.613**	**100,00%**	**9,85%**	**Consolidado**	**3,86%**

Os saldos expressos neste relatório representam os saldos do ativo contábil dos investimentos.

** Gestão Própria: Fundos Próprios e Inflação*

A rentabilidade consolidada já é liquida de todas as taxas de investimentos.

9.

Política de Investimentos 2025

PRESENTE POR **FUTUROS MELHORES**

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLURIANUAL – 2026/2030

FOCO 2026

PLANO CENIBRA

DEZEMBRO/2025

Atenção:

As informações contidas nesse documento são confidenciais e de propriedade **exclusiva** da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia, não devendo ser acessadas por pessoas não autorizadas.

Aqueles que realizarem sua divulgação não autorizada se responsabilizam perante a Valia por quaisquer problemas ou prejuízos causados oriundos desta ação, estando sujeitos às sanções previstas na Política de Segurança da Informação da Valia – POL 001038.

Esse documento está sujeito a alterações ao longo de 2026 que entrarão em vigor somente após a aprovação do Conselho Deliberativo da Valia. As alterações aprovadas serão consideradas como aditivo e parte integrante da Política de Investimentos Plurianual – Foco 2026 da Valia em substituição ao texto/trecho original.

Contato:

Para mais informações quanto a este documento, entre em contato através do e-mail faleconosco@valia.com.br.

Sumário

1 Premissas Macroeconômicas 4
2 Cenário Macroeconômico Internacional 5
2.1 Introdução 5
2.2 Estados Unidos 6
2.3 China 8
2.4 União Europeia 9
2.5 Conclusão do Cenário Macroeconômico Internacional 9
3 Cenário Base Macroeconômico Brasileiro 10
3.1 Atividade Econômica e Mercado de Trabalho 10
3.2 Inflação e Política Monetária 12
3.3 Política Fiscal e Endividamento do Governo 15
3.4 Setor Externo, Balança Comercial e Taxa de Câmbio 16
3.5 Conclusão 18
4 Alocação dos Recursos 19
4.1 Plano Cenibra 19
4.2 Plano de Gestão Administrativa (PGA) 20
5 Alocação e Concentração por emissor 20
6 Das Vedações 21
7 Política de Investimentos Responsáveis 22
Propósito e Princípios Institucionais 22
Riscos Climáticos como Riscos Sistêmicos e Não Diversificáveis 22
Abrangência da Política e Cobertura da Carteira 22
Governança e Responsabilidades 22
Stewardship, Voto e Engajamento 23
Critérios de Investimento, Avaliação e Monitoramento 23
Exclusões, Transição e Engajamento Setorial 24
Contribuição Sistêmica e Colaboração com o Mercado 24
Alinhamento e Compromissos Globais 24
8 Política de Gestão de Risco 24
9 Política de Terceirização de Gestão 25
10 Política de Uso de Derivativos 25
11 Precificação dos Ativos Financeiros 26
11.1 Ativos do Segmento de Renda Fixa 26
11.2 Ativos negociados em Bolsas de Valores 26
11.3 Fundos de Investimentos 27
11.4 Imobiliário 27
11.5 Operações com Participantes 27
12 Conclusão 28

1 Premissas Macroeconômicas

As principais premissas assumidas na alocação dos ativos da Valia para o ano de 2026 são as seguintes:

Brasil:

VARIÁVEL	INDICADOR	2025	2026
Atividade	PIB	2,2%	1,6%
Inflação	IPCA	4,6%	4,3%
	INPC	4,6%	4,4%
	IGP-M	0,0%	4,1%
Juros	SELIC (Final)	15,00%	12,50%
Juros Reais	Deflator: IPCA	9,4%	8,7%
Câmbio	R$/US$	5,35	5,50

Fonte: Consultoria Tendências – Out/2025
(fp) – Final de Período

Internacional:

PAÍS	INDICADOR	2025	2026
Estados Unidos	PIB	1,7%	1,5%
	Inflação	2,8%	2,6%
	Juros	4,00%	3,00%
Zona do Euro	PIB	1,2%	1,2%
	Inflação	2,1%	1,9%
	Juros	2,15%	2,15%
China	PIB	5,0%	4,5%
	Inflação	0,1%	1,0%
	Juros	3,00%	2,90%

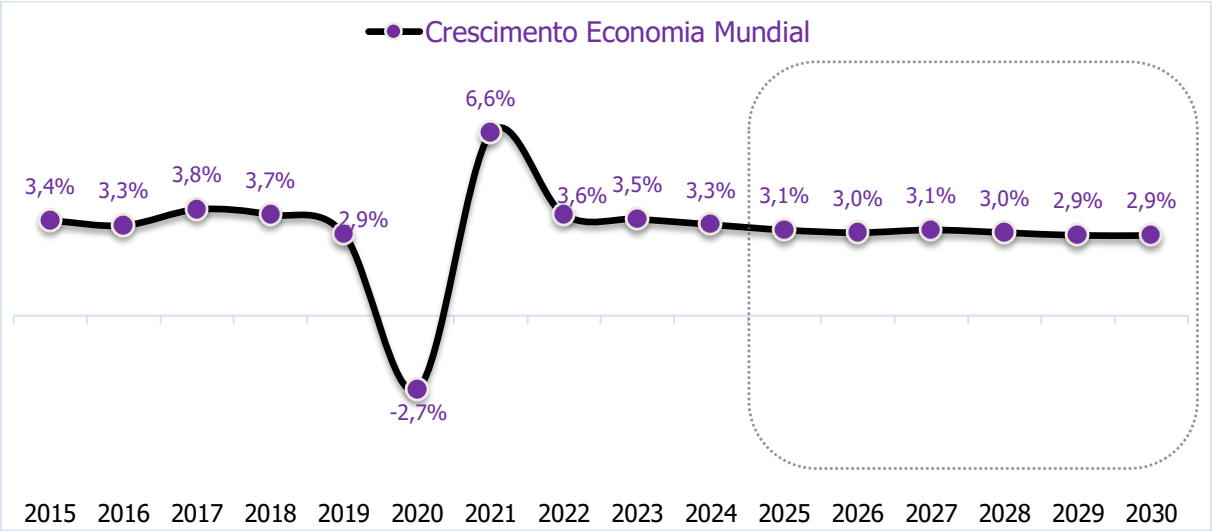
Fonte: Consultoria Tendências – Out/2025
(fp) – Final de Período

2 Cenário Macroeconômico Internacional

2.1 Introdução

O cenário econômico global indica crescimento mais moderado, inflação persistentemente acima de níveis desejados e juros em patamares mais elevados que a média das últimas décadas. Nos Estados Unidos, o Banco Central (FED[1]) conduziu aperto monetário, mas expectativas de cortes de juros afrouxaram as condições financeiras. A inflação permanece acima de 2% ao ano e há sinais de arrefecimento lento no mercado de trabalho. Na China, desafios estrutural, demográfico e geopolítico limitam a eficácia dos estímulos, com risco de desaceleração de atividade e deflação branda. Na Europa, a atividade desacelerou, mas a inflação já convergiu para a meta graças à credibilidade do ECB[1], com crescimento estimado em torno de 1,2% para 2025 e 2026.

Estima-se um crescimento global próximo dos 3% ao ano e gradual redução ao longo do tempo, conforme o gráfico abaixo. Os continentes asiático e africano devem seguir liderando o ritmo de crescimento na segunda metade de década, tanto pela vantagem de aumento da população economicamente ativa como pelos ganhso de produtividade contínuos no século atual.



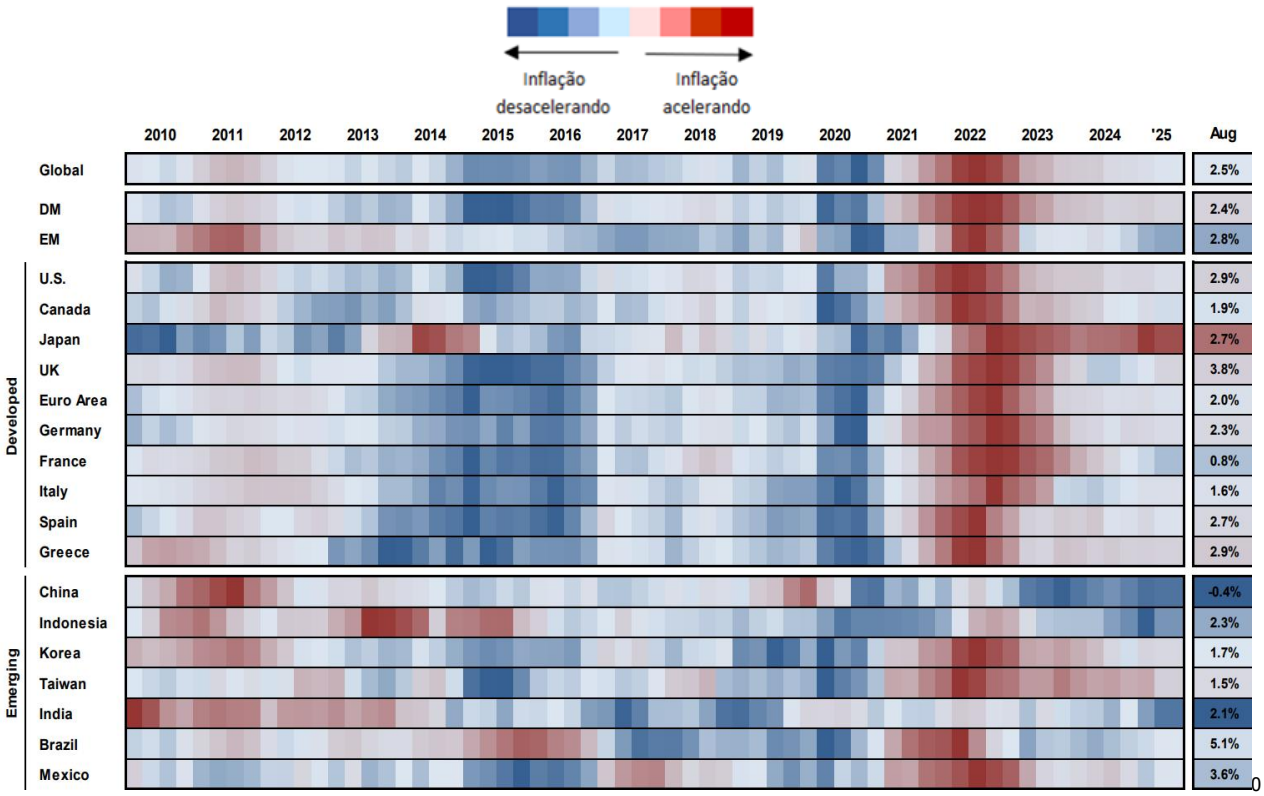
Fonte: Consultoria Tendências. Elaboração: Valia

Os principais riscos para o horizonte são fiscais, institucionais e geopolíticos, que elevam aversão a risco e podem manter volatilidade financeira. Mercados vêm reavaliando ativos americanos e o dólar tem se desvalorizado, refletindo maior predominância de risco econômico e pressões institucionais sobre o FED. As tarifas comerciais e as tensões externas pressionam os preços de bens, reforçando a probabilidade de inflação mais persistente e de uma década de crescimento mais contido.

O cenário geopolítico atual apresenta conflitos locais prolongados que não podem ser subestimados, como no Leste Europeu, no Oriente Médio, na costa da Venezuela, entre outras tensões políticas e comerciais que trazem riscos para as cadeias de produção, tratados diplomáticos, preços de commodities e fluxos de capitais pelo mundo.

Paralelamente, a inflação global, recém controlada após os choques do período pós-pandemia de COVID-19, agora mostra uma dinâmica de menor correlação entre os países, que aos poucos migram para ciclos econômicos mais relacionados aos fatores idiossincráticos. É possível observar no gráfico abaixo que o pior momento da dinâmica inflacionária já passou.

[1] O FED e o ECB são os bancos centrais dos Estados Unidos e da Zona do Euro, respectivamente, responsáveis por manter a estabilidade econômica e controlar a política monetária. As siglas correspondem a *Federal Reserve* e *European Central Bank*.



Fonte: JP Morgan Guide to Markets, Out/2025

Em suma, enquanto a economia mundial continua a se expandir, fatores como estratégias geopolíticas, mudanças estruturais nas cadeias de produção global, políticas monetárias em transição e o esgotamento do crescimento acelerado da economia chinesa moldam um panorama dinâmico. Este cenário exige atenção constante dos formuladores de políticas, investidores e empresas, à medida que navegam por um ambiente econômico em constante evolução. Nas seções abaixo detalhamos informações referentes ao cenário macroeconômico dos principais blocos econômicos no contexto global.

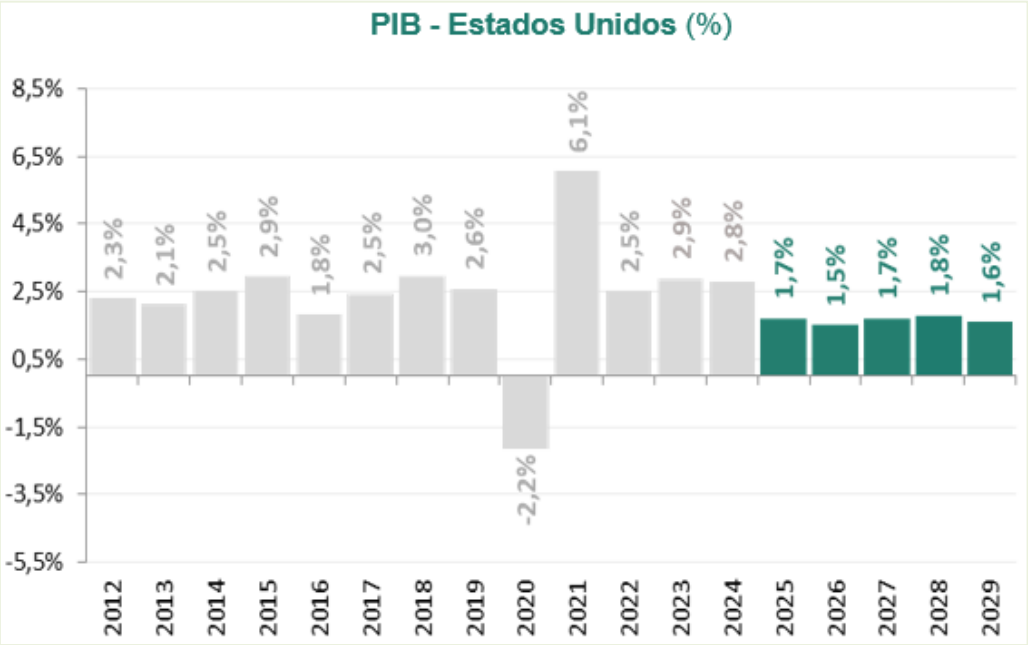
2.2 Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o anúncio do chamado "Tarifaço" [2] no início de abril de 2025 reposicionou a tarifa média de importação dos EUA a níveis próximos aos do início do século XX, mesmo com acordos que atenuaram parte das medidas iniciais, a estimativa atual aponta para uma tarifa média efetiva de 18%. Considerando a resposta contracionista esperada das importações, a tarifa média ajustada fica em cerca de 13% (patamar mais alto desde 1941) e implica risco de retração do comércio internacional. A reintrodução e elevação de barreiras tarifárias, em linha com o padrão iniciado na guerra comercial a partir de 2018, pressionam negativamente o crescimento e devem contribuir para uma dinâmica comercial e de crescimento global mais fraca em 2026.

No plano doméstico, a economia dos EUA acumula sinais de esfriamento, especialmente no mercado de trabalho, e a tendência de menor crescimento vem se consolidando. A inflação medida pelo CPI tem oscilado na margem e ainda não convergiu de forma sustentada à meta de 2%, com o aumento de tarifas representando um risco claro de repique inflacionário no curto prazo. Em cenários de maior pressão tarifária e restrições de oferta, o índice de inflação pode acelerar para acima de 3,0% em 2026. No cenário base, espera-se que permaneça moderadamente acima da meta até 2027.

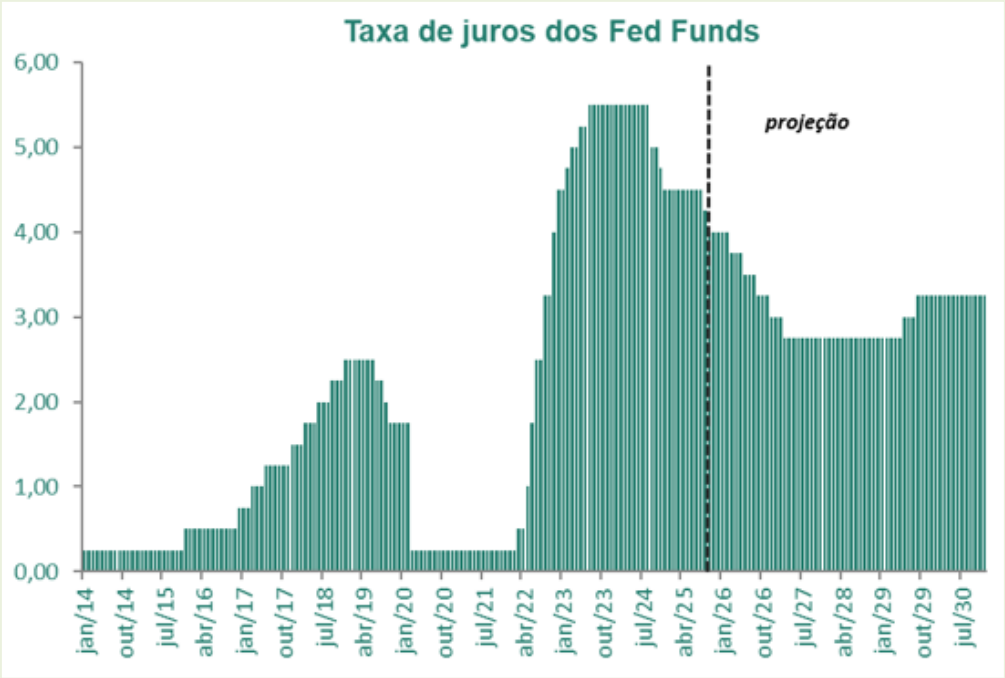
[2] O "tarifaço" de Donald Trump foi um pacote de medidas protecionistas prometido pelo governo que estabeleceu uma tarifa mínima ampla sobre importações (cerca de 10%) e alíquotas adicionais elevadas para determinados países e setores, com objetivo declarado de proteger a indústria doméstica e reduzir déficits comerciais.

O resultado é uma trajetória de menor dinamismo da economia norte-americana, com crescimento estimado no cenário base de 1,5% para 2026, apesar de um crescimento médio nos próximos cinco anos um pouco acima disso.



Fonte: Fundo Monetário Internacional. Elaboração: Tendências

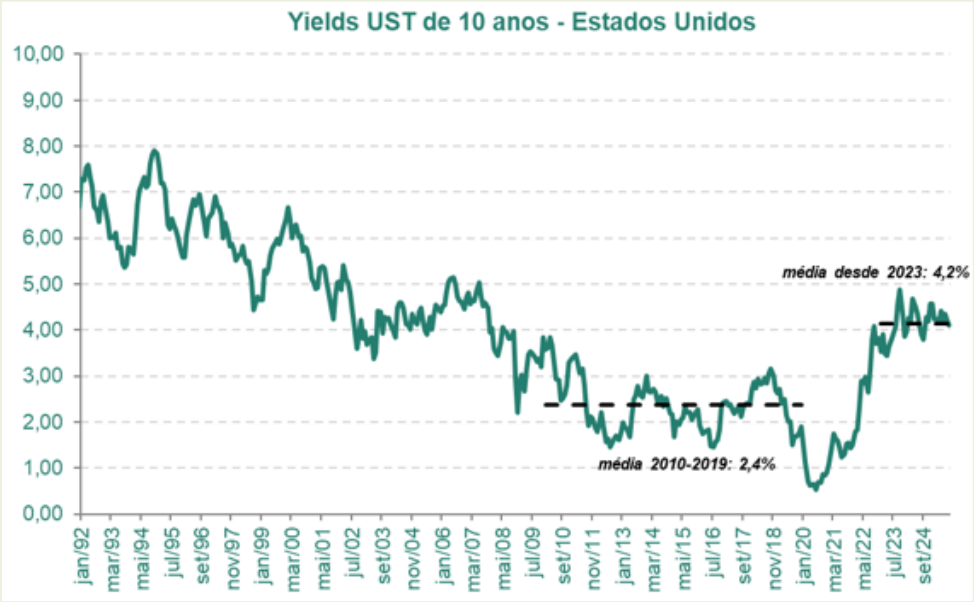
Em política monetária, após o corte de 0,25 p.p. em setembro de 2025 e diante de dados fracos de emprego, o mercado incorpora expectativas de reduções graduais adicionais das taxas pelo Fed no começo de 2026. No cenário base os Fed Funds (juros básicos norte-americanos) ficam entre 2,75% e 3,00% ao final de 2026, com espaço contido para cortes devido à resiliência da inflação e às incertezas políticas. O cenário pessimista contempla cortes mais agressivos durante 2026, apesar da persistência inflacionária, o que poderia exigir uma normalização mais abrupta a partir de 2029.



Fonte: Federal Reserve e Refinitiv. Elaboração: Tendências

Os mercados de taxa longa permanecem voláteis e em níveis superiores aos padrões pré-pandemia, refletindo maior percepção de risco fiscal e institucional e desencorajando posições em ativos americanos. Apesar da

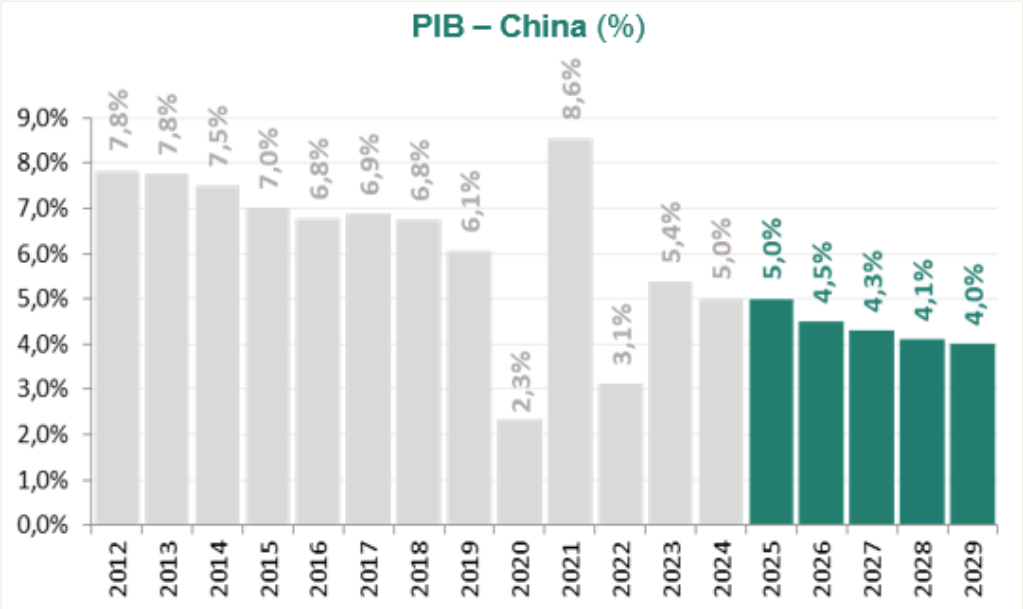
perda de valor recente, contrariando expectativas do "Trump Trade" [3], o dólar ainda se mantém relativamente forte em termos históricos. Essa desvalorização recente parece refletir os riscos econômicos e institucionais sobre o temor inflacionário, com pressões políticas sobre a independência do FED influenciando a formação de preços nos mercados financeiros.



Fonte: Federal Reserve e Refinitiv. Elaboração: Tendências

2.3 China

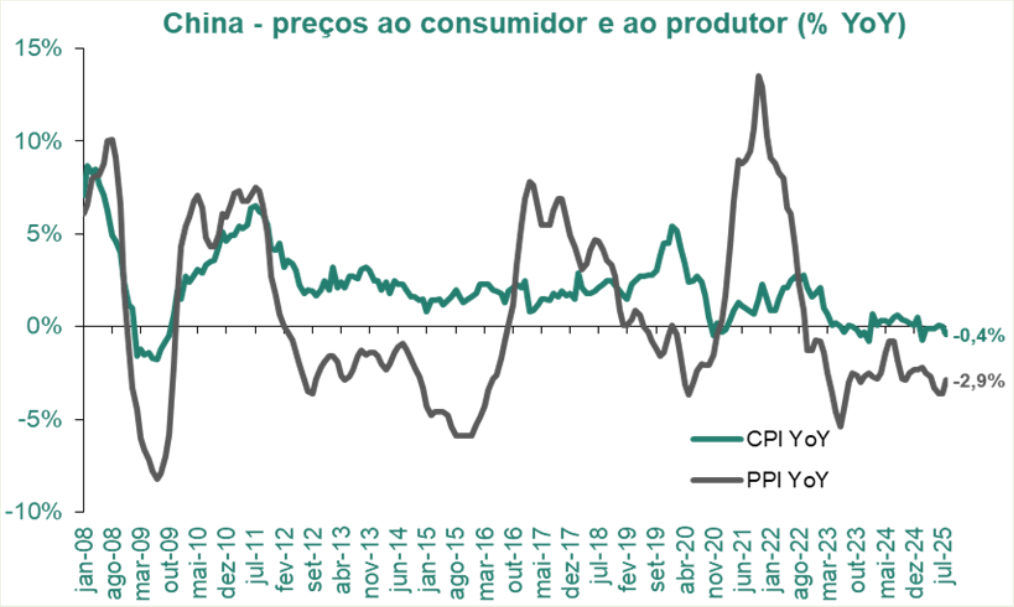
A China enfrenta desafios simultâneos, tanto estruturais, demográfico e geopolítico, que reduzem a eficácia dos estímulos ao consumo e ao mercado imobiliário, cujos efeitos tendem a ser temporários. O governo fixou meta de crescimento em torno de 5% para 2025 e adota estímulos moderados para suavizar a desaceleração, enquanto busca equilibrar apoio interno e manutenção da estabilidade financeira, conforme apresentado no gráfico abaixo.



Fonte: Fundo Monetário Internacional. Elaboração: Tendências

[3] "Trump trade" é o movimento de mercado em que investidores antecipam e tomam posições que se beneficiariam das políticas econômicas associadas a Donald Trump — como tarifas mais altas, desregulamentação e estímulos fiscais — tipicamente refletido por dólar mais forte, juros elevados e valorização de setores específicos.

O Banco Popular da China mantém política monetária acomodatícia, com cortes de juros para estimular a atividade, apoiado por inflação moderada que permite espaço para ajustes sem risco imediato de superaquecimento. Contudo, a persistente baixa atividade doméstica e o risco de deflação persistente (conforme o gráfico abaixo), somados à retomada de tensões comerciais, em especial com os Estados Unidos, aumentam a vulnerabilidade das exportações e do crescimento no médio prazo.



Fonte: Fundo Monetário Internacional. Elaboração: Tendências

No cenário base, projeta-se crescimento próximo à meta do governo chinês, mas com tendência de desaceleração, exigindo reformas estruturais para assegurar sustentabilidade a longo prazo. A evolução chinesa terá impacto relevante no comércio global, nos preços de commodities e nas perspectivas de economias emergentes exportadoras de matérias-primas, como o Brasil.

2.4 União Europeia

A Zona do Euro atravessa um período de estabilização econômica, com impactos estruturais ligados ao envelhecimento populacional e aos efeitos remanescentes da guerra entre Rússia e Ucrânia. A inflação convergiu para a meta, sustentada pela credibilidade do Banco Central Europeu, permitindo uma política monetária mais estável. A expectativa é de crescimento moderado, em torno de 1,2% ao ano para 2025 e 2026, com taxa de juros mantida em patamar de 2%.

A Europa segue impactada por incertezas globais, como tensões geopolíticas e desaceleração da demanda externa, além de desafios internos relacionados à transição energética e à necessidade de reformas estruturais em alguns países do bloco. A economia do continente é muito influenciada pelo contexto global, podendo ter um cenário alterado a depender de políticas energéticas e comerciais da China, Rússia e Estados Unidos.

O mercado de trabalho continua em trajetória de recuperação, com a taxa de desemprego se aproximando dos níveis anteriores a pandemia do Covid-19. No entanto, persistem disparidades entre os países membros, especialmente no desemprego juvenil. A melhora no emprego é vista como elemento chave para sustentar o consumo interno e apoiar o crescimento econômico em um ambiente de menor dinamismo global.

2.5 Conclusão do Cenário Macroeconômico Internacional

No plano global predomina uma nova dinâmica: menor crescimento agregado, inflação mais persistente e juros em patamares superiores ao período anterior de maior globalização e produção de baixo custo. Essa combinação sinaliza uma economia mundial mais fechada e contida em crescimento nas próximas décadas, porém sujeita a pressões inflacionárias recorrentes. Entre os riscos, destacam-se fatores fiscais, institucionais e geopolíticos, que podem reavaliar premissas e elevar volatilidade.

Estados Unidos e China são os protagonistas do tabuleiro econômico global, disputando uma corrida tecnológica e buscando influência nos países emergentes. O governo de Donald Trump é muito ativo na imposição de tarifas comerciais, enquanto a economia chinesa sustenta desaceleração gradual, com a tendência estrutural de menor crescimento sendo suavizada com sucesso pela adoção de políticas de suporte à demanda.

Em conclusão, o cenário econômico global apresenta uma mistura de desafios e oportunidades. O crescimento mundial mostra-se resiliente, porém moderado, com projeções apontando para algo em torno de 3% ao ano.

3 Cenário Base Macroeconômico Brasileiro

No cenário base da economia brasileira, a polarização política condiciona uma agenda que ainda segue pragmática, com medidas sociais destinadas a atenuar perda de apoio, mas que ampliam pressões fiscais. A percepção de risco fiscal permanece elevada por conta do aumento estrutural de despesas obrigatórias e do custo da dívida. A meta primária de 2025 deve ser cumprida apenas no limite mínimo e a dívida bruta tende a subir, projetando-se perto de 90% do PIB até 2029 na ausência de correções. No curto prazo o Banco Central mantém política monetária restritiva para ancorar expectativas, com a taxa Selic elevada até o fim do ano de 2025 e cortes graduais previstos no cenário base (12,5% em 2026; 10,5% em 2027), enquanto um cenário alternativo com políticas mais intervencionistas pode exigir ajustes mais severos adiante.

A atividade já apresenta alguns sinais de esfriamento, com agropecuária e indústria extrativa sustentando o PIB frente à desaceleração da indústria de transformação, construção, serviços, consumo e investimentos mais fracos devido ao juros altos e a incerteza eleitoral. A inflação deve recuar de forma contida em 2026, mas permanecer acima da meta pelo menos até então, com riscos altistas ligados a custos de trabalho, estímulos fiscais e expectativas, e riscos baixistas ligados à desaceleração mais intensa e ao câmbio. A descompressão do dólar global favorece o real no curto prazo, com estimativas de R$5,35/US$ para 2025 e R$5,50/US$ para 2026, enquanto a recuperação do grau de investimento dependerá de medidas fiscais estruturais relevantes.

Em suma, o cenário doméstico brasileiro nos próximos anos se desenha como um equilíbrio delicado entre a capacidade do governo em respeitar o arcabouço fiscal vigente, o dinamismo dos agentes públicos e privados em buscar superar desafios estruturais e o aproveitamento de oportunidades de crescimento em um cenário global de crescimento ainda positivo, mesmo em meio às turbulências de guerra comercial.

Nas seções abaixo são apresentados com maiores detalhes a atividade econômica, o mercado de trabalho, a dinâmica inflacionária, o ciclo de política monetária, a trajetória de endividamento e o setor externo.

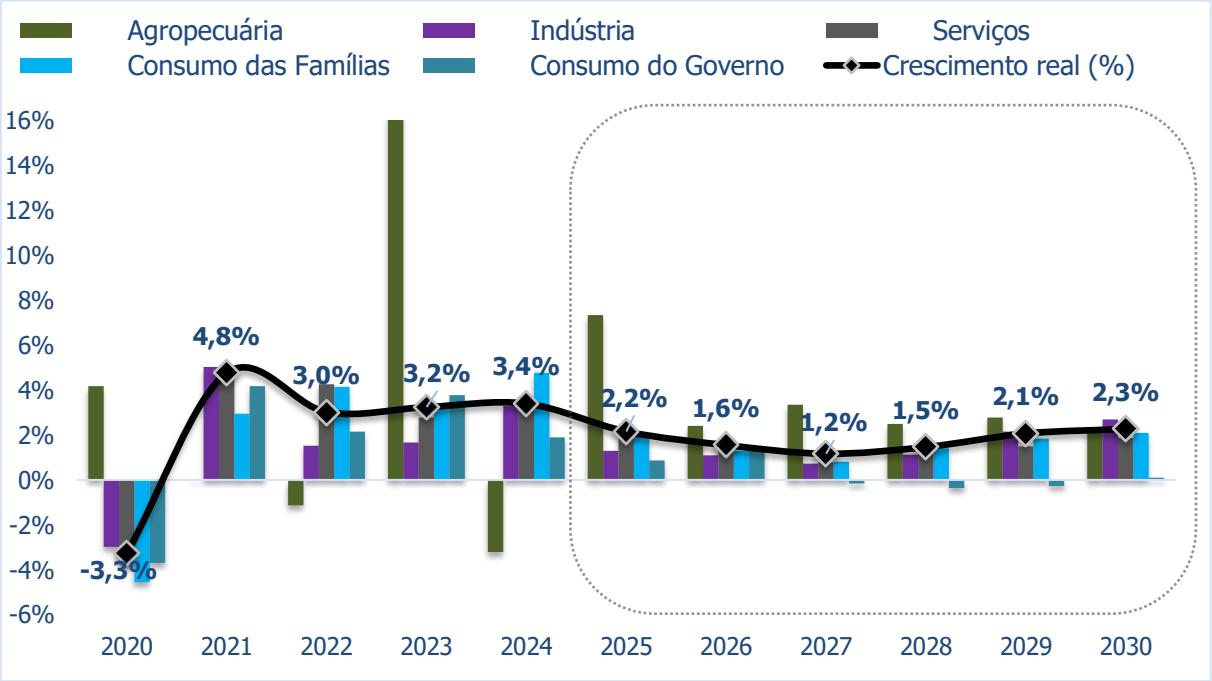
3.1 Atividade Econômica e Mercado de Trabalho

A atividade econômica apresenta alguns sinais de esfriamento, refletindo o aperto das condições financeiras e a piora do cenário externo. As projeções trimestrais apontam para moderação do crescimento a partir do segundo semestre de 2025, com agropecuária e indústria extrativa sustentando o produto enquanto indústria de transformação, construção e serviços desaceleram. O consumo tende a perder ímpeto diante de juros elevados e menor dinamismo do emprego, e os investimentos deverão permanecer fracos devido às taxas altas, à incerteza eleitoral e ao ambiente externo mais desfavorável.

Ao longo do restante de 2025 devem prevalecer os efeitos acumulados da política monetária restritiva, já evidentes no aperto do crédito e no aumento da inadimplência, em um contexto de menor impulso fiscal. Espera-se uma desaceleração no segundo semestre frente ao primeiro, resultando em projeção de crescimento de 2,2% para o ano.

Níveis mais elevados de endividamento de famílias e empresas, o aumento marginal da inadimplência e a queda nas concessões de crédito livre explicam a recente deterioração na produção e nas vendas de bens de capital e de consumo duráveis. Por esses motivos, os resultados da indústria e do comércio varejista devem continuar se enfraquecendo nos primeiros meses de 2026

Com base nessas premissas, projeta-se uma média anual de crescimento econômico abaixo de 2% para o período entre 2026 e 2030. O gráfico abaixo apresenta o crescimento passado e o esperado por ano, demonstrando também sua divisão setorial.



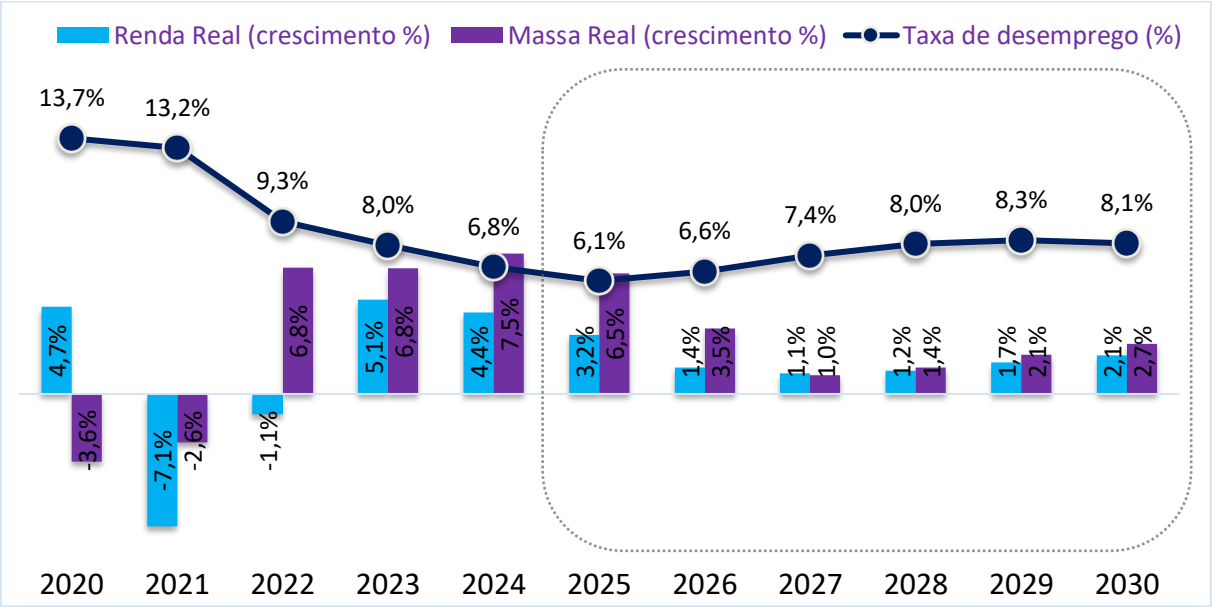
Fonte: Consultoria Tendências. Elaboração: Valia

Em relação ao mercado de trabalho, a desaceleração recente em 2025 mostrou-se gradual e volátil. Em setembro, o Novo Caged[4] registrou queda na geração de postos formais, e a previsão é de que o saldo de empregos formais permaneça abaixo do ano anterior nos próximos meses, em linha com o arrefecimento da atividade e efeitos defasados da política monetária contracionista e da menor demanda global. Setores cíclicos como Construção Civil, Serviços e Comércio ainda apresentam performance relativamente resiliente, com aumento do saldo dessazonalizado e aceleração de admissões em alguns segmentos, sinalizando impactos moderados e heterogêneos da desaceleração sobre o mercado de trabalho.

Para 2026, espera-se acomodação adicional na criação líquida de vagas, embora estímulos governamentais recentes possam sustentar parcialmente setores como Construção Civil e Comércio. O elevado estoque de vagas formais, comparado aos anos anteriores, também reflete mudanças estruturais em curso, entre elas maior nível educacional dos ocupados, avanços tecnológicos que aproximam oferta e demanda por trabalho, efeitos da Reforma Trabalhista de 2017 e reformas no mercado de crédito que favorecem a formalização de empreendimentos.

Para os próximos anos, projeta-se uma pequena elevação da taxa de desocupação, em um contexto de normalização gradual da força de trabalho. Isso ocorre mesmo com a expectativa de uma expansão comedida da ocupação. A longo prazo, espera-se uma convergência lenta para a taxa de desemprego considerada natural, estimada em torno de 8,0%. O gráfico a seguir apresenta a trajetória estimada da taxa de desemprego no final de cada ano e o crescimento real da renda e massa salarial.

[4] O Novo Caged é o sistema de estatísticas mensais do emprego formal no Brasil que integra dados do eSocial, do antigo CAGED e do Empregador Web para registrar admissões, desligamentos e o saldo de vagas formais.



Fonte: Consultoria Tendências. Elaboração: Valia

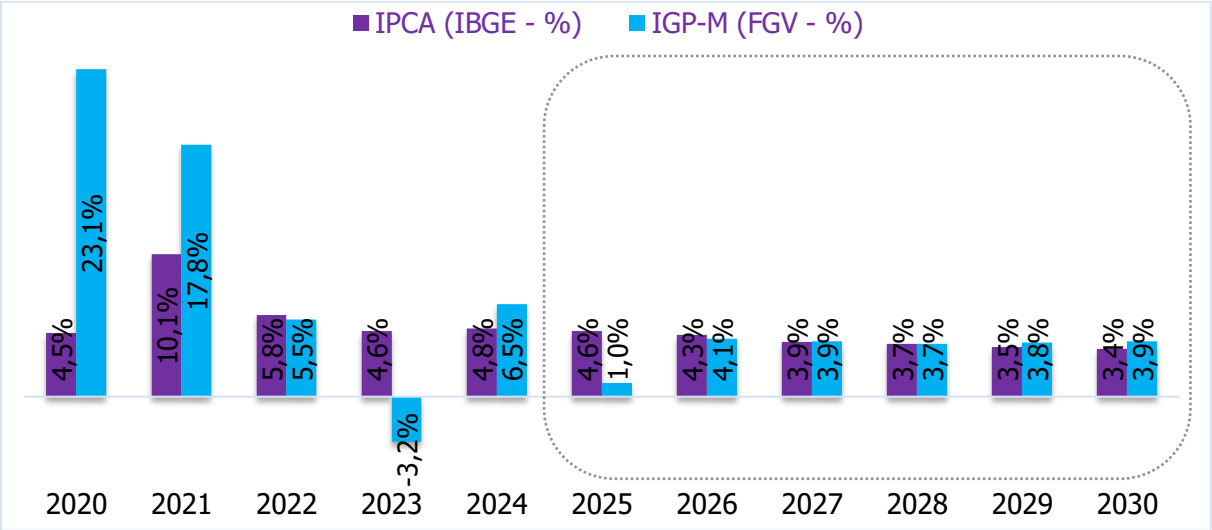
Vale destacar que o aumento real da massa salarial observado em 2022 e 2023 foi fruto de uma conjunção de fatores econômicos. Inicialmente, esse crescimento foi impulsionado pela recuperação econômica que se seguiu à fase mais aguda da pandemia de COVID-19. Já para 2025, o aquecimento da atividade econômica, particularmente no setor de serviços, serve como o principal motor desse crescimento salarial.

Para os anos à frente, o crescimento moderado de renda e massa salarial depende das premissas do cenário base de PIB crescente e inflação controlada (abaixo do teto da meta do CMN). No cenário pessimista, mais improvável, o crescimento da massa de renda é menor no curto prazo. Embora haja aumento nominal do salário-mínimo, esse efeito positivo é contraposto pela alta inflação e pelo baixo nível de investimentos. Essa premissa pessimista de combinação desfavorável prejudica a geração de empregos de melhor qualidade e remuneração, restringindo assim o crescimento geral da renda.

3.2 Inflação e Política Monetária

A inflação tende a ceder de forma constante em 2026 diante do hiato do produto, da atuação mais firme do Banco Central e de algum efeito desinflacionário externo. Riscos altistas incluem custos de mão de obra e expectativas desancoradas, além de estímulos fiscais que sustentem a demanda. Riscos baixistas passam por uma desaceleração mais intensa da atividade, manutenção do câmbio valorizado e maior efeito desinflacionário externo.

O IPCA, principal índice de inflação do país, projeta-se em 4,6% para o ano de 2025, superando a meta estabelecida de 3,0%, e o teto em 4,5%. Paralelamente, o índice IGP-M, outro indicador relevante para setores como o imobiliário, tem previsão de atingir apenas 1,0% com a deflação de itens influenciados pelo dólar, para depois convergir ao patamar parecido ao IPCA nos outros anos. Abaixo, seguem o histórico e as projeções dos dois índices nos próximos anos.



Fonte: Consultoria Tendências. Elaboração: Valia

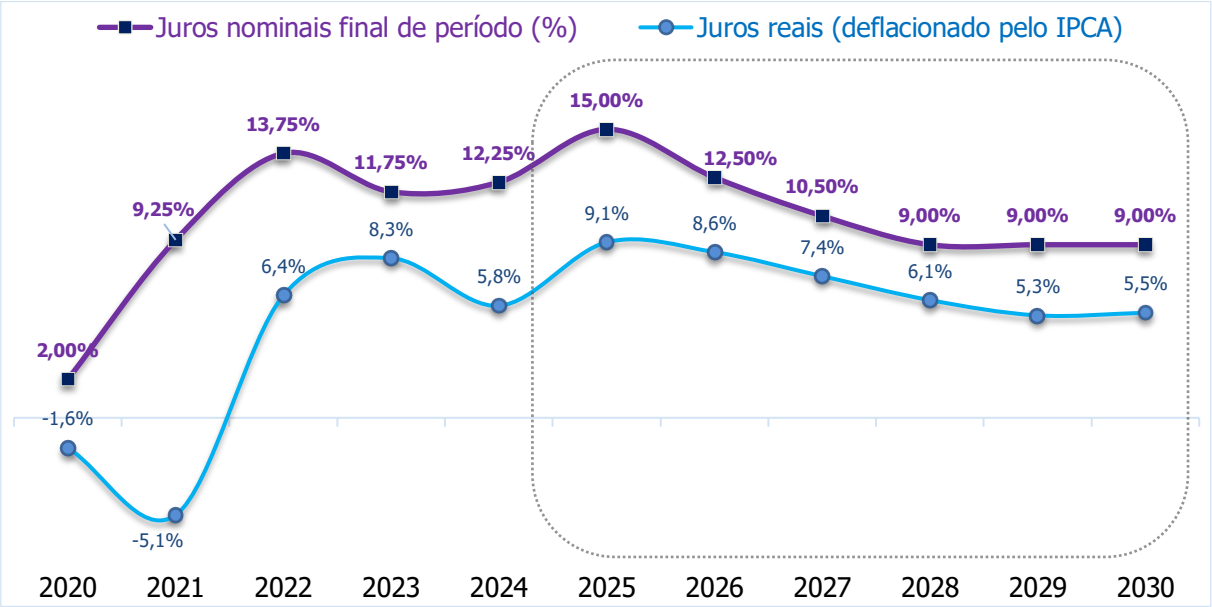
Apesar da melhora observada na inflação corrente durante o segundo semestre de 2025 e da postura cautelosa adotada na política monetária, as expectativas para os próximos anos ainda apontam para um IPCA acima da meta do CMN[5] de 3% em doze meses. As políticas de estímulo à demanda continuam exercendo pressão inflacionária, especialmente considerando o cenário de menor ociosidade econômica. A convergência à meta não é prevista até 2029.

No que tange aos itens administrados, houve revisões para gasolina e energia elétrica ao final de 2025. Para o combustível, o movimento decorreu da incorporação da redução dos preços anunciada pela Petrobras em outubro. No sentido oposto, houve elevação da projeção para energia elétrica residencial, com adoção da premissa de bandeira tarifária amarela, ao invés de verde, no final do ano, reflexo do cenário hidrológico desfavorável.

Os principais riscos identificados para o panorama inflacionário incluem: (i) pressões salariais, diante do mercado de trabalho apertado; (ii) resiliência da atividade, em contexto de menor ociosidade; (iii) expectativas desancoradas. Esses fatores demandam monitoramento constante do Banco Central. Em um cenário mais pessimista, os desequilíbrios macroeconômicos, com destaque para o aspecto fiscal, podem gerar efeitos altistas sobre a inflação. Isso ocorreria principalmente através da percepção de risco elevado e consequente depreciação cambial, potencialmente exigindo um afrouxamento monetário menor e mais gradual.

O Banco Central, ainda de postura técnica no cenário base, mantém política restritiva para ancorar expectativas e conter pressões inflacionárias, com a Selic em nível elevado até o fim do ano e perspectiva de cortes moderados somente a partir de 2026. Projeta-se redução gradual da Selic até 12,5% em 2026 e 10,5% em 2027, com convergência para níveis de juro de equilíbrio ocorrendo somente em 2028. Um cenário alternativo mais pessimista envolve cortes mais voluntariosos no curto prazo que, combinados com deterioração fiscal, exigiriam ajuste mais severo adiante.

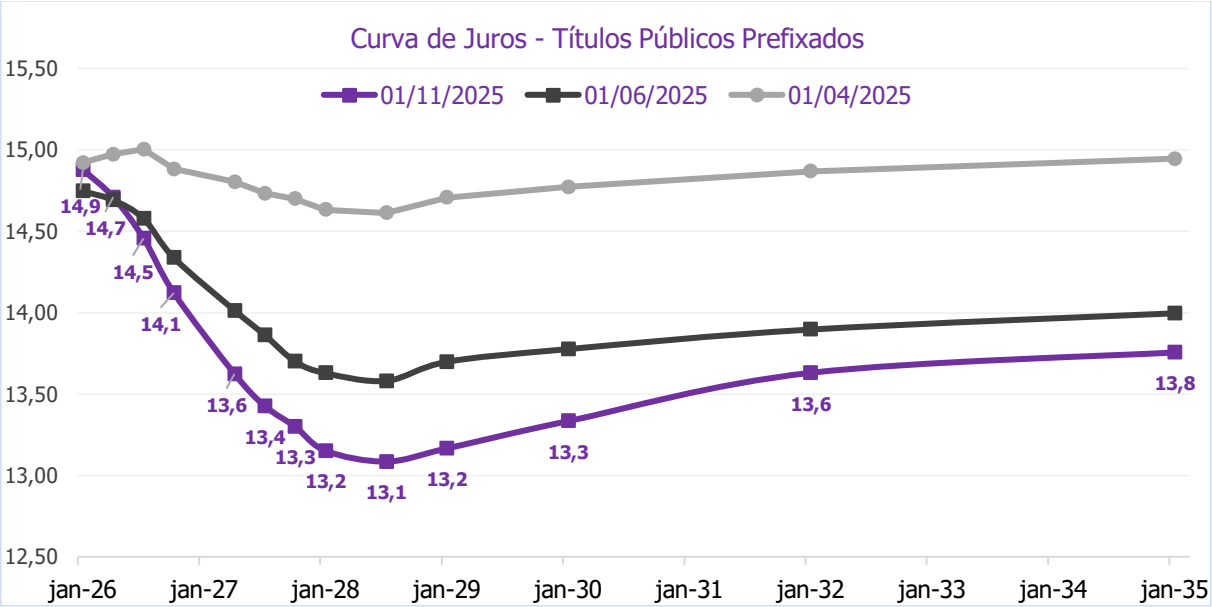
[5] O Conselho Monetário Nacional (CMN) define a meta de inflação do Brasil, e o Banco Central (BC) é responsável por executar as políticas necessárias para cumpri-la



Fonte: Consultoria Tendências. Elaboração: Valia

O processo de convergência ao nível neutro de juros reais, estimado em torno de 5%, deve ocorrer de forma gradual, apontando para uma Selic terminal de 9,0%. Contudo, a expectativa de que os juros globais de economias desenvolvidas permaneçam ainda relativamente mais elevados, comparado ao antecedente à pandemia do Covid-19, impõe limitações a quedas mais acentuadas.

Adicionalmente, no mercado de títulos públicos, observa-se ao longo de 2025 um movimento de antecipação do ciclo de afrouxamento monetário, principalmente visto pela queda de taxas nos títulos de vencimento entre 2026 e 2029, mas ainda em um patamar historicamente elevado nas taxas de juros, de retorno mensal acima de 1%, sendo estas definidas pela prática de mercado[6]. Os títulos indexados à inflação apresentam comportamento parecido. Esses níveis refletem tanto as condições macroeconômicas atuais quanto as expectativas dos agentes de mercado para o médio e longo prazo, e influenciam e amplificam os efeitos de condições financeiras restritivas de um aperto monetário e de um maior custo da dívida pública.



Fonte: Economática. Elaboração: Valia

[6] A curva de juros, que representa as taxas de juros para os diversos prazos de vencimento, é baseada nos retornos de equilíbrio pela oferta e demanda do mercado, e como uma consequência não só do fluxo de negócios, como das expectativas sobre o futuro, informações políticas, econômicas, monetárias e sociais disponíveis no momento.

3.3 Política Fiscal e Endividamento do Governo

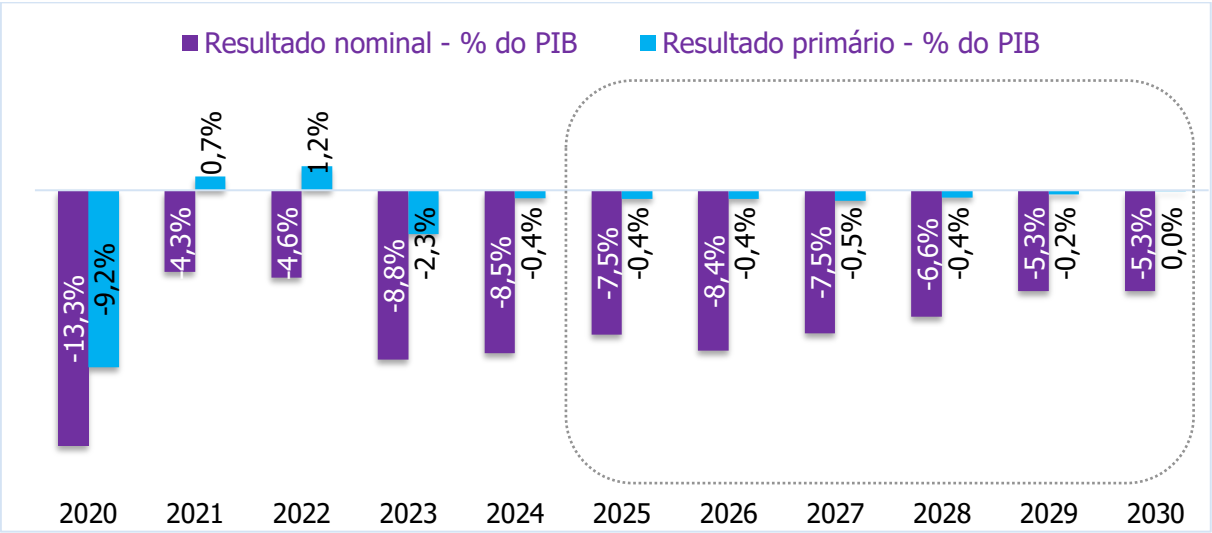
A percepção de risco fiscal permanece elevada em razão do aumento estrutural das despesas obrigatórias e do custo crescente da dívida, mesmo com esforços do governo para cumprir os limites do arcabouço fiscal até 2026. A meta primária deve ser alcançada em 2025 no limite inferior do intervalo, beneficiada por exceções pontuais, mas o cenário para 2026 é mais desafiador. A dívida bruta consolidada subiu para patamar significativamente superior à média dos emergentes, projetando uma trajetória que pode levar a dívida/PIB a cerca de 90% em 2029 na ausência de correções estruturais. Recuperar grau de investimento dependerá de medidas firmes e permanentes de controle de despesas.

O cenário fiscal e de endividamento do Brasil para 2026 apresenta desafios significativos, apesar de alguns recentes avanços. O governo tem implementado medidas para recompor a receita fiscal e incorporar a reforma tributária, sinalizando passos positivos para a saúde financeira do país. No entanto, a rigidez dos gastos obrigatórios, cuja revisão não é esperada até 2026, dificulta a melhoria dos resultados primários e aumenta o custo de financiamento da dívida.

O resultado fiscal do terceiro trimestre de 2025 confirma a deterioração das contas públicas no ano, apesar de ainda ser possível atingir a meta no piso de -0,25% do PIB graças a receitas extraordinárias, como a majoração do IOF[7] e receitas ligadas ao Ministério de Minas e Energia, e algum adiamento de despesas. Porém, a arrecadação pró-cíclica dá sinais de desaceleração diante do esfriamento da economia, com quedas expressivas em IPI[8] e CSLL[9], e os efeitos altistas de juros nominais e emissões líquidas de dívida têm se sobressaído sobre o impacto positivo da valorização cambial.

As medidas de aumento de arrecadação contidas na MP 1303/25, cuja validade expirou em outubro de 2025, tinham potencial de arrecadação estimado em R$ 20 bilhões. Para contornar esse problema, o governo tem optado por aprovar as medidas menos controversas, como a limitação de compensações, o aumento de alíquotas de CSLL para fintechs e de imposto de renda para Juros sobre Capital Próprio (JCP), por meio de projetos de lei.

Consequentemente, mesmo com uma projeção de resultado primário próximo a zero, o déficit nominal do país deve ultrapassar 8% em 2026, conforme gráfico abaixo.



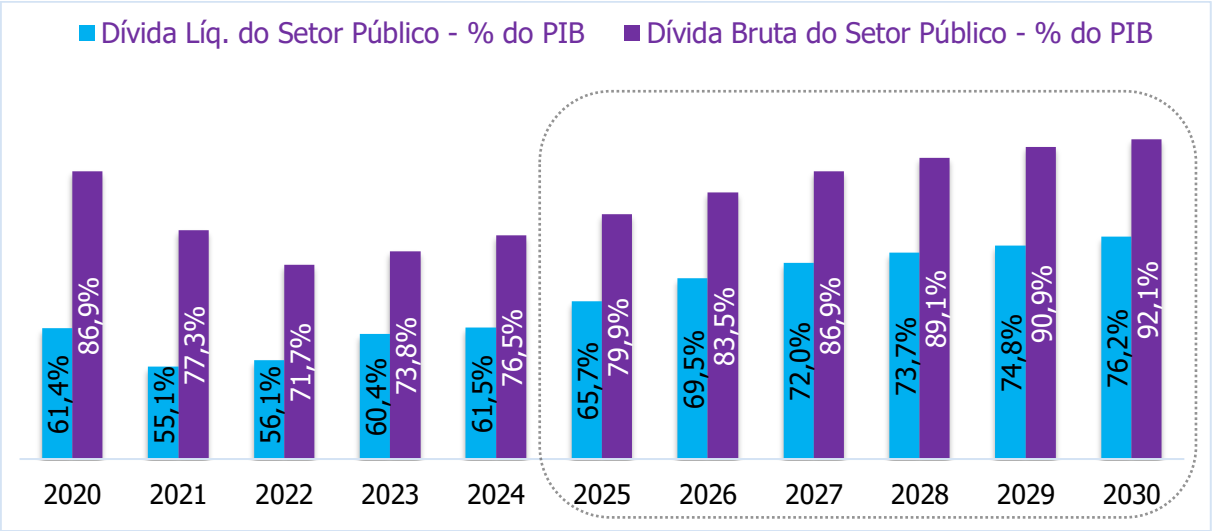
Fonte: Consultoria Tendências. Elaboração: Valia

Apesar dos recentes aumentos nas classificações de risco por agências internacionais, a recuperação do grau de investimento permanece distante. Isso indica que, embora haja reconhecimento dos esforços econômicos,

[7] IOF: imposto federal sobre operações financeiras.
[8] IPI: imposto federal sobre produtos industrializados.
[9] CSLL: contribuição social sobre o lucro líquido das empresas.

o Brasil ainda tem um longo caminho para reconquistar plenamente a confiança dos investidores internacionais. Esse cenário demanda atenção contínua e estratégias de longo prazo para assegurar a sustentabilidade fiscal após o esgotamento de resultado nas iniciativas de aumentar a arrecadação.

No cenário base, a dívida bruta do setor público em relação ao PIB converge para um nível próximo de 92% até 2030. Porém, em um cenário alternativo pessimista, de menor probabilidade, um possível esgotamento precoce na agenda de aumento de receitas e um crescimento econômico baixo podem produzir uma expansão de dívida para o patamar de 100% do PIB até o fim da década.



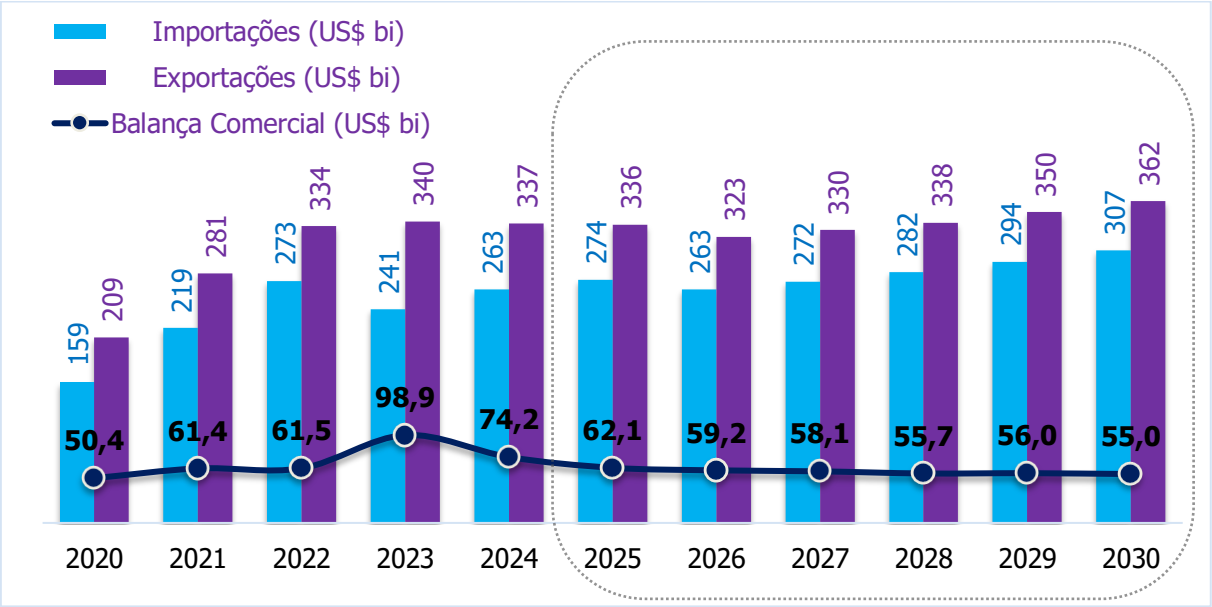
Fonte: Consultoria Tendências. Elaboração: Valia

A fragilidade do Executivo e a polarização política continuam condicionando a qualidade e o ritmo da agenda econômica e institucional, embora a condução prática da política econômica preserve um viés pragmático. O fator Trump reverteu parte da deterioração da avaliação do governo e reforçou o discurso de coesão em torno de um "inimigo externo", mas a sustentabilidade desse impulso é incerta e há limites para a recuperação diante de um governo desgastado. Medidas sociais recentes, como a isenção de imposto de renda até R$ 5.000 e programas de subsídio a energia e gás, visam recompor apoio entre os mais pobres e a classe média, mas também ampliam as pressões sobre as contas públicas.

3.4 Setor Externo, Balança Comercial e Taxa de Câmbio

O setor externo brasileiro tem apresentado uma dinâmica complexa nos últimos tempos. As exportações, que foram um dos pilares da economia nos anos recentes, apresentam estabilidade e sinais de esgotamento do seu crescimento. Isso se deve principalmente a dois fatores: a redução no impulso do agronegócio, setor que tem sido importante para o superávit comercial brasileiro, e um menor crescimento econômico mundial, que naturalmente impacta a demanda por produtos brasileiros.

Paralelamente, observa-se uma aceleração das importações, reflexo direto do aquecimento da demanda interna. O gráfico abaixo apresenta os valores de exportações e importações por ano.



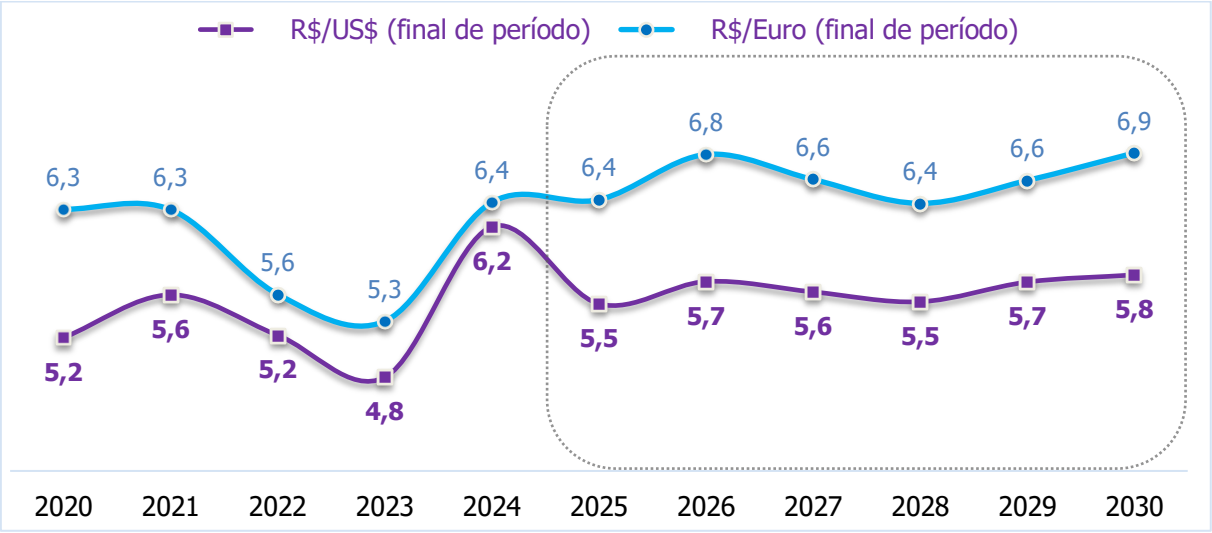
Fonte: Consultoria Tendências. Elaboração: Valia

Em 2025 a conta corrente deve seguir em patamar elevado. O déficit em 12 meses chegou a US$ 78,9 bilhões (3,6% do PIB) e a projeção anual é de US$ 74,7 bilhões, o maior desde 2014, pressionado por queda do superávit comercial (impactado por importações pontuais como plataforma de petróleo) e pelo aumento das remessas líquidas de lucros e dividendos, embora a desaceleração da atividade possa estancar parte da deterioração nos próximos meses, desde fevereiro os investimentos diretos no país (IDP) em 12 meses não cobrem mais o déficit em transações correntes, reduzindo o grau de conforto externo observado até 2023 e sugerindo limites à valorização cambial.

Para 2026, o cenário dependerá fortemente da continuidade dos fluxos de investimento direto e da volatilidade dos investimentos em carteira. Ainda, há risco assimétrico para pior das estimativas, exigindo atenção às contas externas. Se o IDP recuar ou os fluxos de carteira inverterem, pressões sobre câmbio e necessidade de financiamento externo podem se intensificar.

A desvalorização global do dólar em 2025, em decorrência do contexto de políticas do Donald Trump, tem ajudado a reduzir pressões sobre a taxa de câmbio no Brasil, o que combinado com uma política monetária doméstica firme sustenta o preço da moeda local. As estimativas de câmbio, sempre muito desafiadoras, foram ajustadas para cerca de R$ 5,35/US$ em 2025 e R$ 5,50/US$ em 2026, mas a volatilidade tende a subir em 2026 em função do processo eleitoral. Em suma, o cenário base aponta para crescimento limitado no curto e médio prazo, influenciado por restrições fiscais, aperto monetário e fraco investimento, enquanto um cenário alternativo marcado por maior intervencionismo e perda de credibilidade fiscal elevaria risco de inflação mais persistente e necessidade de ajustes mais profundos.

No gráfico abaixo, é possível notar o efeito de depreciação do dólar pela comparação do câmbio da moeda local frente ao Euro nos mesmos períodos.



Fonte: Consultoria Tendências. Elaboração: Valia

Vale destacar que no cenário pessimista, de baixa probabilidade, as taxas de câmbio apresentariam uma diferença significativa. Com uma maior aversão ao risco global, desaceleração mais intensa da economia chinesa e agravamento da situação fiscal doméstica, a taxa de câmbio poderia ficar acima de R$/US$ 6,00 por período incerto.

3.5 Conclusão

Em 2025 a economia brasileira enfrenta um quadro de risco fiscal elevado e contas externas pressionadas. A conta corrente projeta déficit recorde desde 2014 e os investimentos diretos, embora fortes em alguns meses, já não cobrem o déficit acumulado. No plano doméstico, a combinação de medidas sociais, maior rigidez de despesas obrigatórias e custo crescente da dívida tende a manter a percepção de risco elevada, com a meta primária de 2025 sendo cumprida apenas no limite mínimo e a dívida bruta projetada para subir ao redor de 90% do PIB até o fim da década sem correções estruturais.

A atividade econômica mostra sinais claros de arrefecimento. O crescimento deve moderar a partir do segundo semestre de 2025, sustentado por agropecuária e indústria extrativa, enquanto consumo, investimento, indústria de transformação e construção desaceleram, refletindo juros elevados e incerteza eleitoral. O mercado de trabalho deve acomodar-se em 2026 com criação de vagas mais fraca e pequena elevação da desocupação, e a expansão média do PIB para 2026 a 2030 é projetada abaixo de 2% ao ano.

A inflação converge de forma lenta para a meta, com IPCA estimado acima de 3% em um horizonte relevante de mais de doze meses. A política monetária permanecerá restritiva, com cortes graduais apenas a partir de 2026, num processo de convergência ao juro neutro que deve ser cauteloso, diante de riscos altistas por pressões salariais e estímulos fiscais. No mercado de títulos, as taxas recuaram em 2025, mas ainda refletem esse cenário de juro real historicamente elevado e maior custo de dívida, o que amplia o efeito do aperto monetário sobre atividade e despesas públicas.

É importante destacar que o cenário prospectivo utiliza um conjunto de premissas, sendo o cenário base o de maior probabilidade, enquanto os cenários alternativos estudam possibilidades possíveis menos esperadas. A observação e análise do contexto macroeconômico é constantemente revisada para melhor leitura sobre a trajetória das variáveis presentes nessa seção.

4 Alocação dos Recursos

A definição dos limites de alocação por classe de ativos citados nesse capítulo é subsidiada por diversos estudos técnicos, como o Estudo de ALM [10](*Asset Liability Management*) para obrigações com característica de benefício definido, e os Estudos de Fronteiras Eficientes de Alocação e *Glidepath*[11] para obrigações com característica de contribuição definida. Esses estudos são realizados com intervalo máximo de três anos por renomadas consultorias especializadas de investimentos, com o acompanhamento de profissionais da Valia.

Além disso, também são utilizados estudos internos para embasar as alocações dessa Política de Investimentos, com simulações e projeções de resultado baseadas em cenários macroeconômicos de longo prazo elaborados por consultoria macroeconômica especializada. Especificamente para as obrigações com característica de benefício definido, são feitos estudos de *Cash-Flow Matching* (casamento de fluxos), visando adequar os fluxos dos ativos às necessidades do passivo de cada obrigação.

A Valia pode, na implementação de sua Política de Investimentos, realizar operações em ativos financeiros ligados às patrocinadoras, fornecedores, clientes e demais empresas ligadas ao grupo econômico das patrocinadoras. A Fundação, de forma a controlar e mitigar eventuais conflitos de interesses, exige de suas contrapartes declaração de tal condição, submetendo-a, em caso de declaração positiva, à apreciação de seu Comitê de Conduta e Integridade ou a qualquer outro órgão de Governança que julgar necessário, para a devida análise mitigatória para embasamento da decisão sobre a manutenção ou a negativa da operação, conforme normativos internos.

Nesse capítulo, detalhamos em cada Plano e Subplano as estratégias de investimentos de cada segmento, apresentando as tabelas de percentual de alocação mínimo, alvo e máximo, além da posição atual no fechamento do terceiro trimestre de 2025.

4.1 Plano Cenibra

A carteira de investimentos do Plano Cenibra é composta exclusivamente por investimentos no segmento de Renda Fixa, majoritariamente em títulos indexados ao IGP-M e IPCA.

Plano Cenibra - Alocação 2026 - % RGRT							
Segmentos	% Mínimo	% Alvo	% Máximo	% Atual	Modalidades de Investimentos	% Limite	% Atual
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	Títulos Públicos Federais	100,0%	97,1%
					Fundos de Índice de Renda Fixa (Títulos Públicos)	100,0%	0,0%
					FIDC e FICFIDC	5,0%	0,0%
					Títulos de Emissões Bancárias	15,0%	1,4%
					Debêntures e Notas Promissórias	10,0%	1,5%

Índices de referência e rentabilidade esperada:

Segmentos	Índices de Referência	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	IGP-M + 5,64%	9,9%
Plano Cenibra	IGP-M + 5,64%	9,9%

Rentabilidade auferida nos últimos 5 anos:

[10] O estudo de ALM (Asset Liability Management ou "Gestão de Ativos e Passivos") analisa de forma integrada os ativos e passivos de uma instituição para avaliar a solvência, os riscos de liquidez, mercado e juros e a adequação do portfólio frente às obrigações futuras.

[11] O estudo de *Glidepath* no contexto de fundos de previdência no modelo de ciclo de vida refere-se à estratégia de investimento que ajusta a alocação de ativos ao longo do tempo, diminuindo gradualmente a exposição a ativos de maior risco à medida que o investidor se aproxima da aposentadoria. Esta abordagem visa otimizar o equilíbrio entre risco e retorno, maximizando a expectativa de rentabilidade dos ativos durante os anos de acumulação e protegendo o patrimônio à medida que a necessidade de segurança financeira aumenta na aposentadoria.

Segmentos	2021	2022	2023	2024	2025*	Média 5 anos
Renda Fixa	19,67%	11,58%	10,12%	11,03%	7,79%	12,64%
Plano Cenibra	19,54%	11,57%	10,11%	11,02%	7,37%	12,51%

*** rentabilidade acumulada até setembro**

4.2 Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Os investimentos do Plano de Gestão Administrativa são concentrados em ativos líquidos do segmento de Renda Fixa.

Alocação proposta:

PGA - Alocação 2026 - % RGRT							
Segmentos	% Mínimo	% Alvo	% Máximo	% Atual	Modalidades de Investimentos	% Limite	% Atual
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	**Títulos Públicos Federais**	100,0%	98,3%
					Fundos de Índice de Renda Fixa (Títulos Públicos)	100,0%	0,0%
					FIDC e FICFIDC	5,0%	0,0%
					Títulos de Emissões Bancárias	50,0%	1,7%
					Debêntures e Notas Promissórias	20,0%	0,0%

Índices de referência e rentabilidade esperada:

Segmentos	Índices de Referência	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	CDI	13,4%
PGA	CDI	13,4%

Rentabilidade auferida nos últimos 5 anos:

Segmentos	2021	2022	2023	2024	2025*	Média 5 anos
Renda Fixa	4,33%	12,36%	13,00%	10,64%	10,32%	10,64%
PGA	4,32%	12,35%	12,98%	10,62%	10,31%	10,63%

*** rentabilidade acumulada até setembro**

5 Alocação e Concentração por emissor

A tabela a seguir apresenta os limites de alocação por emissor em relação aos recursos de cada plano administrado pela Valia:

Alocação por Emissor	
Emissor	**% Máximo**
I - Tesouro Nacional	100%
II - Instituições financeiras bancárias autorizadas pelo BACEN	20%
III - Demais emissores	10%

Observando os limites em relação a soma de recursos administrados pela Valia, a tabela a seguir apresenta os limites de concentração por emissor:

Concentração por Emissor	
Emissor	**% Máximo**
I - % do patrimônio líquido*:	25%
a) instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	
b) classe de FIDC ou classe de investimento em cotas de FIDC	

c) classe de ETF de renda fixa e ETF referenciado em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluindo o fundo de índice do exterior admitindo à negociação em bolsa de valores do Brasil - BDR-ETF	
classe de fundo de investimento ou classe de investimento em cotas de fundo de investimento classificado no segmento estruturado, exceto cotas de classe de FIP	
e) classe de FII	
f) classe de fundos de investimento constituídos no Brasil de que trata o art. 26	
II - % do PL separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%
III - % do patrimônio líquido:	15%
a) do fundo de investimento constituído no exterior	
b) debêntures incentivadas emitidas por sociedade por ações de capital fechado	
§ 1º - % de uma mesma emissão de ativos financeiros de renda fixa	
§ 2º - % de uma mesma subclasse de cotas de FIDC	
§ 6º - % da quantidade de ações do capital total e o capital votante (incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição) de uma mesma sociedade por ações de capital aberto	25%

*O limite estabelecido no item I não se aplica a fundo de investimento em cotas de fundo de investimento, desde que as aplicações do fundo de investimento investido observem os limites acima. O limite também se aplica para o fundo de investimento em participação que invista seu patrimônio líquido em cotas de outros FIP, conforme regra da Comissão de Valores Mobiliários.

6 Das Vedações

Estará vedado o investimento em ativos não mencionados na Política de Investimentos Plurianual 2026/2029 – Foco 2026.

7 Política de Investimentos Responsáveis

Propósito e Princípios Institucionais

A Valia tem como propósito a construção do presente e futuros melhores. Esse compromisso se reflete na gestão de recursos previdenciários, na proteção do patrimônio dos participantes e na incorporação de fatores ambientais, sociais, climáticos e de governança (ASG) nas etapas do processo de investimento.

A Valia é signatária dos *Principles for Responsible Investment* (PRI) desde 2007, sendo um dos primeiros fundos de pensão brasileiros a aderir à iniciativa. São seis princípios direcionadores promovidos pelo PRI:

- Incorporar os temas ESG[12] às análises de investimento e aos processos de tomada de decisão;
- Ser proativo e incorporar os temas ESG às políticas e práticas da propriedade de ativos;
- Buscar sempre fazer com quem as entidades nas quais se investe divulguem suas ações relacionadas aos temas ESG;
- Promover a aceitação e implementação dos Princípios dentro do setor de investimento;
- Ampliar a eficácia na implementação dos Princípios; e
- Divulgar relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos princípios.

A Fundação também participa ativamente de fóruns setoriais, como o grupo de trabalho de sustentabilidade da Abrapp.

A integração ASG é compreendida como parte do dever fiduciário, pois contribui para:

- Aprimorar a relação risco-retorno no longo prazo;
- Reduzir riscos de cauda e ameaças sistêmicas;
- Proteger o patrimônio intergeracional dos participantes; e
- Promover impactos positivos e duradouros para a sociedade.

Riscos Climáticos como Riscos Sistêmicos e Não Diversificáveis

A Valia reconhece que os riscos climáticos, físicos e de transição, são sistêmicos, materiais e não diversificáveis, afetando simultaneamente setores, geografias e classes de ativos, com influência direta sobre premissas econômicas, fluxos de caixa, correlações, inflação e valor dos ativos.

Dessa forma, a gestão desses riscos constitui parte inalienável do dever fiduciário intergeracional da Fundação.

Abrangência da Política e Cobertura da Carteira

A presente política se aplica a 100% dos ativos sob gestão, considerando:

- Gestão própria e terceirizada;
- Estratégias ativas e passivas (indexadas);
- Mandatos discricionários e fundos de mercado;

Gestores de estratégias passivas também devem demonstrar processos mínimos de:

- *Stewardship*[13] e política de voto;
- Engajamento com emissores quando aplicável.

Para estas estratégias a análise é realizada ao nível institucional dos gestores, uma vez que carteiras indexadas devem apresentar baixo nível de *tracking-error.*

Governança e Responsabilidades

---

[12] ASG (Ambiental, Social e Governança) e ESG (Environmental, Social and Governance) são siglas equivalentes em português e inglês que representam critérios usados para avaliar práticas sustentáveis, éticas e transparentes de empresas, considerando impactos ambientais, responsabilidade social e qualidade da governança corporativa.

[13] O termo "*stewardship*" se refere ao papel ativo que investidores institucionais, como fundos de pensão e gestores de ativos, exercem ao acompanhar, influenciar e dialogar com as empresas nas quais investem.

A governança da agenda sustentável e climática da Valia é estruturada da seguinte forma:

Instância	**Responsabilidade**
Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos	Supervisão estratégica dos riscos ASG
Diretoria de investimentos	Execução, monitoramento e integração nos processos
Gestores terceirizados	Integração ASG, *stewardship*, engajamento e transparência
Riscos e Compliance	Monitoramento de aderência a esta política e recomendações

A Valia buscará constantemente sua evolução e transparência de resultados, alinhada a frameworks internacionais, como o GRI e o PRI, observada a aplicabilidade regulatória brasileira.

***Stewardship*, Voto e Engajamento**

A Valia exercerá *stewardship* de forma institucional, sistemática e escalonável, incluindo:

- Diretrizes formais de voto em assembleias;
- Monitoramento dos votos exercidos por gestores em seu nome;
- Engajamento proativo com gestores, emissores, provedores de índices e reguladores;
- Priorização de temas materiais, especialmente riscos climáticos, direitos humanos e governança;
- Possibilidade de escalonamento caso o alinhamento seja insuficiente.

A atuação da Fundação poderá ocorrer de forma individual ou colaborativa, visando fortalecer o mercado e endereçar riscos sistêmicos.

Critérios de Investimento, Avaliação e Monitoramento

Seleção, Monitoramento e Avaliação de Gestores Terceirizados

A Valia considera a integração ASG parte essencial da diligência, seleção, contratação e monitoramento contínuo de gestores externos, aplicável a mandatos ativos, passivos e estratégias alternativas.

O processo seletivo avalia:

- Existência de política formal de integração ASG e climática;
- Estrutura de governança para sustentabilidade;
- Práticas de *stewardship*, engajamento e voto;
- Metodologias utilizadas para avaliação de riscos climáticos (físicos e de transição);
- Histórico de incidentes ASG materiais e gestão de controvérsias;
- Transparência e qualidade de dados reportados.

No monitoramento contínuo dos gestores:

- Acompanhamento periódico de integração ASG nos portfólios;
- Monitoramento de votos proferidos em nome da Valia;
- Avaliação de engajamentos realizados com emissores;
- Reuniões regulares de acompanhamento do tema;
- Reavaliação do gestor em caso de controvérsias graves ou desalinhamento com esta Política.

Em estratégias passivas e indexadas, a diligência também cobrirá:

- Práticas de *stewardship* do gestor, mesmo sem discricionariedade na seleção de ativos;
- Políticas de voto e engajamento aplicáveis às carteiras indexadas;
- Abordagem do gestor junto a provedores de índices, quando aplicável;

- Transparência quanto à exposição a riscos ASG e setoriais relevantes.

A Valia poderá aplicar planos de engajamento, solicitar planos de melhoria ou, em último caso, reavaliar a relação contratual, sempre considerando a proteção dos interesses dos participantes.

Carteira própria e crédito corporativo

Incorporação de riscos materiais ASG em análises de empresas, com foco em:

- Modelo de negócios resiliente a riscos ASG;
- Exposição a riscos físicos climáticos relevantes;
- Práticas sólidas de governança e conduta empresarial.

Carteira imobiliária

Priorização de:

- Eficiência energética, hídrica e gestão de resíduos;
- Adoção de certificações (LEED, AQUA, Procel, ISO 14000);

Exclusões, Transição e Engajamento Setorial

São vedados investimentos diretos (carteira própria e mandatos exclusivos) em empresas envolvidas em:

- Fabricação de tabaco;
- Produção de armamentos controversos;
- Trabalho infantil ou análogo ao escravo comprovado.

Além das exclusões, a Fundação reconhece a importância da transição responsável, podendo:

- Priorizar engajamento em setores de alta emissão com planos críveis de descarbonização;
- Aplicar restrições adicionais quando riscos sistêmicos comprometerem o retorno ajustado ao risco no longo prazo;
- Utilizar sua influência institucional para incentivar transições setoriais alinhadas ao Acordo de Paris.

Contribuição Sistêmica e Colaboração com o Mercado

A Valia atuará de forma colaborativa com:

- Reguladores e associações setoriais;
- Outras instituições financeiras e investidores institucionais;
- Iniciativas coletivas voltadas à transparência, dados e precificação de riscos climáticos;
- Organizações alinhadas ao fortalecimento das práticas ASG no Brasil e no exterior.

Alinhamento e Compromissos Globais

Esta Política se alinha a:

- Resoluções e normativas aplicáveis ao setor de previdência complementar;
- Compromissos globais como o Acordo de Paris e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Princípios do PRI e boas práticas internacionais de *stewardship* e gestão climática.

8 Política de Gestão de Risco

A Valia adota um processo estruturado de Gestão de Riscos Corporativos (Anexo III), alinhado às diretrizes da ABNT NBR ISO 31000, COSO-ERM, Resolução Previc nº 23/2023 e Resolução CMN nº 4.994/2022, com foco no alcance dos objetivos estratégicos e na mitigação de riscos que possam comprometer a missão, visão e valores institucionais.

A Política de Gestão de Riscos é desdobrada em Norma de Gestão de Riscos Corporativos e Norma de Gestão de Riscos de Investimentos, que estabelecem metodologias e procedimentos para identificação, mensuração, tratamento e monitoramento dos riscos.

No âmbito dos investimentos, os riscos são avaliados considerando temas como: mercado, crédito, contraparte, concentração, liquidez, sistêmico, operacional, aspectos ASG e conformidade. Para isso, são utilizados instrumentos de análise prévia e definição de orçamentos de risco por classe de ativo.

A gestão segue o modelo das três linhas:

1ª Linha: Áreas de negócio responsáveis pela identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos inerentes às suas atividades.

2ª Linha: Gerência de Riscos e Compliance, responsável por definir metodologias, consolidar informações, monitorar planos de ação, apoiar as áreas na gestão integrada. Também atua na identificação, avaliação e monitoramento dos riscos investimentos da carteira própria dos planos de benefícios, incluindo análises prévias independentes.

3ª Linha: Auditoria Interna, responsável por avaliar a eficácia dos controles e do processo de gestão de riscos.

O Conselho Deliberativo define o Apetite a Riscos e aprova a Política de Gestão de Riscos Corporativos, enquanto a Diretoria Executiva supervisiona sua implementação e valida o Mapa Integrado de Riscos, que consolida riscos estratégicos, operacionais, de investimentos, atuariais, de pessoas, de conformidade e cibernéticos.

O monitoramento é realizado por meio de indicadores-chave (KRIs) e matrizes de riscos, atualizados periodicamente pela Gerência de Riscos e Compliance, conforme as faixas de tolerância aprovadas pela Diretoria Executiva. O processo contempla as etapas de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação, sempre alinhadas ao planejamento estratégico da Fundação.

O risco de conformidade inclui o tema conflito de interesse. A mitigação de potenciais conflitos envolvendo prestadores de serviços e participantes do processo decisório de investimentos é detalhada no procedimento interno de due diligence de terceiros sob a ótica de integridade. Esse procedimento define a relação entre o grau de risco de cada terceiro e a profundidade da diligência, bem como a periodicidade do monitoramento. Fazem parte desse processo pareceres que integram a contratação de terceiros, incluindo gestores terceirizados de investimentos, corretoras e locatários de imóveis próprios.

Baseado na ABNT NBR ISO 31000:2018, o sistema de gestão de riscos da Valia é submetido a auditoria interna anual, garantindo aderência às diretrizes estabelecidas. A análise crítica e a melhoria contínua do sistema são conduzidas pela Diretoria Executiva, com base nos reportes dos comitês de assessoramento e demais órgãos da governança.

9 Política de Terceirização de Gestão

A Valia desenvolveu internamente metodologias de seleção, acompanhamento e avaliação de gestores, visando a impessoalidade, transparência e padronização. Estes métodos são definidos para cada classe de ativos e incluem métricas qualitativas e quantitativas, voltadas para a análise de performance, risco x retorno e adequação aos mandatos. Os fundos terceirizados possuem mandatos específicos, de acordo com a estratégia de cada carteira de investimento. Periodicamente são realizadas avaliações das carteiras terceirizadas de modo a auferir o desempenho dos gestores. Este monitoramento direciona as decisões a serem tomadas com relação aos fundos e/ou gestores, embasados nos documentos normativos descritos no Anexo II.

10 Política de Uso de Derivativos

A Valia poderá utilizar instrumentos derivativos em suas diversas carteiras, mediante avaliação prévia dos riscos envolvidos e registro das operações na B3, com o objetivo de proteger seus investimentos, reduzindo sua exposição ao risco de mercado, crédito ou cambial. Além disso, poderão ser utilizados instrumentos derivativos para assumir posições direcionais em Renda Fixa. A avaliação prévia dos riscos de operações com derivativos será realizada com o entendimento dos aspectos de apreçamento das operações, necessidade de pagamento de ajustes e chamadas de margem de garantia, avaliação do risco de crédito eventual das contrapartes e com a simulação do risco das operações, utilizando as ferramentas de VaR e testes de *stress*.

Na utilização de derivativos serão observados os limites e condições abaixo:

O depósito de margem estará limitado a 15% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela *Clearing*.

O valor total dos prêmios de opções pagos estará limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Para verificação dos dois limites estabelecidos acima, não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas.

Nas carteiras terceirizadas de Renda Fixa e Renda Variável poderão ser utilizados instrumentos derivativos para proteção ou posicionamento, sem que gerem alavancagem ao fundo, desde que o gestor/administrador cumpra os limites de exposição acima citados. Além disso, é preciso descrever em regulamento as condições para operações com derivativos e, caso solicitado pela Valia, prestar informações periódicas sobre essas operações.

Os fundos terceirizados alocados nos segmentos Exterior e Estruturados, considerados ativos finais pelo art. 32 da Resolução CMN nº 5.202/2025, também podem realizar operações com derivativos de acordo com os regulamentos dos respectivos fundos e a regulamentação em vigor.

11 Precificação dos Ativos Financeiros

11.1 Ativos do Segmento de Renda Fixa

Para operações de Renda Fixa no mercado secundário, a apuração do valor de mercado ou do intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros é feita através de consulta a algumas fontes públicas de informação, de notório reconhecimento e ampla utilização pelo mercado, tais como Anbima, Bloomberg, NOME e TRADEMATE. A intenção é assegurar, no mínimo, que os preços apurados sejam consistentes com os preços de mercado vigentes à época da negociação, sendo que para os casos que por ventura isso não seja possível a Valia deverá seguir de forma integral o que prevê a legislação vigente. Alternativamente, as negociações poderão ser feitas através dos *calls* realizados diariamente por Corretoras, garantindo assim um processo de formação de preço competitivo e transparente.

O apreçamento dos investimentos de Renda Fixa é realizado pelo custodiante dos ativos, que atualmente é o Banco Bradesco, seguindo práticas de mercado, manuais de apreçamento e dispositivos legais. Para os títulos públicos marcados a mercado, é utilizada preferencialmente a taxa divulgada pela ANBIMA. Nos ativos mantidos até o vencimento, o apreçamento é realizado pelo método conhecido como marcação na curva, onde o ativo é precificado de acordo com sua taxa de aquisição, em consonância com as determinações legais estabelecidas.

11.2 Ativos negociados em Bolsas de Valores

As ações, ETFs e demais valores mobiliários negociados em bolsas de valores devem ser marcados a valor de mercado pelo último preço de fechamento divulgado na B3 ou, quando não disponível, o último preço disponível na B3.

11.3 Fundos de Investimentos

Para o apreçamento dos Fundos de Investimentos não negociados em Bolsa é utilizado o valor da cota divulgado pelo administrador responsável por cada fundo.

11.4 Imobiliário

A precificação dos ativos imobiliários é realizada anualmente. Adotamos, como critério, a contratação de empresas independentes de avaliação imobiliária, ou seja, que não atuem no mercado realizando compra e venda de ativos imobiliários. Assim, busca-se evitar qualquer tipo de influência na determinação dos valores.

Adicionalmente, para participar do processo de contratação, os avaliadores devem possuir comprovada experiência e seguir o "Guia de Melhores Práticas em Avaliação Imobiliária – Abrapp" e a noma NBR 14.653. A metodologia de avaliação está vinculada, dentre outras, ao tipo de imóvel. Podem ser adotados para a carteira imobiliária da Valia, composta por edifícios comerciais, o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, o Método de Geração de Renda e/ou o Método de Quantificação de Custo, a critério do avaliador externo.

Os valores apresentados nos laudos de avaliação contemplam (i) os valores patrimoniais das faixas de compra e venda, (ii) o valor de liquidação forçada, (iii) o valor para fins de contratação do seguro de incêndio do imóvel com a sua respectiva memória de cálculo, e (iv) as faixas de valores de locação para balizamento da gestão dos contratos de locação.

11.5 Operações com Participantes

A metodologia de precificação das Operações com Participantes – Empréstimos adotada pela Valia é a soma do saldo devedor de todos os contratos de empréstimos/financiamentos realizados com seus participantes, atualizados pelos encargos financeiros previstos contratualmente.

A metodologia de precificação das Operações com Participantes – Financiamento Imobiliário adotada pela Valia será semelhante à adotada para empréstimos onde a soma do saldo devedor de todos os contratos de financiamentos realizados com seus participantes, atualizados pelos encargos financeiros previstos contratualmente e trazidos a valor presente. No caso do Financiamento Imobiliário, a atualização financeira não é considerada para definição do valor da carteira.

12 Conclusão

A Política de Investimentos ora estabelecida tem como base a pesquisa e análise de mercado, sujeitas às mudanças decorrentes de alterações da conjuntura econômica global e do Brasil. Os percentuais citados nesta Política deverão ser perseguidos visando a realização do que foi proposto, mas cabe lembrar que a operacionalização da estratégia dependerá de fatores como prazos, taxa de remuneração, liquidez, além de alterações dos fatores político e econômico do cenário vigente. Dessa forma, nossa atuação visará não perder de vista os critérios de proteção do capital investido e a otimização da rentabilidade dos recursos da fundação, com base nos estudos técnicos realizados.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE
Edécio Brasil

DIRETOR DE SUPORTE E GESTÃO
Rodrigo Moreira de Souza Carvalho

DIRETOR DE INVESTIMENTOS
Maurício da Rocha Wanderley

DIRETORA DE SEGURIDADE
Maria Elisabete Silveira Teixeira

Anexo I – Premissas de Médio e Longo Prazo

Cenário Básico						
Projeções Anuais	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**
PIB						
PIB nominal (US$ bilhões)	2.336	2.454	2.613	2.741	2.903	2.992
População (milhões)	214	215	216	216	217	218
PIB per capita (%)	1,2%	0,8%	1,1%	1,7%	2,0%	2,3%
PIB per capita (US$)	10.907	11.414	12.118	12.669	13.378	13.752
Crescimento real (%)	1,6%	1,2%	1,5%	2,1%	2,3%	2,6%
Agropecuária	2,4%	3,3%	2,5%	2,8%	2,3%	2,9%
Indústria	1,1%	0,7%	1,1%	2,1%	2,7%	3,0%
Serviços	1,5%	0,8%	1,2%	1,5%	1,9%	2,2%
Consumo das Famílias	1,3%	0,8%	1,4%	1,8%	2,1%	2,3%
Consumo do Governo	1,5%	-0,1%	-0,4%	-0,3%	0,1%	-0,1%
FBCF	0,6%	0,7%	2,0%	2,8%	3,2%	4,1%
Exportações de Bens e Serviços	-0,1%	3,1%	3,3%	4,1%	4,2%	4,8%
Importações de Bens e Serviços	0,3%	1,3%	2,4%	2,8%	3,8%	4,1%
FBCF (% do PIB)	17,1%	17,0%	17,1%	17,3%	17,4%	17,7%
Preços						
IPCA (IBGE - %)	4,3%	3,9%	3,7%	3,5%	3,4%	3,1%
IGP-M (FGV - %)	4,1%	3,9%	3,7%	3,8%	3,9%	4,0%
IPA-M (FGV - %)	3,8%	3,9%	3,7%	4,0%	4,2%	4,4%
IPC-M (FGV - %)	4,3%	3,9%	3,7%	3,5%	3,4%	3,1%
Emprego						
PEA/PIA	63,1%	63,1%	63,2%	63,1%	62,9%	62,8%
Ocupação (crescimento %)	1,1%	-0,1%	0,2%	0,4%	0,6%	0,8%
Taxa de desemprego (%)	6,6%	7,4%	8,0%	8,3%	8,1%	7,9%
Renda Real (crescimento %)	1,4%	1,1%	1,2%	1,7%	2,1%	2,3%
Massa Real (crescimento %)	3,5%	1,0%	1,4%	2,1%	2,7%	3,1%
Setor Público						
Resultado nominal - % do PIB	-8,4%	-7,5%	-6,6%	-5,3%	-5,3%	-4,5%
Resultado primário - % do PIB	-0,4%	-0,5%	-0,4%	-0,2%	0,0%	0,2%
Dívida Líq. do Setor Público - % do PIB	69,5%	72,0%	73,7%	74,8%	76,2%	75,9%
Dívida Bruta do Setor Público - % do PIB	83,5%	86,9%	89,1%	90,9%	92,1%	92,5%
Câmbio, Juros e Crédito						
R$/US$ (final de período)	5,70	5,61	5,52	5,70	5,76	5,81
R$/Euro (final de período)	6,84	6,62	6,40	6,61	6,85	7,03
US$/Euro (final de período)	1,20	1,18	1,16	1,16	1,19	1,21
Juros nominais final de período (%)	12,5%	10,5%	9,0%	9,0%	9,0%	8,5%
Juros nominais - média (%)	13,3%	11,5%	10,1%	9,0%	9,0%	8,6%
TJLP (% - média)	8,7%	8,0%	7,1%	6,7%	6,3%	6,0%
TLP- Taxa real (% - média ano)[1]	7,5%	6,8%	6,1%	5,7%	5,3%	5,0%
Juros reais (deflacionado pelo IPCA)	8,6%	7,4%	6,1%	5,3%	5,5%	5,4%
Crédito Total (% PIB)	57,8%	59,4%	60,9%	62,2%	63,5%	64,5%
Crédito Total - crescimento real (%)	3,7%	4,0%	4,2%	4,4%	4,5%	4,6%
Balanço de Pagamentos						
Balança Comercial (US$ bi)	59,2	58,1	55,7	56,0	55,0	53,3
Exportações (US$ bi)	322,5	330,0	337,9	350,2	362,3	375,7
Importações (US$ bi)	263,3	271,9	282,2	294,1	307,2	322,4
Balança de Serviços e Rendas (US$ bi)	-119,3	-118,7	-119,8	-121,0	-122,6	-123,1
Conta Corrente (US$ bi)	-69,1	-69,6	-73,1	-74,0	-76,6	-78,8
Conta Corrente (% PIB)	-3,0%	-2,8%	-2,8%	-2,7%	-2,6%	-2,6%
Investimento Direto no País (US$ bi)	76,0	81,0	85,4	88,7	92,9	98,5
Reservas (liquidez internacional - US$ bi)	355,9	360,7	362,2	364,5	368,8	373,1
Exportações + Importações / PIB	25,1%	24,5%	23,7%	23,5%	23,1%	23,3%
Exportações / Dívida Externa	89,3%	89,7%	90,1%	91,6%	92,9%	94,4%
Dívida Externa (% PIB)	15,5%	15,0%	14,4%	13,9%	13,4%	13,3%

Fonte: Tendências Consultoria Econômica. Ref.: Nov/2025

Anexo II – Documentos Normativos de Investimentos

Adicionalmente a essa Política, a Valia dispõe de documentos normativos que detalham os processos, procedimentos e critérios relacionados à aplicação dos recursos dos planos da entidade. Destacamos abaixo elenco não exaustivo dos normativos que abrangem os seguintes temas:

Governança de Investimentos

- Norma de Alçada e Governança de Investimentos (inclui detalhamento das responsabilidades dos agentes envolvidos nos processos de investimentos)

Gestão de Riscos

- Política de Gestão de Riscos Corporativos
- Norma de Gestão de Riscos de Investimentos

Análise e Mitigação de Conflito de Interesses

- Norma de Integridade - VALIA
- Código de Conduta Ética
- *Due Diligence* de Integridade para Gestão de Terceiros

Fluxos dos Processos de Gestão de Investimentos

Definição da Política e Limites de Riscos

- Planejamento e Gestão de Investimentos (engloba a elaboração da política de investimentos, divulgação e monitoramento do enquadramento legal, dos limites de riscos e riscos consolidados)
- Definição e acompanhamento do limite operacional por banco

Gestão por segmentos:

Mobiliários

- Gestão de Renda Fixa e Multimercados
- Gestão de Renda Variável e de Exterior
- Gestão de FIPs

Imobiliário

- Gestão da Carteira Imobiliária
- Aluguel de Imóveis
- Venda de Imóveis
- Administração condominial
- FIIs

Empréstimos

- Gestão da Carteira de Empréstimos
- Concessão de Empréstimos
- Geração e Envio de Prestações
- Recebimento de Empréstimos
- Cobrança de Inadimplentes de Empréstimos

Financiamento Imobiliário

- Gestão da Carteira de Investimentos Imobiliários
- Avaliação e formalização de novos Financiamentos
- Concessão de Financiamentos
- Geração e Envio de Prestações
- Recebimento de Financiamentos
- Cobrança de Inadimplentes
- Alienação Fiduciária e Retomada de Imóvel

Procedimentos de seleção, acompanhamento e avaliação de prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e fundo de investimento

- Monitoramento de Fundos Terceirizados de Renda Fixa
- Seleção de Gestor de Fundo de Valor
- Monitoramento de Fundos de Valor
- Monitoramento de Fundos de Renda Variável Passiva no Exterior
- Seleção de Gestor de Fundos de FIPs
- Monitoramento de Private Equity
- Avaliar Contrapartes para as Operações de Renda Fixa
- Selecionar Corretoras para as Operações de Ativos Mobiliários em Bolsa de Valores
- Monitoramento de Qualidade Custodiante e Administrator
- Procedimento Operacional para Due Diligence de Aspectos ESG dos Gestores Terceirizados

Procedimento de Acompanhamento do Enquadramento

- Acompanhamento do Enquadramento das Operações da Valia

10. Alterações Regulamentares

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR

PLANO CENIBRA

2025

PLANO CENIBRA- CNPB: 1995.0023-56

Não houve alteração regulamentar em aprovada em 2025.

11.

Parecer Atuarial

Parecer da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Cenibra referente ao encerramento do exercício de 2025

Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia

01/2026

wtwco.com

Sumário

Introdução 4
Estatísticas 5
Informações para DA 6
Hipóteses e Métodos Atuariais 7
Patrimônio Social 10
Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos 11
Plano de Custeio 16
Conclusão 17

Esta página está intencionalmente em branco

Introdução

O presente parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício do Plano de Benefícios Cenibra, CNPB 1995002356, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, e administrado pelo(a) Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia (Entidade), em atendimento à legislação vigente.

A referida avaliação atuarial levou em consideração as informações de assistidos fornecidas pela Entidade, assim como outras informações necessárias, conforme apresentado neste parecer atuarial.

Para fins desta avaliação atuarial foi adotada como data do cadastro 30/06/2025.

Patrocinadores e Instituidores

A listagem completa de patrocinadoras será parte integrante das Demonstrações Atuariais do Plano de 31/12/2025.

Informações relevantes adicionais

O Plano de Benefícios Cenibra administrado pela Entidade está fechado à novas adesões desde 30/04/2001.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pelo Ofício nº 3.247/SPC/COJ, de 07/11/2000.

Qualidade da Base Cadastral

Após a análise dos dados pela WTW e correções feitas pela Entidade e/ou por sua(s) patrocinadora(s), foi considerado que os dados estavam suficientemente completos para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente da(s) patrocinadora(s), do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

Estatísticas

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data-base do cadastro, 30/06/2025, e referem-se à totalidade dos assistidos do Plano.

Participantes ativos

Não há participantes ativos.

Assistidos

Benefício	Quantidade de Benefícios Concedidos	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R$)
Aposentados válidos recebendo Renda Vitalícia	27	74	3.864
Pensionistas (grupos familiares) recebendo Renda Vitalícia	10	71	4.233

Os benefícios não estão no conceito de Pico e Capacidade.

Informações para DA

Hipóteses Biométricas e Demográficas

	Quantidade esperada para o exercício seguinte	Quantidade ocorrida no exercício encerrado	Quantidade esperada para o exercício
Tábua de Mortalidade Geral	1,06	0	0,96

Demais hipóteses

	Quantidade esperada para o exercício seguinte	Quantidade ocorrida no exercício encerrado	Quantidade esperada para o exercício
Taxa Real Anual de Juros	5,64%	11,01%	4,96%

A quantidade esperada para o exercício seguinte refere-se à previsão para o período de julho/2025 a junho/2026, com exceção da taxa de juros cujo período é janeiro/2026 a dezembro/2026.

A quantidade ocorrida no exercício encerrado e a quantidade esperada para o exercício referem-se ao período de julho/2024 a junho/2025, com exceção da taxa de juros cujo período é janeiro/2025 a dezembro/2025.

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a WTW e a Entidade conforme determinam as redações da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2025	Exercício Anterior
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	IGP-M (FGV)	IGP-M (FGV)
Taxa Real Anual de Juros (%)	5,64	4,96
Fator de Determinação Valor Real ao Longo do Tempo Ben Entidade (%)	98	98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic desagravada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic desagravada em 10% segregada por sexo

Picos	2025	Exercício Anterior
Pico dos Benefícios do Plano [outubro (mês de reajuste) até junho]	4,56%	2,13%
Pico dos Benefícios do Plano [junho a dezembro]	-1,75%	5,26%

Para a determinação do fator de pico de benefícios (junho a dezembro) do exercício anterior foi considerada a variação efetiva do IGP-M (FGV) de junho a novembro/2024.

Para a determinação do fator de pico de benefícios (junho a dezembro) foi considerada a variação efetiva do IGP-M (FGV) de junho/2025 a novembro/2025.

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos assistidos e pensionistas considera a composição familiar informada pela entidade.

Foi realizado em 23/05/2024 estudo técnico de adequação das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, na Portaria Previc nº 835, de 01/12/2020 e na Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

Além disso, em 2025 foi realizado estudo de convergência para a taxa real de juros para atender os dispositivos previstos pela Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, a Portaria Previc nº 835, de 01/12/2020, a Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023 e a Portaria Previc nº 343, de 13/04/2025, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que demonstrem a convergência entre a hipótese da taxa real anual de juros e a taxa de retorno anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores relacionados aos benefícios a conceder e concedidos que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente.

A WTW foi contratada para realização do estudo e utilizou, conforme disposto nas normas aplicáveis, os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2024, elaborados com base nas hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2024 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente em 31/12/2024.

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com nível de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real anual de juros de 5,64% para o Plano de Benefícios Cenibra. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 343/2025 para esse plano (limite inferior: 3,67% a.a. e limite superior: 5,64% a.a.).

Sendo assim, a Entidade e a(s) patrocinadora(s) do Plano de Benefícios Cenibra optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 5,64% na avaliação atuarial de 2025.

Esse estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Entidade e acompanhado de parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Entidade.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que, nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos benefícios.

Esse fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes que ocorrerão durante o período de 12 meses.

A hipótese adotada reflete o resultado do estudo de aderência realizado em 23/05/2024.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em 23/05/2024 pela WTW.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Como o Cenibra possui apenas assistidos, não foi adotado nenhum Método de Financiamento.

As provisões matemáticas foram determinadas com base no valor presente das obrigações.

Patrimônio Social

Com base no balancete/relatório do(a) Plano de Benefícios Cenibra de 31/12/2025, o Patrimônio Social, líquido do Fundo Administrativo e do Fundo para Garantia das Operações com Participantes é de R$ 33.559.400,80.

De acordo com informações prestadas pela Entidade para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefícios Cenibra possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021.

A WTW realizou o estudo de liquidez do plano em julho de 2024, com base na projeção dos dados de ativos e passivos com data-base dezembro de 2023. A análise indicou que o Plano Cenibra não apresenta necessidade liquidez até a sua exaustão, considerando as premissas adotadas. Ressalta-se que não foi feita nenhuma análise da qualidade ou dos riscos de mercado, crédito ou solvência dos ativos de forma individualizada. O estudo referente ao exercício de 2025 encontram-se em fase de elaboração.

A WTW não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Entidade.

Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos, em 31/12/2025, é a seguinte:

Posição Financeira em 30/06/2025	R$
2.03 Patrimônio Social	**33.559.400,80**
2.03.01 Patrimônio de Cobertura do Plano	**28.227.511,86**
2.03.01.01 Provisões Matemáticas	**17.062.289,00**
2.03.01.01.01 Benefícios Concedidos	**17.062.289,00**
2.03.01.01.01.01 Contribuição Definida	**0,00**
2.03.01.01.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos - Constituído	*0,00*
2.03.01.01.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	**17.062.289,00**
2.03.01.01.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	*12.272.579,00*
2.03.01.01.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	*4.789.710,00*
2.03.01.01.02 Benefícios a Conceder	**0,00**
2.03.01.01.02.01 Contribuição Definida	**0,00**
2.03.01.01.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	*0,00*
2.03.01.01.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	*0,00*
2.03.01.01.02.01.03 Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	*0,00*
2.03.01.01.02.01.04 Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	*0,00*
2.03.01.01.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	**0,00**
2.03.01.01.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	*0,00*
2.03.01.01.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	*0,00*
2.03.01.01.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	*0,00*
2.03.01.01.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	**0,00**
2.03.01.01.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	*0,00*
2.03.01.01.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	*0,00*
2.03.01.01.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	*0,00*
2.03.01.01.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	**0,00**
2.03.01.01.03.01 (-) Serviço Passado	**0,00**
2.03.01.01.03.02 (-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	**0,00**
2.03.01.01.03.03 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	**0,00**
2.03.01.02 Equilíbrio Técnico	**11.165.222,86**
2.03.01.02.01 Resultados Realizados	**11.165.222,86**
2.03.01.02.01.01 Superávit Técnico Acumulado	**11.165.222,86**
2.03.01.02.01.01.01 Reserva de Contingência	*2.995.216,58*
2.03.01.02.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	*8.170.006,28*
2.03.01.02.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	**0,00**
2.03.01.02.02 Resultados a Realizar	**0,00**
2.03.02 Fundos	**5.331.888,94**
2.03.02.01 Fundos Previdenciais	**5.331.888,94**
2.03.02.01.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	*0,00*
2.03.02.01.02 Revisão de Plano	*5.331.888,94*
2.03.02.01.02.05 Fundo de Distribuição de Superavit 2022	*5.331.888,94*
2.03.02.01.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	*0,00*

Observamos que:

- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos”;

- A reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de participante ativo ou aposentado foi registrada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos”.

Duração do Passivo do Plano de Benefícios

A duração do passivo é de 7,5546 anos (91 meses), calculada com base nos resultados desta avaliação atuarial, adotando a metodologia definida na Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

Reserva de Contingência

De acordo com o Art. 15º da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática

Com a aplicação da fórmula acima, o limite da reserva de contingência é de 17,5546%, equivalente a R$ 2.995.216,58, valor inferior ao equilíbrio técnico apurado. Dessa forma, em 31/12/2025, a Reserva de Contingência monta o valor de R$ 2.995.216,58.

Ressaltamos que para esse cálculo, Provisões Matemáticas são aquelas cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas Provisões Matemáticas a Constituir.

Reserva Especial para Revisão de Plano

A Reserva Especial apurada em 31/12/2025, no valor de R$ 8.170.006,28, está em seu 3º ano de constituição. Sendo assim, a Valia deve fazer a revisão obrigatória do plano de benefícios até o final de 2026, destinando, no mínimo, o valor integral da reserva especial registrada nos últimos três exercícios, nos termos da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023

Temos o seguinte histórico da Reserva Especial para Revisão de Plano deste plano:

Encerramento do exercício em	Exercício de constituição	Reserva Especial	Valor destinado para o Fundo de Revisão	Reserva Especial após destinação para o Fundo de Revisão (Registro Balanço)
31/12/2025	3º	8.170.006,28	0,00	8.170.006,28
31/12/2024	2º	5.110.276,40	0,00	5.110.276,40
31/12/2023	1º	3.922.301,68	0,00	3.922.301,68

Ajuste de Precificação

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será deduzido ou acrescido, respectivamente, para fins de equacionamento do deficit. E no caso de distribuição de superavit, o valor do ajuste de precificação, quando negativo, será deduzido do valor a ser distribuído.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,64% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

Uma vez que o Plano de Benefícios Cenibra não terá destinação de superavit, o ajuste de Precificação conforme definido na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 não é aplicável.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais

No fechamento do exercício de 2022, verificou-se o registro de Reserva Especial por mais de três exercícios consecutivos no Plano Cenibra. Desta forma, foi transferido o montante de R$ 7.971.930,73 para constituição de fundo previdencial para distribuição de superavit, denominado “Fundo de Distribuição de Superavit 2022”. O valor transferido corresponde à Reserva Especial integral acima da Reserva de Contingência apurada com taxa de juros de 3,80% a.a. e a duração de 8,9598. Tal constituição está estruturada em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018.

A Previc aprovou por meio da Portaria PREVIC/DILIC nº 85, de 05.02.2024 (DOU de 20.02.2024) a proposta para reversão dos valores alocados no “Fundo de Distribuição de Superavit 2022” aos assistidos e patrocinador (Processo nº 44011.005560/2023-00). O primeiro pagamento ocorreu em agosto/2024, 6 meses após a data da referida aprovação.

Rentabilidade do Plano

O retorno dos investimentos de 2025 informado pela Entidade equivale a 9,85%. Esse percentual líquido da inflação anual de -1,05% (variação do IGP-M/FGV no ano de 2025) resulta em uma rentabilidade de 11,01%, que é superior à hipótese da taxa real anual de juros de 4,96% a.a. utilizada na avaliação atuarial de 2024. Por ser a taxa real anual de juros uma premissa de longo

prazo, a divergência observada não justifica qualquer inferência sobre o ocorrido, entretanto, o monitoramento dessa hipótese está sendo feito anualmente na forma estabelecida na legislação vigente.

Variação das Provisões Matemáticas

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2025 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2024 atualizado pelo método de recorrência para 31/12/2025.

Valores em R$	Reavaliado	Evoluído	Variação em %
Passivo Atuarial	17.062.289,00	17.464.359,52	-2,30
Benefícios Concedidos	17.062.289,00	17.464.359,52	-2,30
■ Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00
■ Benefício Definido	17.062.289,00	17.464.359,52	-2,30
Benefícios a Conceder	0,00	0,00	-
■ Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00
■ Benefício Definido	0,00	0,00	-

Comparando o Passivo Atuarial reavaliado em 31/12/2025 no valor de R$ 17.062.289,00 com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2024 atualizado pelo método da recorrência para 31/12/2025, a variação encontrada é de -2,30%.

Convém ressaltar que todo o Passivo Atuarial do Plano é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados.

Seguem abaixo os impactos apurados separadamente em 30/06/2025 em relação à variação apresentada na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – parcela de benefício definido:

- Movimentação da massa dos participantes: 0,66%
- Alteração da taxa de juros: -4,87%

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas e a movimentação da massa de participantes consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos.

O quadro abaixo apresenta o detalhamento da variação nas provisões matemáticas contabilizadas em 31/12/2024 e em 31/12/2025.

Provisões Matemáticas em 31/12/2024	18.515.195,00
(+) Variação inerente às provisões matemáticas	(1.050.835,48)
(+) Ajuste de Experiência	459.331,48
(+) Aumento da taxa de juros de 4,96% a.a. para 5,64% a.a.	(861.402,00)
(=) Provisões Matemáticas em 31/12/2025	17.062.289,00

A variação inerente às provisões matemáticas é obtida através do método de recorrência: atualização monetária, juros e dedução de benefícios pagos.

O ajuste de experiência trata-se das variações cadastrais, movimentação de massa e benefícios.

A variação total das provisões matemáticas de 31/12/2024 para 31/12/2025 representa o somatório da variação inerente às provisões matemáticas, do ajuste de experiência e da alteração da taxa de juros e monta a quantia total negativa de R$ 1.452.906,00.

Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais são monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos. As hipóteses que causam maior impacto são: sobrevivência superior ao previsto nas tábuas de mortalidade e rentabilidade do patrimônio abaixo da taxa real de juros acrescida da variação acumulada do IGP-M.

Variação do resultado

O superavit técnico aumentou de R$ 8.451.954,34 em 31/12/2024 para R$ 11.165.222,86 em 31/12/2025.

Natureza do resultado

A natureza do resultado apurado se deve principalmente às variações ocorridas no período decorrentes do retorno financeiro, da movimentação de massa dos participantes e da alteração da taxa de juros que, conjugados, resultaram no aumento do superavit do plano.

Plano de Custeio

O plano de custeio não prevê contribuições para 2026.

Trata-se de um plano que possui somente assistidos. Por essa razão não há contribuições normais para o custeio.

Adicionalmente, visto que o plano se encontra superavitário não há necessidade de contribuições extraordinárias para o custeio.

O custeio administrativo corresponderá ao resultado da aplicação da taxa equivalente a 0,62% a.a. sobre o Retorno dos Investimentos dos Recursos Garantidores do plano. Eventuais diferenças entre a receita administrativa estabelecida e os gastos administrativos realizados serão custeadas pelo fundo administrativo.

Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Cenibra da Entidade, informamos que o plano está superavitário, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A WTW adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos técnicos de adequação elaborados conforme a legislação vigente à época dos estudos, porém tais estudos são considerados válidos para a avaliação atuarial tratada neste parecer.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e sua(s) patrocinadora(s).

Este parecer atuarial foi elaborado com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial do Plano em 31/12/2025 à Entidade e ao(s) patrocinador(es) do Plano, seus participantes e assistidos. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a WTW tem responsabilidade apenas com o contratante dessa avaliação atuarial em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela WTW.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2026.

Víviam Microni Macedo Alves
Víviam Microni Macedo Alves (Jan 30, 2026 09:45:57 GMT-3)

Víviam Microni Macedo Alves
MIBA nº 1.982

Luis Felipe Gonoring Leal
Luis Felipe Gonoring Leal (Jan 30, 2026 09:34:11 GMT-3)

Luis Felipe Gonoring Leal
MIBA nº 4.264

Parecer Atuarial_Valia_Cenibra_12.2025_v2

Final Audit Report 2026-01-30

Created:	2026-01-30
By:	Glauco Bressan (Glauco.Bressan@wtwco.com)
Status:	Signed
Transaction ID:	CBJCHBCAABAAtAA7Kc2592tCpaZisePyYalOSwzXJbJ_

"Parecer Atuarial_Valia_Cenibra_12.2025_v2" History

Document created by Glauco Bressan (Glauco.Bressan@wtwco.com)
2026-01-30 - 10:34:46 AM GMT- IP address: 134.238.156.108

Document emailed to Víviam Microni Macedo Alves (viviam.alves@wtwco.com) for signature
2026-01-30 - 10:35:53 AM GMT

Document emailed to Luis Felipe Gonoring Leal (luis.leal1@wtwco.com) for signature
2026-01-30 - 10:35:53 AM GMT

Email viewed by Luis Felipe Gonoring Leal (luis.leal1@wtwco.com)
2026-01-30 - 12:33:50 PM GMT- IP address: 130.41.69.199

Document e-signed by Luis Felipe Gonoring Leal (luis.leal1@wtwco.com)
Signature Date: 2026-01-30 - 12:34:11 PM GMT - Time Source: server- IP address: 130.41.69.199

Email viewed by Víviam Microni Macedo Alves (viviam.alves@wtwco.com)
2026-01-30 - 12:45:19 PM GMT- IP address: 104.47.56.254

Document e-signed by Víviam Microni Macedo Alves (viviam.alves@wtwco.com)
Signature Date: 2026-01-30 - 12:45:57 PM GMT - Time Source: server- IP address: 191.185.79.91

Agreement completed.
2026-01-30 - 12:45:57 PM GMT

Adobe Acrobat Sign

12.

Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho Deliberativo

PRESENTE POR **FUTUROS MELHORES**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis Consolidadas, por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o respectivo relatório dos auditores independentes sem ressalvas, BDO RCS Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina favoravelmente à aprovação pelo Conselho Deliberativo, das Demonstrações Contábeis da Valia, relativas ao exercício de 2025.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2026.

GLAUCE KELLY COSTA TELES DE SOUZA PAGLIARO

ANDRÉ AUGUSTO DE AGUIAR FERREIRA CAMPOS

RODRIGO SEBOLLELA DUQUE ESTRADA REGIS

JOAQUIM SANCHES NETO

LUIZ ANTONIO CONEGUNDES

Avenida das Américas, 4430 | salas 301 e 302
Barra da Tijuca | Rio de Janeiro | CEP 22640-102
Disque Valia: 0800 7020 162
www.valia.com.br

Este documento foi assinado eletronicamente por JOAQUIM SANCHES NETO, GLAUCE KELLY COSTA TELES DE SOUZA PAGLIARO, Rodrigo Sebollela Duque Estrada Regis, André Augusto de Aguiar Ferreira Campos e LUIZ ANTONIO CONEGUNDES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://valia.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 6056-5AF6-A0A1-42C0.

Este documento foi assinado eletronicamente por JOAQUIM SANCHES NETO, GLAUCE KELLY COSTA TELES DE SOUZA PAGLIARO, Rodrigo Sebollela Duque Estrada Regis, André Augusto de Aguiar Ferreira Campos e LUIZ ANTONIO CONEGUNDES.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://valia.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 6056-5AF6-A0A1-42C0.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas VALIA. Para verificar as assinaturas clique no link: https://valia.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6056-5AF6-A0A1-42C0 ou vá até o site https://valia.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6056-5AF6-A0A1-42C0

Hash do Documento

DA2C3875E8D09967E8F8BF300974571A568C13366D5ACD7E0394B472CE7C3638

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/03/2026 é(são) :

☑ JOAQUIM SANCHES NETO - ***.450.92*-** em 04/03/2026 09:50 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Wed Mar 04 2026 09:50:29 GMT-0300 (Hora padrão de Brasília)
Geolocation Location not shared by user.
IP 179.210.52.91
Identificação: Por email: joaquimsanches@yahoo.com.br; Código via SMS: **********61
Assinatura:

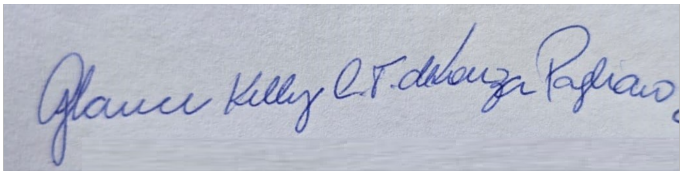
Hash Evidências:
EC33C242EABB1A6FA178111EC68953DCAE374BDF0A6A870DF44C87609FA23329

☑ GLAUCE KELLY COSTA TELES DE SOUZA PAGLIARO - ***.079.19*-** em 03/03/2026 18:42 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Tue Mar 03 2026 18:42:37 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Location not available.
IP 186.205.26.148

Identificação: Por email: glauce.souza@vale.com; Código via SMS: **********91
Assinatura:

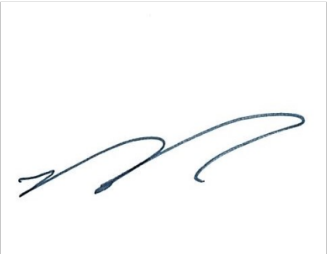


Hash Evidências:
8031E0C3CB6D31BE35F76FFCC6B6EFC209E58AA44BFFF65FD4C23EA429F00BBD

☑ Rodrigo Sebollela Duque Estrada Regis - ***.336.48*-** em 03/03/2026 17:05 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Tue Mar 03 2026 17:05:43 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -22.962002642031663 Longitude: -43.33443728227635 Accuracy: 106
IP 187.13.170.137
Identificação: Por email: rodrigo.regis@vale.com; Código via SMS: **********20
Assinatura:



Hash Evidências:
9517673536E6E3B0206B8C0BBAE511624D7C9873ABE7EAC9900061E8947A2409

☑ André Augusto de Aguiar Ferreira Campos - ***.264.11*-** em 03/03/2026 16:00 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Tue Mar 03 2026 16:00:34 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -19.917308 Longitude: -43.932034 Accuracy: 14
IP 200.249.76.114
Identificação: Por email: andre.aguiar@vli-logistica.com.br; Código via SMS: **********92
Assinatura:

Hash Evidências:
E18E5EC4E7BD884DA218694C1CD0A2ECE9484374348287B11E0A64DFFE343144

☑ LUIZ ANTONIO CONEGUNDES - ***.007.34*-** em 03/03/2026 15:57 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Tue Mar 03 2026 15:57:50 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -19.904119271306403 Longitude: -43.93096325368398 Accuracy: 151
IP 45.190.117.174
Identificação: Por email: luizconegundes@yahoo.com.br; Código via SMS: **********59
Assinatura:

Hash Evidências:
092EEC813525BB538F436E202BF60C104498A6A55A0CF5422FC8870ED6FD3543

13. Manifestação do Comitê de Auditoria

VALIA

PRESENTE POR **FUTUROS MELHORES**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA VALIA

O Comitê de Auditoria da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as demonstrações contábeis da Valia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e acompanhou os trabalhos realizados pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Valia, os Auditores Independentes, e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações contábeis da Fundação.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados na presente data, os membros deste Comitê, abaixo assinado, manifestam-se acerca da adequação das demonstrações contábeis que se encontram em condições de serem aprovadas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.

Marcus Vinícius Dias Severini
Coordenador do Comitê de Auditoria

Paulo Roberto Vales de Souza

Andressa Machado Duran Linhares

VALIA 7

PRESENTE POR **FUTUROS MELHORES**

www.valia.com.br

www.valiaverso.com.br

www.prevaler.com.br

@valiaprevidencia